

Contabilidade & Gestão

Portuguese Journal of Accounting and Management

Revista Científica da Ordem dos Contabilistas Certificados

24

NOVEMBRO 2020





ÍNDICE

Editorial	5
A Imparidade em <i>Goodwill</i> como Estratégia de <i>Big Bath</i> : Caso das Empresas com Títulos Cotados (Lisboa e Madrid)	7
Divulgação da Informação Financeira: uma Análise Comparativa entre POCP e SNC-AP	35
The Sustainability Reporting by Portuguese Municipalities	77
I. Estatutos	101
II. Notas aos autores	105
III. Versão em inglês das notas aos autores.....	109
IV. Conselho Editorial	112
Ficha Técnica	116
Contactos	117



EDITORIAL

Esta edição da «Contabilidade & Gestão» representa mais um passo no sentido da consolidação desta publicação de matriz científica tanto em Portugal, como no estrangeiro. Temas atuais e pertinentes, assentes em investigações de qualidade são condições indispensáveis para figurar nas páginas desta revista da Ordem. Até porque, acreditamos, que é da investigação científica que surge a resposta para muitos dos problemas do dia a dia.

O número 24 desta revista é composto por três artigos. O primeiro, «A Imparidade em Goodwill como Estratégia de Big Bath: caso das Empresas com Títulos Cotados (Lisboa e Madrid)», da autoria de Cristina Gonçalves, Joaquim Sant’Ana Fernandes, Leonor Fernandes Ferreira e Efigénio Rebelo, tem como objetivo determinar se o reconhecimento de perdas por imparidade em goodwill é influenciado por políticas de gestão que configuram estratégias big bath. Analisando uma amostra de empresas com títulos admitidos à cotação nas bolsas de Lisboa e Madrid, encontrou-se evidência na gestão dos resultados através da imparidade em goodwill, sugerindo práticas eticamente questionáveis. Este artigo tem a particularidade de ter contado com a colaboração de Cristina Gonçalves, professora da Universidade do Algarve e ex-membro do conselho técnico da Ordem, falecida em junho de 2019. Uma homenagem a título póstumo dos seus colegas de investigação, a que também nos associamos.

«Divulgação da Informação Financeira: uma Análise Comparativa entre POCP e SNC-AP» é a proposta que nos trazem Paula Nunes Vaz e Pedro André Cerqueira. O presente artigo tem como objetivo identificar as mudanças provocadas pela implementação do SNC-AP face ao POCP no que respeita à transparência, quantidade e tipo de informação financeira divulgada pelas entidades públicas portuguesas. O estudo assenta numa amostra de 33 entidades, definida a partir de uma listagem obtida pelo Tribunal de Contas, compreendendo os anos de 2016 a 2019.

Finalmente, «The Sustainability Reporting by Portuguese Municipalities» é a abordagem, em língua inglesa, que protagonizam Ana Margarida Lima, Lúcia Oliveira e Ana Cária, todas professoras da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. As investigadoras recorrem aos conceitos de accountability e legitimidade para analisar a sensibilização das autarquias portuguesas no âmbito da relevância da informação sobre a sustentabilidade, bem como o método de apresentação destes dados.

Propostas apelativas à sua disposição que pode ler nesta edição da «Contabilidade & Gestão». Votos de uma boa e proveitosa leitura!

A Bastonária
Paula Franco



A Imparidade em *Goodwill* como Estratégia de *Big Bath*: caso das Empresas com Títulos Cotados (Lisboa e Madrid)

Cristina Gonçalves

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve
Campus da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, Portugal
cjesus@ualg.pt

Joaquim Sant’Ana Fernandes

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve
Campus da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, Portugal
jsfer@ualg.pt

Leonor Fernandes Ferreira

Nova School of Business and Economics e Universidade do Algarve
Campus de Carcavelos, R. da Holanda 1, 2775-405 Carcavelos
leonor.ferreira@novasbe.pt

Efigénio Rebelo

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Campus de Gambelas Edifício 8, 8005-139 Faro
elrebelo@ualg.pt

Recordamos a Cristina Gonçalves com saudade.

A Cristina foi a alma deste artigo. Ao ser publicado, a título póstumo, é pretexto para uma singela homenagem que sentidamente lhe prestamos.

Este trabalho sinaliza primeiros impulsos na direção de um objetivo. O trabalho versa a *imparidade do goodwill*, um tema muito querido à Cristina, que o viria a eleger no âmbito do Programa de Doutoramento em Ciências Empresariais e Económicas (Especialidade em Gestão) da Universidade do Algarve. A proposta que tão brilhantemente defendeu, em março de 2018, não quis o destino que a concluísse, ao ceifar-lhe a vida em julho de 2019, brutalmente e sem pré-aviso.

Em torno deste tema, pensou com rigor científico e com a habitual determinação, que levaria a crer, com o nosso empenho enquanto orientadores, viesse porventura a concluir com êxito essa merecida etapa de investigação.

Excelente profissional, professora e investigadora, pensava, dinamizava e agia. Entusiasta, dinâmica, conhecedora e trabalhadora, nada queria deixar inacabado ou sem solução.

A urgência com que viveu e a sua essência andaram de par com a pessoa simples, alegre, competente e empenhada que mostrou ser. Foi uma colega, amiga e companheira fora de série, ímpar na relação com cada um.

A Cristina contribuiu visivelmente para o desenvolvimento da Contabilidade. num percurso de concretização de objetivos, com visão e aptidões que valorizaram o ensino, a profissão e a investigação da Contabilidade em Portugal.

A Cristina Gonçalves mereceria bem mais do que estas linhas, poucas para assinalar a sua vida e obra, mas necessárias para reclamar para Ela um direito que nos parece justo, o de figurar entre os eleitos, na galeria da Contabilidade Portuguesa.



A Imparidade em *Goodwill* como Estratégia de *Big Bath*: Caso das Empresas com Títulos Cotados (Lisboa e Madrid)

Resumo

O objetivo deste estudo é determinar se o reconhecimento de perdas por imparidade em *goodwill* é influenciado por políticas de gestão que configuram estratégias *big bath*. Analisando uma amostra de empresas com títulos admitidos à cotação nas bolsas de Lisboa e Madrid, encontrou-se evidência na gestão dos resultados através da imparidade em *goodwill*, sugerindo práticas eticamente questionáveis. Contribui-se para a literatura, ao completar um conjunto de indicadores que tornam mais robustas as conclusões sobre as práticas de *big bath* e pela análise comparada entre países, classificados culturalmente no mesmo sistema contabilístico e onde as contas consolidadas são preparadas de acordo com o mesmo referencial normativo. Esta investigação segue uma abordagem positivista, na procura de relações causais potencialmente explicativas do reconhecimento de imparidade em *goodwill*. Os resultados permitem discutir a eficiência dos mecanismos consagrados nas normas contabilísticas e a eficácia de atuação das entidades que controlam e auditam a informação.

Palavras-Chave: *Goodwill*, Imparidade em *goodwill*, Gestão de Resultados, IAS 36, IFRS 3, Euronext Lisbon, Bolsa de Madrid.

Abstract

This paper aims at understanding if the recognition of goodwill impairment is influenced by management discretionary decisions that assume strategies of *big bath*. Based on a sample of companies with shares listed in the Lisbon Stock Exchange or in the Madrid Stock Exchange, there is evidence of management discretionary decisions on the recognition of goodwill impairment. This suggests practices which raise ethical questions. This paper contributes to the literature by completing the indicators which bring more robust conclusions about *big bath* practices. The paper adds to the comparative analysis between countries belonging to the same category in accounting system classification, based on cultural variables, and where consolidated financial reports are prepared using the same international standards. The research adopts a positivist view, searching for causal relations which may explain the decision to recognize the impairment of goodwill. The findings suggest the need to discuss further the efficiency of mechanisms set in international accounting standards, as well as the efficacy of entities which control and audit the financial reporting standards to prevent discretionary management decisions in case of goodwill impairment recognition.

Key words: Goodwill, Impairment of goodwill, Earnings management, IAS 36, IFRS 3, Lisbon Stock Exchange, Madrid Stock Exchange.



1. Introdução

A autoria do primeiro trabalho sistemático relacionado com a avaliação do goodwill (GW), publicado em 1891, tem sido atribuída a Francis More (e.g., Lee, 1971), tendo-se assistido depois a desenvolvimentos vários, ainda no século XIX, motivados pelo aumento das concentrações de negócios. Situa-se já num passado mais recente, nos séculos XX e XXI, o enorme desenvolvimento da temática do reconhecimento das imparidades do *goodwill* (neste trabalho, doravante, designadas abreviadamente por ‘imparidade GW’). Com efeito, o desenvolvimento do mercado de capitais, a proliferação de fusões e aquisições internacionais, onde ativos intangíveis podem atingir valores muito significativos, associados a variada produção científica, permitiram recortar e estabelecer os conceitos pertinentes, presentes nas normas internacionais de contabilidade com especial ênfase nas *International Financial Reporting Standard (IFRS) 3 - Business Combinations e International Accounting Standard (IAS) 36 - Impairment of Assets*.

O conceito de GW que subjaz neste estudo está definido na IFRS 3 (Apêndice A). Nele, a mensuração inicial corresponde à diferença, na data de aquisição, do agregado da retribuição transferida pelo adquirente, da quantia de qualquer interesse que não controla, do justo valor de participações adquiridas anteriormente (num processo de aquisição por fases), e o justo valor dos ativos líquidos da adquirida (IFRS 3, §32). São vários os fatores que influenciam aquela quantia, tais como o excesso de preço pago pelo adquirente, os elementos patrimoniais identificados e reconhecidos, o justo valor atribuído, os erros de avaliação, as sinergias esperadas da concentração, a alocação a unidades geradoras de caixa, entre outros. Deste complexo processo resulta que o GW é um ativo de mensuração difícil. O valor baseia-se em dados passados verificáveis e não verificáveis, critérios subjetivos de reconhecimento e mensuração, suscetíveis de escolhas políticas, assim como das expectativas do adquirente, que está disposto a pagar preços mais ou menos elevados.

Por sua vez, a recuperação do GW depende do êxito das estratégias de negócio implementadas, apenas verificáveis *a posteriori*. Os testes de recuperabilidade do investimento, definidos na IAS 36, devem confirmar, anualmente, as expectativas do investidor, podendo resultar em reconhecimento de perdas por imparidade.

Identificam-se três aspetos que introduzem elevada discricionariedade no reconhecimento da imparidade em GW (Ramanna e Watts, 2012): (i) a afetação do GW às unidades de reporte – unidades geradoras de caixa (ii) a estimativa do valor descontado dos *cash flows* futuros e (iii) a determinação do valor dos ativos e passivos da unidade de reporte. Esta discricionariedade permite opções oportunistas e vários estudos analisam se as perdas em GW são geridas de forma discricionária em políticas de gestão de resultados, designadamente em estratégias *big bath* e *income smoothing*. Nesse sentido, Riedl (2004), Jahmani

et al. (2010) e *Li et al.* (2011) concluem pela utilização destas perdas como instrumento de manipulação, enquanto Castro (2012), Avallone e Quagli (2015) e Jordan e Clark (2004, 2015) não confirmaram essa hipótese.

A falta de concordância entre as conclusões dos diversos estudos, associada a críticas de preparadores, auditores, reguladores e investidores, são razões apontadas pelo *International Accounting Standards Board* para encetar o processo de revisão da IFRS 3 em curso (*Post-implementation Review: IFRS 3 Business Combination*). Deste modo, justifica-se desenvolver mais investigação neste tema, dada a aparente convergência de opiniões quanto a que a atual versão da IFRS 3 carece de alterações significativas.

O objetivo geral deste estudo é analisar se o reconhecimento das perdas de valor em GW resulta de uma estratégia *big bath* de gestão de resultados. A evidência da gestão dos resultados através de perdas por imparidades em GW permite questionar práticas eticamente reprováveis e contribui para que as entidades normalizadoras analisem a eficiência dos mecanismos consagrados no reconhecimento de perdas em GW através de imparidades. Entende-se que também será útil em sede das entidades que controlam e auditam a informação, quanto à eficácia da sua atuação.

Trata-se de um estudo empírico, assente numa dupla abordagem normativa e positiva da contabilidade, recorrendo a diversos instrumentos estatísticos apropriados para determinar potenciais fatores associados ao reconhecimento de imparidades. A amostra é constituída por empresas com títulos admitidos à cotação na *Euronext Lisbon* e na bolsa de Madrid, num período de nove anos (2007-2015), que inclui a recente crise financeira e económica.

A escolha destas empresas justifica-se pela dimensão e pela comparabilidade da informação, dado que, desde 2005, as empresas com títulos sujeitos à negociação em mercados regulamentados da União Europeia estão obrigadas a preparar e a apresentar as respetivas demonstrações financeiras consolidadas com base nas normas internacionais de contabilidade (Regulamento (CE) 1602/2002). Introduce-se nesta discussão a comparação entre empresas portuguesas e espanholas porque, apesar de os dois países terem influência *code law* (Nobes e Parker, 2004), existem indícios (Veiga *et al.*, 2015; Fernandes *et al.*, 2016) de que as empresas espanholas evidenciam um comportamento contabilístico mais conservador. O período, com início em 2007, justifica-se pelo disposto no artigo 9.º do referido Regulamento, que estabeleceu esse ano, sujeito a determinadas condições, como limite para a aplicação obrigatória das IAS às contas consolidadas de todas as empresas com títulos admitidos à negociação numa bolsa da União Europeia. À data desta investigação, os últimos dados disponíveis são relativos ao período económico de 2015.

O estudo sugere existir um comportamento geral no sentido de penalizar os resultados das empresas quando eles já são baixos (*big bath*) e ainda que as em-

presas espanholas recorrem mais a este tipo de estratégia do que as empresas portuguesas.

Para além da presente introdução, este estudo tem mais três secções. Na secção II, apresenta-se o enquadramento e hipóteses de investigação, na secção III, o estudo empírico e, por último, as conclusões.

2. Enquadramento e Hipótese de Investigação

O GW não gera fluxos de caixa independentes de outros ativos pelo que a IAS 36 (§80) exige que, a partir da data da aquisição, o GW seja imputado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupo de unidades geradoras de caixa, da adquirente. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o GW for imputado deve ser sujeito a testes anuais de imparidade (IAS 36, §90).

O reconhecimento de perdas por imparidade GW tem um duplo impacto no relato financeiro, ou seja, na demonstração dos resultados e no balanço, porque não só penaliza os resultados, como também reduz o valor do ativo subjacente, pelo que decisões nesta área poderão ser condicionadas por objetivos corporativos e de gestão.

Diversas teorias procuram explicar as motivações para a discricionariedade em determinadas escolhas contabilísticas. A teoria positiva da contabilidade e dos custos de contrato (Watts e Zimmerman, 1990) enfatiza a relação entre as opções contabilísticas e a magnitude dos custos associados, assim como o pressuposto de que o gestor utiliza o poder discricionário para melhorar a reputação e a relação entre as partes contratuais. A teoria da agência (e.g., Watts, 2003; Beatty e Weber, 2006; Ramanna, 2008; Ramanna e Watts, 2012) também prevê que os gestores usam de forma oportunista a informação dos relatórios financeiros, nomeadamente para atrasar o reconhecimento das perdas por imparidade GW quando, por exemplo, afetam contratos de dívida, de compensação, a reputação dos gestores e o preço de mercado das ações.

Práticas discricionárias poderão ser minimizadas pela existência de mecanismos de controlo e monitorização da qualidade da informação financeira, contribuindo para uma maior transparência da gestão, a redução da assimetria de informação entre os *stakeholders*, designadamente dos investidores. Incluem-se nestes mecanismos de “regulação” externa os analistas (e.g., Barker e Imam, 2008; Yu, 2010; Li e You, 2015) e empresas de *rating* de crédito (e.g., Fitzpatrick e Sagers, 2009; Rhee, 2015). Os mecanismos de “regulação” internas são a constituição dos comités de auditoria (e.g., Badolato *et al.*, 2014) e a existência de diretores independentes (e.g., Donaldson e Davis, 1994; Beeks e Brown, 2006;

Chen *et al.*, 2016), que podem incrementar as divulgações e a transparência, fatores inibidores de uma gestão oportunista dos resultados, contribuindo desta forma para uma maior confiança dos investidores.

A gestão dos resultados está associada a estratégias com a finalidade de atingir metas de referência, designadamente uma menor variabilidade dos resultados entre períodos (alisamento de resultados ou *income smoothing*) como instrumento de gestão de expectativas dos *shareholders* e *stakeholders* ou numa expectativa de acréscimo futuro dos resultados (*big bath accounting*), com a penalização dos resultados presentes.

A estratégia de *big bath* sugere que os gestores utilizam itens não correntes para gerir os resultados nos períodos em que estes já são significativamente baixos. Esta estratégia é justificada pela expectativa dos gestores de que os mercados não penalizam as empresas proporcionalmente às perdas (e.g., Jordan e Clark, 2004) porque os investidores estão mais focados no futuro, esforçando-se as empresas em sinalizar o mercado nas melhorias obtidas, após um mau resultado que poderá ser imputado à gestão anterior. Esta hipótese assenta no pressuposto de que novos *chief executive officer* (CEO) têm um incentivo para relatar ganhos mais baixos em início de mandato, para que em momentos posteriores apresentem um desempenho conforme os objetivos definidos.

Walsh *et al.* (1991) definem estratégia de *big bath* como a utilização de itens não frequentes para o ajustamento dos resultados, em situações de perdas ou ganhos anormais, enquanto Elliott e Shaw (1988) consideram que tal ocorre quando as imparidades reportadas em itens especiais representam mais de um por cento do valor contabilístico dos ativos. Também sugerem que estas estratégias são mais prováveis em grandes empresas do que em pequenas, embora, segundo Sevin e Schroeder (2005), a utilização do *big bath* tenha maior impacto nas empresas mais pequenas.

Diversos autores analisaram a associação entre as estratégias de gestão de resultados e o reconhecimento de perdas por imparidade. Jahmani *et al.* (2010) sugerem que os gestores gerem o *smoothing* (alisamento de resultados) selecionando o momento em que a imparidade GW é reconhecida. Riedl (2004) encontrou evidência que uma baixa qualidade na divulgação das imparidades estava muito associada com um comportamento *big bath* sugerindo grande discricionariedade dos gestores. Li *et al.* (2011) obtiveram resultados semelhantes, consistentes com a hipótese de que as empresas com informações extremamente negativas (como, por exemplo, resultados líquidos (RL) negativos) tendem a reconhecer valores elevados de imparidade. Beatty e Weber (2006), AbuGhazaleh *et al.* (2011) e Jordan e Clark (2015) associam as estratégias de alisamento e *big bath* dos resultados a alterações recentes do CEO. Contudo a hipótese de manipulação dos resultados (*big bath*) associada a novos CEO não foi validada em diversos estudos, designadamente por Ramanna e Watts (2012), Avallone e Quagli (2015) e Jordan e



Clark (2004, 2015), que concluíram que o reconhecimento de imparidade estava associado a outros fatores, designadamente a perceção do mercado ou a deterioração efetiva dos ativos. Por exemplo, Jordan e Clark (2004) concluíram que as empresas que mais reconheceram imparidade GW em 2002 fizeram-no, provavelmente, porque os seus ganhos já estavam diminuídos naquele ano e o mercado os puniria relativamente pouco se estes se reduzissem um pouco mais.

Brochet e Welch (2011), noutra perspetiva, analisaram a relação entre a experiência anterior dos membros da administração, designadamente na área do investimento, consultoria de gestão ou investidor e o reconhecimento de imparidades, concluindo que é mais provável este reconhecimento se pelo menos um dos membros da administração teve experiências anteriores. Concluem que CEOs com experiência anterior são mais sensíveis a conflitos de agência quando se trata de decisões de redução do GW, contudo são os mais propensos a reduzir o GW, independentemente desses conflitos. Também concluíram ser mais provável o reconhecimento de imparidade GW quando em períodos anteriores elas foram baixas ou inexistentes. Os valores reportados de imparidade GW são em regra pequenos, mas frequentes, sinalizando uma estratégia de alisamento dos resultados.

Beatty e Weber (2003) analisam os incentivos a políticas *big bath* como função das perdas apresentadas (relacionadas com o ativo) e a sua interação com a alteração do CEO. Concluíram que os CEO que relatam grandes perdas anteriormente são mais propensos a relatar redução do que aumentos de resultados, consistente com uma política *big bath*. Zucca e Campbell (1992) e Van de Poel *et al.* (2009) também concluíram que as imparidades são reconhecidas em períodos em que outras perdas também o são, ou em períodos em que os resultados pré-imparidade são relativamente baixos. Para determinar as práticas de *big bath* estes autores utilizaram, como referência, os resultados esperados comparados com os lucros reportados para cada empresa no período em que a imparidade foi registada, utilizando diversos modelos para o resultado esperado, mas concluindo que uso do lucro do último período como uma previsão dos ganhos do período atual é, pelo menos, tão bom quanto qualquer outro modelo.

Num estudo aplicado a empresas portuguesas, Castro (2012) utilizou uma metodologia semelhante quanto à consideração dos resultados de referência, mas não pôde concluir sobre práticas de *big bath*. Alves (2013) confirma a relevância das imparidades em GW como elemento discricionário dos *accruals*.

Considerando a evidência obtida, nem sempre concordante, quanto à prática de utilização das imparidades em GW como instrumento de manipulação dos resultados, enuncia-se a seguinte *hipótese de investigação*:

Ceteris paribus, o reconhecimento de imparidade GW está positivamente associado a um baixo nível dos resultados pré-imparidade GW

3. Estudo empírico

3.1 Metodologia

Trata-se de um estudo empírico que segue uma dupla abordagem, normativa e positivista, na medida em que procura avaliar, através de métodos estatísticos apropriados as relações entre diversas variáveis potencialmente explicativas do reconhecimento da imparidade GW. Analisa-se a relação entre o reconhecimento de imparidade GW e o desempenho económico. A amostra, por cada variável (tabela 1), foi dividida em dois grupos em função do reconhecimento ou não de imparidade GW e calculada a existência de diferenças e relações estatisticamente significativas, com base em testes paramétricos e não paramétricos.

3.2. Universo e Amostra

O universo é constituído pelas sociedades com títulos admitidos à cotação na Euronext Lisbon e na bolsa de Madrid (bolsa de referência de Espanha, dado que as empresas do mercado contínuo estão cotadas nas diversas bolsas regulamentadas de Espanha, designadamente Barcelona, Bilbao e Valência), no período de 2007-2015.

Considera-se uma amostra de 105 empresas (35 portuguesas e 69 espanholas) de um universo, respetivamente, 53 e 129 (em 2015). Da amostra, excluem-se 18 empresas portuguesas e 55 espanholas com base nos seguintes critérios: (i) empresas do setor financeiro, dado que também seguem as orientações dos reguladores do setor em matéria contabilística (e.g., Belgacem e Omri, 2014); (ii) empresas desportivas, porque apresentam contas em período distinto do ano civil (e.g., Gaio e Mateus, 2014); (iii) empresas que não apresentam contas consolidadas; (iv) empresas com um prefixo do *International Securities Identification Number* diferente de PT ou ES, relativos a Portugal e Espanha, respetivamente; (v) empresas com menos de cinco anos de informação financeira e de mercado, para garantir um número de observações semelhante entre empresas.

Para efeito da análise da imparidade GW, foram ainda excluídas da amostra 11 empresas (uma portuguesa e 10 espanholas) que não apresentam GW no balanço, obtendo-se um painel final, não balanceado, com 826 observações (94 empresas).

A amostra final é constituída por, aproximadamente, um terço de empresas portuguesas e dois terços de espanholas. Tendo como referência a *Industry Classification Benchmark*, nível 1, a amostra inclui (i) 39,1% do setor Indústria (Matérias Básicas, Indústria e Construção), (ii) 20,7% do setor Serviços (de consumo - Comércio, Meios de Comunicação e Publicidade, Lazer, Turismo e Hotelaria, Transporte e Distribuição), (iii) 20,7% do setor de Bens de Consumo

(Alimentação, Bebidas, Papel e Artes Gráficas, Produtos Farmacêuticos e Biotecnologia, Têxtil, Vestuário e Calçado), (iv) 10,8% do setor de Tecnologia (Tecnologia, *Software* e Telecomunicações) e (v) 8,7% empresas do setor de Petróleo (Petróleo, Energia e Gás),

Os dados referentes às contas consolidadas das empresas selecionadas são obtidos manual e diretamente dos relatórios anuais, disponíveis nos respetivos websites institucionais ou nos sítios www.cmvm.pt e www.cnmv.es. A informação recolhida diretamente permite acesso a dados com maior detalhe e em séries completas para a construção da base de dados em painel, sobre a qual incidiu a análise. Os dados de mercado (cotação) são obtidos a partir dos sítios www.bolsadelisboa.com.pt/ e www.bolsademadrid.es/.

3.3. Variáveis

As variáveis utilizadas resultam da revisão da literatura, tendo sido introduzidas variáveis a título exploratório, conforme se apresenta na tabela 1. Sinaliza-se práticas de *big bath* quando há reconhecimento de imparidades associadas positivamente a resultados negativos (antes de imparidade GW) ou a indicadores que, na média, são inferiores ao grupo de empresas que reconhece essas imparidades.

Tabela 1 – Variáveis explicativas

Variável	Descrição	Justificação	Referências
ROS	Resultado líquido antes de imparidade GW / Volume de negócios	Indicadores que sinalizam a robustez económica e financeira da empresa e a capacidade de atribuir compensações à administração, distribuir dividendos aos investidores, assim como a capacidade de satisfazer os credores que permite associar a opções de reconhecimento imparidade GW	Jordan e Clark (2004, 2015)
Δ ROS	Dummy: 1, se variação negativa; 0 caso contrário		Exploratória
ROA	Resultado líquido antes de imparidade GW / Total do ativo negócios		Riedl (2004); Jordan e Clark (2004, 2015)
Δ ROA	Dummy: 1, se variação negativa; 0, caso contrário		Stenheim e Madsen (2016)
ROE	Resultados antes de impostos e de imparidade GW/Capital Próprio		Hamberg et al. (2011); Giner e Pardo (2015)
Δ ROE	Dummy: 1 se variação negativa; 0 caso contrário		Exploratória
Bath	$\frac{RAI_{setor_t} - RAI_{setor_{t-1}}}{Ativo_{total_t}} - \frac{RAI_{empresa_t} - RAI_{empresa_{t-1}}}{Ativo_{total_t}}$	Posição de cada empresa face ao respetivo setor que permite associar ao reconhecimento de imparidade GW	Riedl (2004); Abughazaleh et al. (2011); Brochet e Welch (2011); Brutting (2011); AbuGhazaleh et al. (2012); Castro (2012); Giner e Pardo (2015)
Δ RAI_imp	Resultados antes de impostos e de imparidade GW	Permite associar variações de resultados ao reconhecimento de imparidade GW	Walsh et al. (1991)
RL (-)	Dummy: 1 se resultados líquidos antes de impostos e de imparidade GW for negativo; 0 caso contrário	Permite associar resultados líquidos negativos ao reconhecimento de imparidade GW	Abuaddous et al., (2014)

3.4 Resultados e Discussão

3.4.1 Análise Descritiva

Como se observa na tabela 2, as empresas da amostra apresentam um valor médio de ativos na ordem dos 7,8 mil milhões de euros, mas com elevada assimetria na composição, em termos de valor mínimo (Min) e valor máximo (Max). O volume de negócios médio (cerca de 4 mil milhões de euros) também apresenta uma heterogeneidade elevada, semelhante à referida para os ativos. O *market value* é cerca de 1,5 o valor do capital próprio, o que sugere, em termos médios, que estas empresas são reconhecidas pelo mercado com capacidade de gerar retornos futuros.

Os RL médios (cerca de 250 milhões de euros) refletem a presença de resultados negativos significativos nalgumas empresas e anos, facto que se reflete no valor do capital próprio, designadamente no seu valor negativo. A imparidade média em GW representa cerca de 1% do ativo GW e cerca de 4% dos resultados. Também nestas variáveis a amostra tem valores bastante heterogéneos, atendendo ao coeficiente de variação (CV), destacando-se a imparidade GW com um coeficiente de cerca de 8, que poderá indiciar diferentes práticas no seu reconhecimento.

Tabela 2 – Dados de caracterização (Unidade: 10⁶ €)

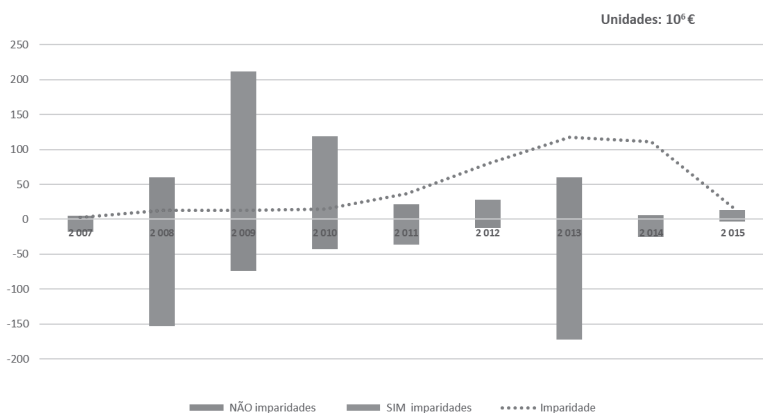
Variável	Obs	Média	Desvio padrão	CV	Min	Max
Ativo total	826	7 750,83	18 700,36	2,41	3,17	129 775,00
Volume negócios	825	3 943,35	9 605,30	2,64	0,00	62 837,00
Market value	826	3 314,37	8 756,96	2,60	0,00	86 877,64
Capital próprio	826	2 112,63	5 486,34	3,87	-2 236,86	40 956,05
RL	826	252,00	975,25	2,44	-2 236,83	10 072,00
GW	826	831,25	2 799,69	3,37	0,00	29 582,00
Imparidade GW	826	11,12	88,57	7,96	0,00	1 855,72

Uma análise por quartis/anos permite observar (tabela 3) um período (2007 a 2010) de resultados (RL antes imparidades em GW) positivos nas empresas do primeiro quartil, seguido de um período (2011 a 2014) de resultados negativos. Também se assiste nas empresas maiores (quarto quartil), no período de 2012 a 2015, a uma redução significativa do valor dos resultados. Associado a esta evolução de decréscimo, verifica-se um acréscimo significativo da imparidade GW, especialmente nos anos 2012 a 2014. Esta relação pode sinalizar, em simultâneo, os efeitos de uma retração económica, que se reflete no valor de recuperação do GW (testes de imparidade), como uma prática de *big bath*.

Tabela 3 – Resultados antes de imparidade GW (Unidade: 10⁶ €)

RL antes imparidades GW	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
25%	11,6	1,5	1,3	3,7	- 0,1	- 7,7	- 5,8	- 1,1	0,3
50%	42,3	23,5	21,1	31,4	25,1	12,0	9,6	23,7	20,5
75%	168,4	153,6	145,4	161,6	141,4	118,1	104,7	122,7	142,8
99%	9 119	8 110	7 937	10 072	6 187	4 817	4 969	3 988	2 745
Média	335,2	335,2	305,1	442,2	237,9	173,0	178,0	211,0	143,9
Imparidade GW	0,7	3,7	3,7	3,2	3,8	13,72	30,4	22,2	4,3

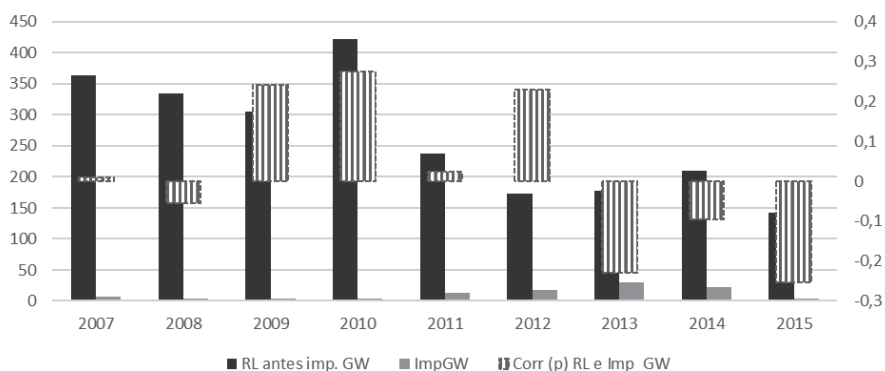
A figura 1 evidencia as diferenças dos RL antes de imparidade GW e a média da amostra das empresas que reconheceram imparidades e das que não as reconheceram. Em termos médios, para o período em análise, estes resultados não são substancialmente diferentes. Contudo, conforme se observa (figura 1), nos anos de 2007, 2008, 2011, 2013 (p<0,05) e 2014 (p<0,1) as empresas que reconhecem imparidade GW apresentam uma diferença nos resultados quando se comparam com as que não reconhecem tais perdas: as empresas que reconhecem imparidade GW apresentam resultados mais baixos. Nos restantes anos essa diferença reflete-se ao contrário, isto é, as empresas que reconhecem imparidade GW têm resultados superiores, mas apenas é estatisticamente significativa em 2009 (p<0,1).

Figura 1 – Resultados líquidos e imparidade GW


Contudo, considerando a relação entre empresas que reconhecem imparidade GW e a dimensão do RL antes imparidade GW (negativo ou positivo), constata-se um padrão generalizado, dado que, na maioria dos anos, empresas com resultados negativos, em termos proporcionais, reconhecem mais imparidades indiciando práticas que fundamentam a hipótese de estratégias *big bath*.

Analisando as correlações entre os RL antes imparidade GW e as respetivas imparidades (figura 2), observa-se, nos anos de 2013 a 2015 (e no ano de 2009), uma correlação negativa. Este resultado sugere que as empresas que já apresentam desempenhos negativos tendem a reconhecer mais imparidade GW, reforçando a opinião de práticas de gestão de resultados referidas anteriormente.

Figura 2 – Correlações entre resultado líquido antes de imparidade (RL) e imparidade GW (10⁶€)

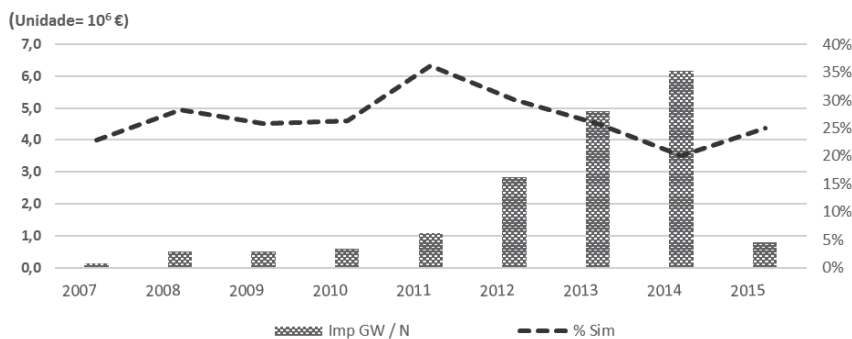


O número de empresas que reconhecem imparidade GW é, em termos médios, na ordem dos 27%, com o valor mais elevado em 2011 (36%). Nos anos restantes verifica-se uma percentagem de reconhecimento que varia entre os 30% (em 2012) e os 20% (em 2014). Em termos médios, por empresa, o valor da imparidade GW é de 1.835 milhões de euros, média que é fortemente influenciada pelos montantes reconhecidos nos períodos de 2012 a 2014 (tabela 4 e figura 3).

Tabela 4 – Número de empresas que reconhecem imparidade GW

Reconhece /Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Não	71	66	69	67	60	65	69	72	66	605
Sim	21	26	24	24	34	28	24	18	22	221
Total	92	92	93	91	94	93	93	90	88	826
% Sim	23%	28%	26%	26%	36%	30%	26%	20%	25%	27%
Portugal	7 (34)	11 (34)	7 (33)	6 (33)	14 (34)	10 (34)	9 (33)	7 (32)	7 (33)	78
Espanha	14 (58)	15 (58)	17 (60)	18 (58)	20 (60)	18 (59)	15 (60)	11 (58)	15 (55)	143
Imparidade GW/ Total (N)	0,143	0,509	5,201	0,602	1,071	2,848	4,914	6,173	0,785	1,835

Figura 3 – Percentagem de empresas que reconhecem imparidade GW e Valor médio da imparidade GW



A análise por empresa permite observar que cerca de 38% nunca reconheceu imparidade GW no período 2007–2015, 10,6% das empresas apenas reconheceram uma vez e apenas três empresas reconheceram imparidade GW em todos os anos. Estes dados revelam que as imparidades GW não são reconhecidas ou são reconhecidas de forma pontual (um grupo de cerca de 32% das empresas apenas reconheceu imparidade GW de um a três vezes), enquanto apenas 14,9% teve uma frequência de seis ou mais reconhecimentos (tabela 5).

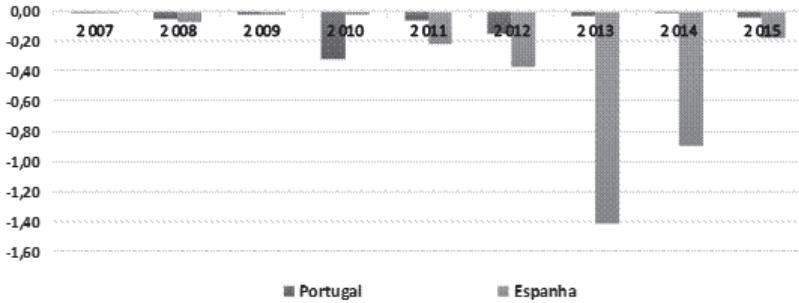
Tabela 5 – Frequência do reconhecimento de imparidade GW (2007–2015)

Frequência	N.º	%	Acumulado	
			N.º	%
0	36	38,3%	36	38,3%
1	10	10,6%	46	48,9%
[2;4[20	21,3%	66	70,2%
[4;6[14	14,9%	80	85,1%
[6;9[11	11,7%	91	96,8%
9	3	3,2%	94	100,0%

Média= 2,4; Mediana = 2,0; Desvio padrão = 2,6

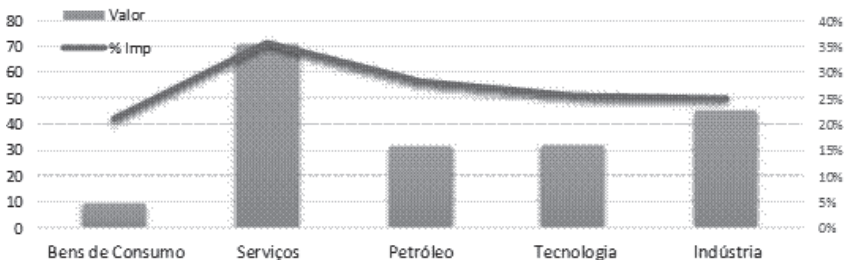
O significado da imparidade GW, como componente dos RL das empresas que as reconhecem, é muito diversificado assumindo particular impacto em 2013 para as empresas espanholas, cujo peso relativo foi de cerca de 140%, transformando um resultado médio negativo, antes de imparidade GW, de cerca 130 milhões para 315 milhões. No período de 2011–2014 estas imparidades apresentaram sempre valores muito significativos, com pesos entre os 23% e os 140%. Já as empresas portuguesas (figura 4), com exceção do ano 2010, reconheceram imparidade GW de valor relativo significativamente inferior (média de 8% para o período, contra 36% das espanholas). Tal pode ser interpretado como uma prática mais conservadora das empresas espanholas, na linha das conclusões de Veiga *et al.* (2015) e Fernandes *et al.* (2016).

Figura 4 – Imparidade GW por país (Percentagem sobre os RL das empresas que reconheceram)



Analisando a imparidade GW por setores de atividade (figura 5), também se identificam diferenças na proporção de empresas que reconhecem imparidade GW, com destaque para o setor dos Serviços, com a maior percentagem e montante médio destas imparidades, e o setor de Bens de Consumo com a menor percentagem e menor valor médio. O setor dos Bens de Consumo é aquele que apresenta menor valor médio em GW (183 milhões de euros) o que justificará o respetivo nível de imparidades. Os setores da Tecnologia e Indústria apresentam valores médios em GW substancialmente superiores aos restantes (cerca de 2.500 milhões de euros) mas um nível de imparidade GW abaixo da média. Associa-se um maior volume e frequência de imparidade GW no setor dos Serviços à especificidade dos investimentos deste setor, eventualmente mais exposto às contingências dos seus mercados.

Figura 5 – Reconhecimento de imparidade GW por setor de atividade (Percentagem de empresas e valor 106€)



Uma análise estatística exploratória do reconhecimento de imparidades do GW permite confirmar a existência de diferenças estatísticas significativas entre os diversos setores ($F_{(4, 821)}=23,285$; $p<0,001$), identificando-se dois subgrupos com diferenças significativas (teste Scheffe), conforme se observa na tabela 6.

Tabela 6 – GW e setores -Resultados do teste de Scheffe

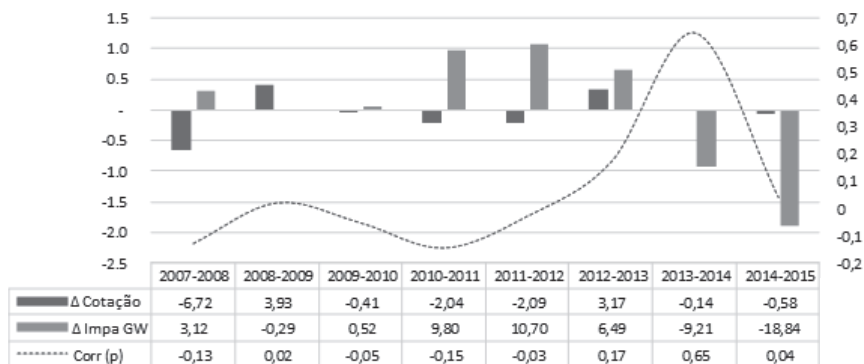
Setor	N	Subconjunto para alfa = 0.05	
		1	2
Bens de Consumo	163	183,0092	
Indústria	319	392,0161	
Serviços	176	555,7379	
Tecnologia	90		2578,8940
Petróleo	78		2587,4687
Sig.	826	0,868	1,000

Em relação à imparidade GW não se identificam diferenças estatisticamente significativas entre os diversos setores ($F_{(4, 821)}=1,477$; $p=0,207$).

Uma análise do comportamento do mercado de capitais perante a imparidade GW permite identificar dois períodos distintos, considerados à data de balanço: os anos 2008–2012, por um lado, e os anos 2013–2015, por outro.

Nos anos de 2008 a 2012, as relações entre o valor de mercado e a imparidade GW são negativas (correlações negativas), o que reflete o comportamento esperado do mercado perante notícias de diminuição do valor dos ativos e das expectativas de retornos futuros associados.

Nos anos de 2013 a 2015, onde aconteceu um significativo acréscimo de imparidade GW, observa-se uma relação positiva entre imparidade GW e o valor de mercado, mas de natureza distinta. No ano de 2013, associado a um acréscimo da cotação verifica-se um acréscimo destas imparidades, enquanto nos anos de 2014 e 2015 a uma redução da cotação corresponde uma redução significativa das mesmas. Este comportamento das empresas parece evidenciar políticas de ajustamento de imparidade GW ao comportamento do mercado de capitais, conforme ilustra a figura 6.

Figura 6 – Imparidade GW e cotação (variação)


A tabela 7 mostra as correlações entre diversas variáveis e o GW e respetivas imparidades (*r de Pearson*) e confirma-se a relação significativa positiva esperada entre o GW e a imparidade GW, assim como as *proxies* de dimensão ativo total e volume de negócios, sugerindo uma relação direta entre as referidas variáveis. Também se verifica uma correlação positiva entre o valor de mercado e as imparidades, sugerindo que estas não se refletem de forma negativa na formação do valor de mercado das empresas. Os auditores estão relacionados positivamente com o GW e respetivas imparidades, mas esta relação não é estatisticamente significativa. Em relação ao País, como já foi referido, verificam-se relações significativas, mas de sinal oposto (positivo para as empresas espanholas e negativo para as portuguesas), o que reforça a conclusão de ser comportamento das empresas espanholas mais conservador, na linha do já constado anteriormente.

Tabela 7 – Correlações entre variáveis

Variáveis	Imparidade GW	GW	Volume negócios	Ativo Total	Market value	Auditor	ES	PT
Imparidade GW	1,0000							
GW	0.0783*	1.0000						
Volume negócios	0.0524	0.7551*	1.0000					
Ativo Total	0.0647	0.8602*	0.9072*	1.0000				
Market value	0.0896*	0.8651*	0.8434*	0.8939*	1.0000			
Auditor	0.0320	0.1008*	0.0886*	0.1096*	0.0950*	1.0000		
ES	0.0828*	0.1423*	0.1496*	0.1797*	0.1626*	0.3715*	1.0000	
PT	-0.0828*	-0.142*	-0.1496*	-0.1797*	-0.1626*	-0.371*	-1.000*	1.0000

3.4.2 Teste de hipótese

Para testar a hipótese de que o reconhecimento de imparidade GW está associado a um determinado desempenho económico, analisam-se diversas *proxies* (tabela 1) que são geralmente utilizadas como indicadores comparativos entre empresas e setores (rendibilidade do ativo, rendibilidade das vendas e rendibilidade do capital próprio), um indicador de distanciamento entre os resultados da entidade e a média do setor de pertença, assim como um indicador (*dummy*) de resultados negativos antes de impostos. Todas estas *proxies* são calculadas antes do efeito das perdas por imparidade GW.

Parte-se de um pressuposto geral: a imparidade GW tem um efeito negativo nos resultados, pelo que o reconhecimento dessa imparidade penaliza negativamente as *proxies*. Numa decisão de gestão de resultados, o gestor utiliza poder discricionário, podendo, contudo, avaliar o impacto da perda por imparidade GW, quando decide, ou não, reconhecer essa perda.

A opção de codificar as variações dos indicadores em *dummies*, assumindo o valor 1 quando a variação é negativa, resulta da indefinição da leitura de uma relação significativa desta variável, quando a sua variação ocorre no intervalo contínuo] $+\infty$; $-\infty$],

podendo assumir nesse caso variações positivas ou negativas. Por exemplo, o reconhecimento de uma imparidade GW em empresas com um ROA superior ao valor de referência poderá ser interpretado como *income smoothing*, enquanto se esta variável estiver num nível inferior à média (ou mediana), poderá ser identificada com *big bath*.

Considerando a não normalidade e homogeneidade das variâncias da amostra, assim como a presenças de *outliers*, utilizou-se como medida de tendência central a mediana e o teste não paramétrico Mann-Whitney, para dados não emparelhados (e.g., Abuaddous *et al.*, 2014). A amostra foi agrupada em função do reconhecimento ou não reconhecimento de perdas por imparidade GW, variável dicotômica que assume o valor um se no ano N foram reconhecidas perdas por imparidade GW e zero em caso contrário.

Verifica-se que, em termos gerais, os indicadores utilizados e calculados com base nos resultados do período antes de imparidade GW, com exceção do ROE, apresentam valores medianos inferiores (sinais negativos tabela 8) no subgrupo de observações de empresas que reconhecem essas imparidades, comparativamente com a situação do não reconhecem. Confirmam-se diferenças estatisticamente significativas em diversas situações (tabela 8).

Tabela 8 – Resultados totais, país e setor (Mann-Whitney)

Variável	Total (1)	Países		Setores				
		Portugal (2)	Espanha (3)	Bens consumo	Tecnologia	Petróleo	Serviços	Indústria
ROA	- 1.952* (0.051)	+ -0.897 (0.369)	- 2.970*** (0.003)	- 1.756* (0.079)	+ -1.485 (0.137)	- 0.144 (0.885)	- 2.011** (0.044)	- 1.851* (0.064)
ΔROA	- 1.0497 (0.306)	- 0.308 (0.578)	- 2.775* (0.096)	- 0.485 (0.486)	- 0.058 (0.809)	- 0.253 (0.615)	- 0.268 (0.788)	- 2.320 (0.128)
ROS	- 1.439 (0.150)	+ -0.870 (0.384)	- 2.391** (0.016)	- 1.626 (0.104)	+ -2.024** (0.043)	- 2.387** (0.017)	- 1.224 (0.221)	- 1.429 (0.153)
ΔROS	- 2.6733 (0.102)	0.191 (0.662)	- 0.107** (0.018)	- 0.101 (0.750)	- 0.228 (0.632)	- 0.130 (0.718)	- 0.134 (0.893)	- 6.889*** (0.009)
ROE	+ -0.005 (0.995)	+ -0.731 (0.464)	- 0.465 (0.642)	- -0.429 (0.668)	+ -1.790* (0.073)	- 0.577 (0.563)	- 1.035 (0.300)	+ 1.084 (0.278)
ΔROE	- 2.106 (0.147)	- 0.2301 (0.631)	- 2.063 (0.151)	- 0.404 (0.525)	- 0.016 (0.897)	- 0.020 (0.887)	- 1.162 (0.281)	- 3.200* (0.074)
Bath	- -3.2*** (0.001)	- -1.34 (0.177)	- -2.93*** (0.003)	+ -2.50** (0.012)	+ -1.82* (0.067)	+ -0.366 (0.714)	- 0.341 (0.733)	- -3.00** (0.002)
ΔRAL imp	- 5.549** (0.018)	- 2.317 (0.128)	- 3.2546* (0.071)	- 0.001 (0.968)	- 0.016 (0.897)	- 0.325 (0.568)	- 1.250 (0.263)	- 6.251** (0.012)
RL (-)	7.23** (0.007)	1.021 (0.312)	6.793*** (0.009)	1.963 (0.161)	0.459 (0.498)	2.578 (0.108)	1.473 (0.225)	4.633** (0.031)

Nota: (a) Nas células apresenta-se os valores do teste z e ente parenteses a prob $z > |z|$: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01; (b) nas variáveis dicotômicas ΔROA, ΔROS e ΔRAI coeficiente do teste Qui-quadrado e respetivo p-value (c) Os sinais (+) e (-) significam que o valor mediano do indicador é, respetivamente, mais elevado ou menos elevado no grupo das empresas que reconhecem imparidades.

Os resultados sugerem existir um comportamento geral no sentido de penalizar os RL (tabela 8, coluna 1), quando estes já são baixos (estratégia *big bath*). Esta indicação é reforçada pela relação entre o reconhecimento de imparidade GW (variável dicotómica) e as variações negativas de RL antes de imparidade GW (Δ RAI_imp), o indicador ROA e a existência de RL negativos. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos, designadamente Jordan e Clark (2004), Sevin e Schroeder (2005) e Abuaddous *et al.* (2014), onde se confirmam evidências que a imparidade GW são um instrumento de práticas de *big bath*, permitidas pela elevada discricionariedade associada ao reconhecimento e mensuração deste tipo de *accruals*. Os gestores tendem a reconhecer imparidade GW em situações de pior desempenho económico.

Numa análise por países verifica-se um quadro distinto entre Portugal e Espanha. As empresas portuguesas que reconhecem imparidade GW apresentam indicadores medianos superiores e nenhuma das variáveis tem relevância estatística, sugerindo a não existência de estratégias associadas a este tipo de perda. Quanto às empresas espanholas, estas apresentam um quadro que sugere a utilização destas imparidades como instrumento de estratégias *big bath*, quer pela associação significativa à variável *bath*, quer a sua associação aos indicadores ROA, ROS e RL negativos. Note-se que as empresas que reconhecem imparidade GW apresentam valores medianos de ROS e ROA inferiores às que não reconhecem, quer ao nível da amostra, em Espanha e na generalidade dos setores.

Encontra-se fundamento para esta diferença de comportamento entre as empresas portuguesas e espanholas na maior dimensão, quer em ativos totais (t-teste: $p < 0,01$), quer em resultados (t-teste: $p < 0,05$) com diferenças significativas. Contudo, quando as variáveis em estudo (RL e perda por imparidade GW) são deflacionadas pelos ativos totais, essa diferença é grandemente atenuada e não apresenta diferenças estatisticamente significativas. Na linha desta conclusão Escribano (2017) comprovou a prática de *big bath* nas empresas espanholas, concluindo que os gestores aproveitaram os exercícios económicos com maiores perdas para reconhecer a imparidade GW.

Na análise por setores, encontra-se um comportamento misto. Nos setores dos Bens de Consumo e Tecnologia, este menos robusta ($p < 0,10$), associa-se a utilização das perdas por imparidade GW a situações em que os resultados face ao setor são superiores, sugerindo uma estratégia de *income smoothing*. Por sua vez, no setor Industrial, associa-se ao *big bath*, dedução suportada também pela significância dos restantes indicadores (ROA e variações negativas de ROS, ROE, RAI_imp e relação entre o reconhecimento de imparidade GW com anos de resultados negativos). Os resultados também sugerem que os setores são sensíveis a indicadores diferentes, dado que o reconhecimento de imparidade GW no setor de Tecnologia e Petróleo está associado ao ROS, enquanto nos restantes setores esse reconhecimento se associa ao ROA. O ROE, um indicador

com informação pertinente para o acionista e potencial investidor, parece apenas assumir importância particular nos setores da Tecnologia e da Indústria, mas com leituras distintas. Na Tecnologia o efeito esperado do reconhecimento de imparidade GW é de uma diminuição deste indicador, aproximando-se do valor mediano da amostra, sugerindo uma utilização destas imparidades como mecanismo de alisamento e de convergência para o setor. No caso da Indústria, sugere um quadro mais consistente na utilização de estratégias *big bath*, onde o reconhecimento da imparidade GW se associa a diversos indicadores penalizados pela existência de resultados baixos ou negativos. Francis *et al.* (1996) não encontraram evidência do contributo das variações do ROA (total e por indústria). Giner e Pardo (2015) também associaram estas decisões a determinados setores, enfatizando a sua natureza particular.

Tabela 9 – Resultados por ano (Mann-Whitney)

Variável	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ROA	0.879 (0.379)	0.824 (0.410)	0.035 (0.972)	0.216 (0.828)	0.252 (0.801)	1.022 (0.306)	2.652*** (0.008)	1.442 (0.149)	-1.108 (0.267)
Δ ROA	---	0.4850 (0.486)	0.4940 (0.482)	0.8421 (0.359)	1.0963 (0.259)	0.0056 (0.940)	1.2814 (0.258)	1.3451 (0.246)	2.3571 (0.125)
ROS	0.144 (0.885)	0.754 (0.450)	-0.097 (0.923)	0.333 (0.739)	0.031 (0.974)	0.946 (0.344)	2.634*** (0.008)	1.096 (0.273)	-1.543 (0.122)
Δ ROS	---	0.7015 (0.789)	0.0037 (0.951)	0.6252 (0.429)	1.1482 (0.284)	0.0629 (0.802)	1.2814 (0.258)	0.1004 (0.751)	0.5752 (0.448)
ROE	-0.284 (0.776)	-0.442 (0.658)	0.176 (0.860)	0.558 (0.576)	0.330 (0.741)	0.720 (0.471)	-0.097 (0.923)	0.131 (0.895)	-1.079 (0.280)
Δ ROE	---	0.5955 (0.440)	0.0574 (0.811)	0.7901 (0.374)	1.0538 (0.305)	0.4088 (0.523)	0.4135 (0.520)	0.1004 (0.751)	0.2507 (0.617)
Bath	-1.093 (0.274)	-1.006 (0.314)	-2.581*** (0.009)	-0.549 (0.582)	-0.464 (0.642)	-0.888 (0.374)	-0.053 (0.958)	-1.039 (0.298)	-2.207 (0.273)
Δ RAI _{imp}	---	2.3821 (0.123)	0.1704 (0.680)	0.7484 (0.387)	0.6273 (0.428)	0.0859 (0.769)	4.2725** (0.039)	0.1852 (0.667)	0.0674 (0.795)
RL (-)	0.4023 (0.526)	1.246 (0.264)	0.001 (0.972)	2.451 (0.117)	0.0247 (0.875)	0.951 (0.329)	14.784*** (0.000)	0.015 (0.901)	0.961 (0.327)

Nota: Nas células apresenta-se os valores do teste z e ente parenteses a prob $z > |z|$: * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$; nas variáveis de dicotómicas D ROA, D ROS, D ROE e D RAI coeficiente do teste Qui-quadrado e respetivo p-value.

Quando se observa por ano (tabela 9), identifica-se o ano de 2009, como o mais significativo na estratégia *big bath*, e ano 2013 como aquele onde se observam diversas situações em que a presença de indicadores negativos (ROS, ROA e variação negativa de resultados antes de imparidade GW) está associada ao reconhecimento das perdas por imparidade GW. O ano de 2013 destaca-se dos restantes anos da série por apresentar o menor RL das empresas que reconhe-

cem perdas por imparidade GW, o que associado à decisão de reconhecer tais perdas sinaliza a estratégia referida. A análise por anos mostra o crescimento, em valor, das perdas por imparidade GW, que apresentam nos anos de 2012, 2013 e 2014 incrementos significativos, atingindo o valor máximo em 2014. Esta evolução acompanha uma redução dos resultados (figura 2) e sugere que em período de crise as empresas reconheceram mais imparidades (*big bath*), contrariando assim as conclusões de Pereira (2016) de acordo com o qual durante o período de crise as empresas tendem a reduzir o reconhecimento de imparidades de ativos.

Estudos análogos, com metodologias distintas, utilizaram variáveis semelhantes como potencialmente explicativas de políticas de reconhecimento de perdas por imparidade GW. Castro (2012) realizou um estudo análogo com o ROA ($p < 0,10$), sendo este resultado semelhante ao de Avallone e Quagli (2015), mas mais robusto ($p < 0,00$).

4. Conclusão

Esta investigação seguiu uma dupla abordagem, normativa e positivista, no sentido de determinar em que medida a prática contabilística se afasta do que a IAS 36 estabelece.

O objetivo geral foi determinar se o reconhecimento de perdas por imparidade GW, nas empresas com títulos admitidos à cotação nas bolsas de Lisboa e Madrid, é influenciado por políticas de gestão e pertença (setor e país).

Encontrou-se evidência de gestão dos resultados através da imparidade GW, associada a anos de crise (particularmente, 2009 e 2013) com o ajustamento ao comportamento do mercado de capitais. A análise por país de localização da sede também mostrou diferenças, sugerindo que as empresas espanholas seguem uma estratégia mais evidente de *big bath* do que as portuguesas. Na análise por setores, o setor da Tecnologia sugeriu uma utilização das imparidades GW como mecanismo de alisamento dos resultados, enquanto o setor da Indústria apresentou um quadro mais consistente na utilização de estratégias *big bath*. Quer considerando a análise por anos, quer por setores, quer por países de localização da sede, os resultados sugeriram a existência de práticas eticamente questionáveis na gestão dos resultados, através do reconhecimento oportunistico de imparidade GW.

Apesar de existirem diversos estudos sobre o reconhecimento das perdas de imparidade GW, considera-se que esta investigação apresenta uma contribuição relevante porque, quer o reconhecimento do GW, quer o das suas perdas



por imparidade continuam a ser temas controversos e as soluções normativas suscitam questões de aplicabilidade e fiabilidade. Os resultados obtidos permitem discutir a eficiência dos mecanismos consagrados no reconhecimento de imparidade GW pelas entidades de normalização contabilística assim como a eficácia dos mecanismos de controlo da qualidade da informação financeira divulgada, pelo que se entende que também será útil em sede das entidades que controlam e auditam a informação, quanto à eficácia da sua atuação.

Este estudo contribui para a literatura em três aspetos: (i) no plano metodológico, completa um conjunto de indicadores que tornam mais robustas as conclusões sobre as práticas de *big bath*, (ii) no objeto, pois centra-se em particular em estratégias de *big bath* com recurso a imparidade GW, tema pouco explorado na literatura; (iii) no plano dos resultados, oferece uma análise comparada entre países, a fim de determinar se existem comportamentos distintos em países classificados culturalmente no mesmo contexto (*code law*) e cujos relatórios e contas consolidados são comparáveis.

O estudo apresenta limitações associadas à escolha das variáveis. Com efeito, poderão incluir-se variáveis adicionais, tendo em consideração outros estudos na área. Apesar de existir evidência de políticas de gestão de resultados por via do reconhecimento da imparidade GW, esta conclusão não pode ser generalizada, sugerindo-se que seja aprofundada, em estudos futuros, o que poderá fazer-se recorrendo a modelos de estimação dinâmicos, que permitam captar a influência de outras variáveis para o reconhecimento da imparidade GW.

Este artigo foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/SOC/04020/2013.

Bibliografia (excluindo normativos)

Abuaddous, M., Hanefah, M. e Laili, N. (2014) Accounting standards, goodwill impairment, and earnings management in Malaysia. *International Journal of Economics and Finance*, 6, pp. 201-211. doi:10.5539/ijef.v6n12p201.

AbuGhazaleh, N., Al-Hares, M. e Roberts, C. (2011) Accounting discretion in goodwill impairments: UK evidence. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 22 (3), pp. 165-204. doi:10.1111/j.1467-646X.2011.01049. x.

AbuGhazaleh, N., Al-Hares, O. e Haddad, A. (2012) The value relevance of goodwill impairments: UK evidence. *International Journal of Economics and Finance*, 4 (4), pp. 206-216. doi:10.5539/ijef.v4n4p206.

Alves, S. (2013) The Association between goodwill impairment and discretionary accruals: Portuguese evidence. *Journal of Accounting – Business & Management*, 20(2), pp. 84–98. Disponível em <http://journal.stie-mce.ac.id/index.php/jabminternational/article/view/174>>. Acedido em 20 de janeiro de 2018.

Avallone, F. e Quagli A. (2015) Insight into the variables used to manage the goodwill impairment test under IAS 36. *Advances in Accounting*, 31(1), pp.107–114. doi: 10.1016/j.adiac.2015.03.011.

Badolato, P., Donelsona, D. e Egeb, M. (2014) Audit committee financial expertise and earnings management: The role of status. *Journal of Accounting and Economics*, 58 (2–3), pp. 208–230. doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.08.006.

Barker, R. e Imam, S. (2008) Analysts' perceptions of 'earnings quality'. *Accounting and Business Research*, 38 (4), pp. 313–329. doi: 10.1080/ 00014788.2008.9663344.

Beatty, A. e Weber, J. (2003). The Effects of Debt Contracting on Voluntary Accounting Method Changes. *The Accounting Review*, 78(1), pp. 119–142. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3203298>.

Beatty, A. e Weber, J. (2006) Accounting discretion in fair value estimates: an examination of SFAS 142 Goodwill Impairments. *Journal of Accounting Research*, 44(2), pp. 257–288. doi:10.1111/j.1475–679X.2006.00200.x.

Beeks, W. e Brown, P. (2006) Do better-governed Australian firms make more informative disclosures?. *Journal of Business Finance and Accounting*, 33(3–4), pp. 422–450. doi: 10.1111/j.1468–5957.2006.00614.x.

Belgacem, I. e Omri, A. (2014) The value relevance of voluntary disclosure: Evidence from Tunisia Stock Market. *International Journal of Management, Accounting and Economics*, 1(5), pp. 353–370.

Brochet, F. e Welch, K. (2011) Top executive background and financial reporting choice. Working Paper, Harvard Business School. <http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/11-088.pdf>: Acedido em 28-out-2016.

Brütting, M. (2011) Goodwill Impairment Causes and Impact. Dissertação doutoral não publicada. City University London. Reino Unido.

Castro, E. (2012). Manipulação de Resultados em Portugal através do GW. Tese de Mestrado (não publicada), Instituto Politécnico do Porto. Portugal.



Chen, T., Xie, L. e Zhang, Y. (2016) How does analysts' forecast quality relate to corporate investment efficiency?, *Journal of Corporate Finance*, 43, pp. 217-240 doi: 10.1016/j.jcorpfin.2016.12.010.

Donaldson, L. e Davis, J. (1994) Boards and company performance - research challenges the conventional wisdom. *Corporate Governance: An International Review*, 2(3), pp. 151-160. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.1994.tb00071.x>

Elliott, J. e Shaw, W. (1988) Write offs as accounting procedures to manage perceptions. *Journal of Accounting Research*, 26, pp. 91-119. doi: 10.2307/2491182.

Escribano, J. (2017) Análisis de la discrecionalidad en el reconocimiento del deterioro del fondo de comercio: un estudio empírico. Tese doutoral (não publicada), Universidad Complutense de Madrid. Espanha

Fernandes, J. Gonçalves, C., Guerreiro, C. e Pereira, L. (2016) Perdas por imparidade: fatores explicativos e impactos. *Revista Brasileira de Gestão e Negócios*, 18(60), pp. 305-318. doi: 10.7819/rbgn.v18i60.2300

Fitzpatrick, J. e Sagers, C. (2009) Faith-based financial regulation: a primer on oversight of credit rating organizations. *Administrative Law Review*, 61(3), pp. 557-610.

Francis, J., Hanna, D. e Vincent, L. (1996) Causes and Effects of Discretionary Asset Writeoff. *Journal of Accounting Research*, 34(3), pp. 117-134. doi: 10.2307/2491429.

Gaio, C. e Mateus, M. da C. (2014) O relato financeiro das empresas cotadas em Portugal: Grau de conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 1. *Portuguese Journal of Accounting and Management*, 15, pp. 39-73.

Giner, B. e Pardo, F. (2015) How ethical are managers' goodwill impairment Decisions in Spanish-listed firms? *Journal of Business Ethics*, 132(1), pp. 21-40. <http://www.jstor.org/stable/24703650>.

Hamberg, M., Paananen, M. e Novak, J. (2011) The adoption of IFRS 3: the effects of managerial discretion and stock market reactions. *European Accounting Review*, 20(2), pp. 263-288. doi: 10.1080/09638181003687877.

Jahmani, Y., Dowling, A. e Torres, D. (2010) Goodwill impairment: a new window for earnings management? *Journal of Business & Economics Research*, 8(2), pp. 19-23. doi:10.19030/jber.v8i2.669

Jordan, E. e Clark, J. (2004) Big bath earning management: the case of goodwill impairment under SFAS Nr. 142. *Journal of Applied Business Research*, 20(2), pp. 63-69. DOI .

Jordan, E. e Clark, J. (2015) Do new CEOs practice big bath earnings management via goodwill impairments? *Journal of Accounting and Finance*, 15(7), pp. 11-21.

Lee, T. (1971) An example of Will-o'-the-Wisp accounting. *Accounting and Business Research*, 1(4), pp. 318-328. DOI: 10.1080/00014788.1971.9728985.

Li, K. e You, H. (2015) What is the value of sell-side analysts? Evidence from coverage initiations and terminations. *Journal of Accounting and Economics*, 60 (2-3), pp. 141-160. doi.org/10.1016/j.jacceco.2015.08.006.

Li, Z., Shroff, P., Venkataraman, R. e Zhang, I. (2011) Causes and consequences of goodwill impairment losses. *Review of Accounting Studies*, 16(4), pp. 745-778. doi: 10.1007/s11142-011-9167-2.

Nobes, C. e Parker, R. (2004) *Comparative international accounting*. London: Prentice Hall.

Pereira, A. (2016) A crise financeira e o reconhecimento de imparidades: o caso europeu. Tese de Mestrado (não publicada), Instituto Superior de Economia e Gestão. Portugal.

Ramanna, K. (2008) The implications of unverifiable fair-value accounting: evidence from the political economy of goodwill accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 45, pp. 253-281. doi: 10.1016/j.jacceco.2007.11.006.

Ramanna, K. e Watts, R. (2012) Evidence on the use of unverifiable estimates in required goodwill impairment. *Review Accounting Studies*, 17(4), pp. 749-780. doi: 10.1007/s11142-012-9188-5.

Rhee, R. (2015) Why credit rating agencies exist. *Economic Notes by Banca Monte dei Paschi di Siena SpA*, 44(2), pp. 161-175.

Riedl, E. (2004) An examination of long-lived asset impairments. *The Accounting Review*, 79, pp. 823-852. doi: 10.2308/accr.2004.79.3.823.

Sevin, S. e Schroeder, R. (2005) Earnings management: evidence from SFAS No. 142 reporting. *Managerial Auditing Journal*, 20(1), pp. 47-54. <http://dx.doi.org/10.1108/02686900510570696>.



Stenheim, T. e Madsen, D. (2016) Goodwill impairment losses, economic impairment, earnings management and corporate governance. *Journal of Accounting and Finance*, 16(2), pp. 11- 29.

Van de Poel, K., Maijoor, S. e Vanstraelen, A. (2009) IFRS goodwill impairment test and earnings management: the influence of audit quality and the institutional environment. (Working paper). University of Maastricht & University Antwerp. Disponível em http://www.fdewb.unimaas.nl/ISAR2009/02_17_Van_de_Poel_Maijoor_Vanstraelen.pdf.

Veiga, J., Gonçalves, C., Fernandes, J. e Andraz, G. (2015) The relevance of fair value across countries: firms listed in Lisbon and Madrid Stock Exchange. *Journal of Spatial and Organizational Dynamics*, III(1), pp. 78 -98.

Walsh, P., Craig, R. e Clarke, F. (1991) Big bath accounting using extraordinary items adjustments: Australian empirical evidence. *Journal of Business Finance & Accounting*, 18(2), pp. 173-189. doi:10.1111/j.1468-5957.1991.tb00587.x

Watts, R. (2003) Conservatism in accounting Part I: Explanations and implications. *Accounting Horizons*, 17 (September), pp. 207-221. doi:10.2308/acch.2003.17.3.207

Watts, R. e Zimmerman, J. (1990) Positive accounting theory: a ten-year perspective. *The Accounting Review*, 65(1) pp. 131-156. <http://www.jstor.org/stable/247880>.

Yu, M. (2010) Analyst forecast properties, analyst following and governance disclosures: A global perspective. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 19, pp. 1-15. doi:10.1016/j.intaccudtax.

Zucca, L. e Campbell, D. (1992) A closer look at discretionary write-downs of impaired assets. *Accounting Horizons*, 6 (September), pp. 30-41.



Divulgação da Informação Financeira: uma Análise Comparativa entre POCP e SNC-AP

Paula Nunes Vaz

Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia
Av. Dias da Silva, 165 - 3004-512 Coimbra - Portugal
paulinhavaz18@hotmail.com

Pedro André Cerqueira

Universidade de Coimbra, Centre for Business and Economics Research (CeBER),
Faculdade de Economia
Av. Dias da Silva, 165 - 3004-512 Coimbra - Portugal
pacerq@fe.uc.pt



Divulgação da Informação Financeira: uma Análise Comparativa entre POCP e SNC-AP

Resumo

Portugal embarcou numa primeira reforma considerável da contabilidade pública em 1990, que terminou com a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), que trouxe para a contabilidade pública portuguesa o regime do acréscimo, aproximando-a da contabilidade empresarial. Embora a implementação do POCP tenha sido genericamente bem-sucedida, a normalização contabilística do setor público português encontrava-se, a certa altura, desatualizada e inconsistente (Gonçalves et al., 2017). Por um lado, a implementação do Sistema de Normalização Contabilística no setor empresarial, baseado em normas contabilísticas internacionais, foi ao encontro de uma harmonização e normalização contabilística a nível europeu (Gomes et al., 2019), enquanto o POCP continuava assente em regras contabilísticas nacionais. Neste contexto, surgiu o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado através do Decreto-Lei nº192/2015 de 11 de setembro. Contudo, a transição de um sistema contabilístico para outro requer mudanças e adaptações por parte das entidades, nomeadamente acerca do tipo de informação financeira divulgada e na sua forma de divulgação. O SNC-AP, por proximidade às normas internacionais e ao SNC, incrementou a exigência de divulgação de informação complementar às demonstrações financeiras, designadamente no Anexo. Assim, o presente artigo tem como objetivos identificar as mudanças provocadas pela implementação do SNC-AP face ao POCP no que respeita à transparência, quantidade e tipo de informação financeira divulgada pelas entidades públicas portuguesas. O estudo assenta numa amostra de 33 entidades, definida a partir de uma listagem obtida pelo Tribunal de Contas, abrangendo os anos de 2016 a 2019.

Palavras-Chave: Divulgações; Conformidade; Evolução; SNC-AP; POCP.

Abstract

Portugal embarked on a first considerable reform of public sector accounting in the 1990s, which ended with the implementation of the Official Public Sector Accounting Plan (POCP), which brought to Portuguese public sector accounting the accrual basis, bringing it closer to business accounting. Although the implementation of the POCP was generally successful, the standardisation of the Portuguese public sector accounting was, at some point, outdated and

inconsistent (Gonçalves et al., 2017). On the one hand, the implementation of the Accounting Standardisation System (SNC) in business accounting, based on international accounting standards, met an accounting harmonisation and standardisation at European level (Gomes et al., 2019), while the POCP was still based on national accounting rules. In this context, the Accounting Standardisation System for Public Administrations (SNC-AP) emerged, approved through Decree-Law No. 192/2015, of 11 September. However, the transition from one accounting system to the other requires changes and adaptations by the entities, namely at the level of the type of financial information disclosed and in the way it is disclosed. The SNC-AP, by proximity to international standards and the SNC, increased the requirement for disclosure of complementary information to the financial statements, namely in the Annex. Therefore, this paper aims to identify the changes caused by the implementation of the SNC-AP compared to the POCP regarding the transparency, amount and type of financial information disclosed by Portuguese public sector entities. The study is based on a sample of 33 entities, defined from a list obtained from the Court of Auditors, covering the years 2016 to 2019.

Keywords: Disclosures; Compliance; Evolution; SNC-AP; POCP.



1. Introdução

Em Portugal, a primeira grande reforma da administração financeira e da contabilidade pública começou a ser discutida a partir de 1992, culminando com a aprovação do primeiro Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), publicado através do Decreto-Lei nº232/97, de 3 de setembro, através do qual se introduziu pela primeira vez na contabilidade pública o regime do acréscimo. Mais tarde, do POCP derivaram outros planos setoriais, nomeadamente, o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC-Educação), o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS) e o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social (POCISSSS). Obrigatoriamente aplicável a todas as entidades da administração central, regional e local, à exceção das entidades conotadas como empresas públicas e da Segurança Social, o POCP tinha como objetivo a criação de um sistema integrado de contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, de forma a tornar-se um instrumento fundamental de apoio à gestão e avaliação das entidades públicas.

Embora a implementação do POCP tenha sido genericamente bem-sucedida, a normalização contabilística do setor público português encontrava-se, a certa altura, desatualizada e inconsistente (Gonçalves et al., 2017). Por um lado, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), implementado no setor empresarial português, foi adotando as normas contabilísticas internacionais, indo ao encontro de uma harmonização e normalização contabilística a nível europeu (Gomes et al., 2019), enquanto o POCP continuava assente em regras contabilísticas nacionais. Por outro lado, a União Europeia (UE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) faziam pressão nos estados-membros para adotarem ferramentas que permitissem uma harmonização contabilística, de forma a garantir a transparência e fiabilidade do relato financeiro por parte das entidades públicas, na sequência da crise europeia das dívidas soberanas. Por estes motivos, surgiu a necessidade da criação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado através do Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro. A implementação do SNC-AP permitiu, entre outros aspetos, a extensão e solidificação da base do acréscimo na contabilidade e relato financeiro do setor público, o fortalecimento da relação entre a contabilidade pública e as contas nacionais, o contributo para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação financeira do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro; e, por fim, a uniformização de procedimentos e o aumento da fiabilidade da consolidação de contas (Jorge et al., 2019).

Contudo, a transição de um sistema de contabilidade para o outro requer mudanças e adaptações por parte das entidades, nomeadamente ao nível do tipo de informação financeira divulgada e na forma de divulgação da mesma. A

informação financeira assume extrema importância na análise da situação financeira, patrimonial e orçamental de uma entidade pública, pelo que deve pautar-se por fiabilidade e transparência, de forma a ser clara e compreensível aos seus utilizadores. O SNC-AP, por proximidade às normas internacionais e ao SNC, incrementou a exigência de divulgação de informação complementar às demonstrações financeiras, designadamente no Anexo.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução da divulgação da informação financeira e orçamental com a implementação do SNC-AP. Desta forma, pretende-se dar resposta às seguintes questões de investigação:

- 1) A implementação do SNC-AP permitiu uma melhoria significativa na divulgação da informação financeira e orçamental?
- 2) Quais as áreas em que se verifica uma evolução positiva da divulgação da informação?
- 3) Quais as áreas em que ainda se verificam falhas na divulgação da informação?

O estudo pretende concluir sobre o incremento e diversidade das divulgações exigidas com a implementação de um novo sistema contabilístico aproximado às normas internacionais, procurando indagar sobre possíveis diferenças de grau de divulgação da informação entre setores das administrações públicas e áreas contabilísticas distintas.

Sendo uma investigação inédita apresenta como potenciais contribuições, não só a evolução da transparência das entidades do setor público português tendo em conta a mudança de um sistema contabilístico para outro, como também identificar as áreas em que esta evolução é mais significativa e as áreas e setores que continuam a apresentar falhas na divulgação da informação.

O trabalho segue com uma breve resenha da evolução da contabilidade pública em Portugal, seguindo-se uma revisão sumária de literatura sobre transparência, *accountability* e o papel da divulgação da informação financeira. Posteriormente descreve-se a metodologia, apresentam-se os resultados e finaliza-se com a sintetização das principais conclusões.



2. A Evolução da Contabilidade Pública em Portugal

Os registos históricos indicam que a primeira evidência de debate sobre a forma de fazer contabilidade no setor público remonta ao reinado de D. Afonso II, entre os anos de 1211 e 1223, com a menção dos *Livros de Recabedo Regni* (livros de prestação de contas e de registo das receitas da coroa portuguesa) numa lei publicada na altura. No entanto, segundo Gonçalves et al. (2017), é durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) que é fundada a primeira instituição pública de coordenação das finanças públicas nacionais e régias, denominada de Casa dos Contos, que surgiu com o objetivo de fiscalizar as receitas e as despesas públicas.

Até 1761 a contabilidade pública em Portugal caracterizou-se, essencialmente, “pelo registo das operações de forma sistemática, cronológica, classificada e arrumada por contas de terceiros” (Gonçalves et al., 2017, p.125) isto é, com base no método unigráfico. A primeira reforma na contabilidade pública portuguesa é protagonizada por Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), Secretário de Estado durante o reinado de D. José, no ano de 1761, através da extinção da Casa dos Contos e a criação do Erário Régio, com a publicação da Carta da Lei, de 22 de dezembro de 1761 (Lira, 2011). Esta disposição, que tinha como objetivo a organização das finanças do Estado e o combate à corrupção entre os funcionários públicos, fixou normas sobre a organização e o funcionamento da Fazenda Real, inovando através da implementação de um novo método de escrita contabilística, o método digráfico.

Já no século XX, e após a implementação da República em Portugal, foram aprovadas leis que estabeleceram princípios e regras a fim de atingir uma maior homogeneidade e elevar a contabilidade pública portuguesa ao nível da contabilidade pública de outros países europeus (Nogueira e Carvalho, 2006). Nesta altura, a contabilidade pública portuguesa focava-se, na sua essência, numa contabilidade meramente orçamental, com o seu quadro legal estruturado numa base de caixa, isto é, apenas registava os movimentos de tesouraria e as operações dos fluxos financeiros. A principal preocupação do registo contabilístico era servir o Governo, fornecendo-lhe informação respeitante ao controlo orçamental.

Segundo Nogueira e Carvalho (2006), a reviravolta da contabilidade pública inicia-se com a Revolução de 25 de abril de 1974, devido à mudança de regime político que impulsionou profundas alterações no setor público português, sendo continuada pela entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. Para Vaz (2016), a adesão de Portugal à CEE veio impulsionar uma inovação na contabilidade pública portuguesa, devido aos estímulos criados pelos restantes países-membros, o que fazia prever a existência de uma nova reforma. Esta veio a verificar-se aquando da publicação

da Lei nº 8/90, de 20 de fevereiro, denominada de Lei de Bases da Contabilidade Pública (LBCP), cujo objetivo era definir o novo regime financeiro dos serviços e organismos da Administração Central, as regras de execução orçamental e o controlo e a contabilização das receitas e despesas públicas (Art.1.º, LBCP). Um ano mais tarde, é implementada a primeira Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) através da publicação da Lei nº 6/91, que visava o estabelecimento de regras referentes à elaboração, discussão, aprovação, execução, alteração e fiscalização do Orçamento do Estado (Art. 1.º Lei nº 6/91). Já em 1992, o Decreto-Lei nº 155/92, de 28 de julho, veio finalizar o processo de evolução relativa à reforma orçamental e de contabilidade pública desta época, com a definição do regime jurídico e financeiro dos serviços e organismos da Administração Pública.

Durante os cinco anos seguintes, a contabilidade pública em Portugal manteve-se enquadrada nestes três documentos legislativos. No entanto, a integração de Portugal na CEE exigiu inovação e adaptações relativamente às políticas de contabilidade pública adotadas. Para fazer face às necessidades de controlo e divulgação da informação financeira e, de forma a seguir as diretrizes da UE, Portugal avançou com um novo diploma legislativo que iniciou uma das mais importantes reformas da administração financeira e das contas públicas portuguesas: a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro. Este diploma, que marca o início da normalização contabilística na contabilidade pública em Portugal, foi implementado com o objetivo de criar condições para a integração da contabilidade orçamental, patrimonial e analítica numa contabilidade pública modernizada, que permitisse ser um instrumento de apoio não só à gestão das entidades públicas, como também à sua avaliação. Além disto, o POCP visava permitir a tomada de decisões estratégicas em âmbito orçamental, a disponibilização de informação que apoiasse o controlo da atividade financeira da Administração Pública, reforçar a transparência da situação financeira e patrimonial das entidades públicas e das suas relações financeiras com o Estado e, por fim, a obtenção dos elementos necessários ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional (preâmbulo do Decreto-Lei nº 232/97). Foi a partir deste momento que as entidades públicas ficaram obrigadas a elaborar o Balanço, a Demonstração dos Resultados, os Mapas de Execução Orçamental (receita, despesa e fluxos de caixa) e o Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais. A partir da implementação do POCP foram também criados outros planos setoriais, que complementavam o conjunto de princípios e regras adotados, de âmbitos de aplicação distintos: o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), o Plano Oficial de Contabilidade para o Setor da Educação (POC-Educação), o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério de Saúde (POCMS) e o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social (POCISSSS).



A implementação, em Portugal, deste sistema contabilístico assente no POCP é, ainda hoje, considerada um marco da reforma da administração financeira e das contas públicas, uma vez que conduziu a uma significativa evolução na contabilidade pública. O POCP permitiu que o relato financeiro das entidades começasse a refletir a situação económica e financeira das empresas, possibilitando a sua análise, ao invés de estar unicamente direcionado ao cumprimento de requisitos legais (Jesus, 2009).

Tendo em conta que um novo sistema contabilístico baseado nas normas internacionais de contabilidade, o Sistema de Normalização de Contabilidade (SNC), foi implementado no setor empresarial português em 2010, Vaz (2016) considera que existia uma fragmentação na contabilidade pública. Tal é justificado pelo facto de existirem diferentes normativos contabilísticos a serem aplicados simultaneamente (POCP e planos setoriais no setor público e SNC e IFRS no setor empresarial), causando um desequilíbrio entre ambos os setores, o que punha em causa a consistência e a fiabilidade do relato financeiro das entidades. Já Silva et al. (2016) também evidenciam a dificuldade da preparação da consolidação de contas como uma das limitações apresentadas pelo POCP após a implementação do SNC. Assim, apesar das melhorias significativas alcançadas pelo POCP, este sistema contabilístico começou, com o passar do tempo, a evidenciar algumas limitações, tornando a contabilidade pública portuguesa numa contabilidade desatualizada, fragmentada e inconsistente (Gonçalves et al., 2017). A par disto, a crise europeia das dívidas soberanas e consequente programa de resgate económico fizeram com que a *Troika* (Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE e Comissão Europeia) realçasse as limitações do atual POCP, nomeadamente a sua incapacidade de mostrar informação sobre determinado tipo de transações e de apresentar a verdadeira situação financeira das entidades (Jorge et al., 2019). Nesta sequência, a UE publicou, em 2011, a Diretiva nº 2011/85/UE, de 8 de novembro, onde se indica que todos os estados-membros deveriam “adotar práticas de contabilidade pública exaustivas e fiáveis em todos os subsetores da administração pública” (Silva et al., 2016, p. 17).

Posto isto, a harmonização dos sistemas contabilísticos em Portugal tornava-se cada vez mais imperativa, uma vez que era a única solução viável para se alcançar a transparência das contas públicas e a comparabilidade da informação financeira. É, então, em 2012 que é criada a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), com a função de “realizar os trabalhos técnicos com vista à aprovação de um único Sistema de Normalização Contabilística Público (SNCP) adaptado às normas internacionais específicas para o setor público (IPSAS) e às leis nacionais em que estas matérias são reguladas” (Art. 2º, Decreto-Lei nº 134/2012).

As *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), desenvolvidas e supervisionadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IP-SASB) são uma adaptação das *International Accounting Standards* (IAS) ao setor público. Segundo o EUROSTAT (2012), as IPSAS foram elaboradas com o intuito de incrementar a qualidade e a transparência da informação financeira do setor público através do estabelecimento de padrões de alta qualidade para uso das entidades do setor público, da promoção da convergência internacional das normas contabilísticas, do fornecimento de informações abrangentes sobre a gestão financeira para fins de tomada de decisão, e da divulgação de orientações sobre questões e experiências em matéria de informação financeira do setor público. É com base nelas que a CNC elaborou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado através do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. Este novo sistema contabilístico resolve a fragmentação e as inconsistências existente em contexto de POCP, permitindo que as administrações públicas possuam um sistema orçamental e financeiro mais eficaz, dada a proximidade às IPSAS. Além disto, o SNC-AP visa também evidenciar a execução orçamental e o respetivo desempenho, proporcionar informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, permitir o controlo financeiro dos gastos públicos, proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão, uniformizar os procedimentos contabilísticos e aumentar a fiabilidade da informação financeira aquando da consolidação de contas das entidades.

Comparando os dois sistemas contabilísticos, a primeira grande diferença verificada são os números de requisitos de divulgação exigidos pelo POCP (e respetivos planos setoriais) e o SNC-AP. Os primeiros apresentam, em média, cerca de 100 requisitos de divulgação, enquanto o SNC-AP prevê mais de 400 requisitos. Por isto, pode afirmar-se, desde já, que o SNC-AP é um sistema contabilístico mais exigente e rigoroso comparativamente aos demais. Outro aspeto distinto entre os normativos são as temáticas previstas para divulgação e respetiva organização. Se o POCP e respetivos planos setoriais apresentam uma estrutura simples, exigindo uma divulgação de informação, por vezes superficial, das áreas de identificação e caracterização da entidade, referencial e políticas contabilísticas adotadas, ativo, passivo, endividamento, gastos e rendimentos, projetos de investimento e processo orçamental, o SNC-AP vai mais além. Composto por 27 Normas de Contabilidade Pública (NCP), este sistema contabilístico aprofunda o rigor da divulgação das áreas anteriormente referidas (adaptando-a para o regime do SNC-AP e aumentando o nível de pormenorização da divulgação da informação, não só pelo aumento do número de requisitos, como também pelo acréscimo da informação a ser divulgada), implementa as divulgações necessárias aquando da consolidação de contas entre entidades, e cria regras específicas para temáticas que não eram abordadas nos sistemas contabilísticos anteriores, como sejam, os rendimentos com e sem contraprestação.



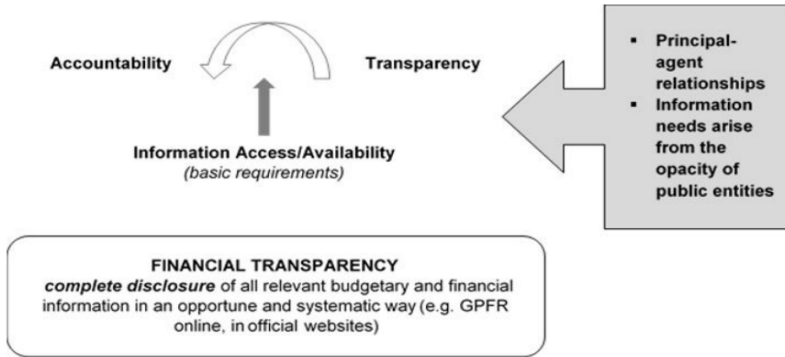
Desta forma, o SNC-AP contribuiu para uma melhoria significativa da informação financeira no setor público, não só através da apresentação dos conceitos contabilísticos e das demonstrações financeiras de uma forma mais clara e sintetizada, como também introduziu novas demonstrações financeiras, nomeadamente a demonstração das alterações no património líquido, e aprofundou os requisitos de divulgação da informação financeira que devem constar no Anexo às Demonstrações Financeiras.

3. Transparência, *Accountability* e Divulgação da Informação Financeira

A informação financeira providencia dados sobre a situação financeira e o desempenho económico de uma determinada entidade, dando suporte à tomada de decisões, pelo que deve ser pautada de fiabilidade, relevância e comparabilidade. O contexto de austeridade vivido durante a crise económica e financeira de 2008, a par do auxílio financeiro prestado por entidades externas, conduziu à necessidade de um aumento de controlo, responsabilização e transparência na gestão das entidades públicas portuguesas e respetiva alocação de dinheiros públicos. Estes conceitos, de transparência e de responsabilização (também denominado de *accountability*), já haviam sido identificados pelos países-membros da Organização das Nações Unidas como princípios fundadores da Administração Pública (Armstrong, 2015). As entidades públicas portuguesas foram obrigadas a repensar a forma como divulgavam a sua informação financeira aos seus utilizadores, de modo que esta fosse fiável e de fácil acesso, para garantir que revele a verdadeira imagem do seu desempenho financeiro.

O conceito de transparência vai para além de uma questão de acessibilidade da informação. Segundo Caamaño-Alegre et al. (2013), uma entidade transparente tem que garantir a compreensão da informação divulgada por todos os seus utilizadores. Por outro lado, torna-se necessária uma maior responsabilização por parte dos dirigentes públicos no que respeita a eventuais falhas no cumprimento dos objetivos de desempenho económico-financeiros das entidades públicas. Além disto, este conceito de *accountability* requer também uma obrigação de divulgação da utilização dos recursos públicos. Embora distintos, estes dois conceitos (transparência e *accountability*) relacionam-se entre si, uma vez que para existir responsabilização dos agentes decisores, tem de existir, necessariamente, transparência na informação. A garantia de *accountability* requer a transparência de uma entidade, sendo esta relação apoiada através da divulgação da informação financeira, conforme ilustrado na Figura 1. Estes conceitos tornam-se ainda mais importantes no setor público, uma vez que é o setor onde existem relações entre cidadãos, investidores, decisores políticos e funcionários públicos (Jorge, 2019).

Figura 1 – Transparência, Accountability e Informação Financeira | Fonte: Jorge (2019), p. 245



A evolução e desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) veio revolucionar a forma como as entidades públicas transmitem informação ao público, permitindo uma melhoria na transparência das mesmas. Kim et al. (2005) argumentam que as TIC apresentam a vantagem de “fornecer informação relevante e oportuna em grandes quantidades” (p. 650), fazendo com que o processo governamental seja mais aberto e democrático. A importância das TIC na transparência das entidades públicas é também evidenciada por Pina et al. (2007) que afirmam que a interatividade destas ferramentas é uma mais-valia. Por um lado, permite que seja divulgada uma maior quantidade de informação aos cidadãos, e por outro, também permite que a mesma seja divulgada mais rapidamente. Além disso, por ser um meio de fácil divulgação, pode fazer com que as entidades públicas fiquem mais suscetíveis a dar respostas às necessidades e exigências dos cidadãos, conduzindo a um aumento da transparência da entidade no que respeita, nomeadamente, à informação financeira. Esta prática de *e-government* é aprovada pela UE, que menciona que “a internet deve ser utilizada para aumentar a transparência, uma vez que fornece um maior volume de informação aos cidadãos” (Curtin e Meijer, 2006, p. 109). Além de conduzir a um nível mais elevado de transparência, Wong e Welch (2004) reiteram que o *e-government* pode também ser uma forma de promoção da responsabilização dos decisores públicos, uma vez que os cidadãos podem exercer um maior controlo sobre o desempenho financeiro das entidades, através da informação divulgada pelas mesmas. Pina et al. (2007) vão ao encontro dos argumentos de Curtin e Meijer (2006) e de Wong e Welch (2004), defendendo que uma das formas de avaliar o nível de transparência das entidades é através do volume de informação divulgada nos websites das entidades públicas.

4. Metodologia

Nesta secção explica-se a composição da amostra, a seleção dos dados, a construção do índice geral de divulgação da informação financeira e os índices parciais dele derivados.

4.1 Amostra

A amostra foi definida através de um processo que se iniciou pelo contacto com o Tribunal de Contas, tendo sido recebida uma lista composta por mais de 1.000 entidades que apresentaram as suas contas, nos anos de 2018 e 2019, em concordância com o SNC-AP, tendo nos dois anos anteriores seguido o POCP ou plano setorial deste derivado. Foram excluídas desta lista as entidades da Administração Local (para as quais a implementação do SNC-AP só se tornou obrigatória a partir de 2020), Órgãos de Soberania, Setor Cooperativo e Setor Empresarial do Estado, dada a sua baixa representatividade. De seguida, excluíram-se as entidades que não apresentaram as suas contas em conformidade com o SNC-AP nos dois anos supramencionados e as entidades que não possuem websites oficiais (fonte privilegiada para acesso à informação). Por fim, excluíram-se também as entidades que divulgavam apenas os relatórios de contas consolidados e/ou não apresentavam online o Anexo às Demonstrações Financeiras. Tendo em conta estes critérios, chegou-se finalmente a uma amostra composta por 33 entidades (dos subsectores de saúde, educação, cultura, justiça, ambiental, imobiliário, governamental e turismo), que se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1 – Composição da Amostra

Sector de Atividade	Nº de Entidades	Plano Contabilístico
Saúde	15	POCMS e SNC-AP
Educação	6	POC-Educação e SNC-AP
Cultura	3	POCP e SNC-AP
Justiça	1	POCP e SNC-AP
Ambiental	1	POCP e SNC-AP
Imobiliário	2	POCP e SNC-AP
Governamental	2	POCP e SNC-AP
Turismo	3	POCAL e SNC-AP

4.2 Índices de Divulgação da Informação Financeira

O Índice Geral de Divulgação da Informação Financeira (IGDIF) apresenta-se como uma medida de cumprimento dos requisitos de divulgação da informação financeira. O POCP e os respetivos planos setoriais, assim como o SNC-AP, preveem diversos requisitos de divulgação de informação financeira, nomeadamente no Anexo. É com base nestes critérios de divulgação que foi construído o índice mencionado.

Uma entidade pode divulgar ou não divulgar a informação prevista num determinado critério, ou pode não ter de o divulgar, uma vez que tal requisito pode não ser aplicável à sua realidade. Neste sentido, a análise do cumprimento dos requisitos de divulgação da informação financeira é feita da seguinte forma:

- Com “1”, se a entidade tem o dever de divulgar a informação e, efetivamente, divulga-a;
- Com “0”, se a entidade tem o dever de divulgar a informação e não a divulga;
- Com “N/A”, se a informação a divulgar não é aplicável à entidade em causa.

Para efeito, importa referir que os requisitos de divulgação considerados não aplicáveis serão analisados como “1”, uma vez que a entidade não pode sair prejudicada quando não existe obrigatoriedade de divulgar essa informação, ou seja, o seu comportamento está em conformidade com os requisitos. Assim sendo, o IGDIF é calculado da seguinte forma:

$$IGDIF = \frac{\sum \text{Itens com valor igual a 1}}{\text{Total de Critérios}}$$

Com o intuito de se realizar uma análise mais pormenorizada, foram também considerados outros índices, para além do geral, considerando áreas contabilísticas de divulgação, nomeadamente: o Índice de Divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes (IDANFNC), o Índice de Divulgação dos Ativos Financeiros Não Correntes (IDAFNC), o Índice de Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (IDAPC), o Índice de Divulgação do Passivo Não Corrente (IDPNC), o Índice de Divulgação dos Rendimentos (IDR), o Índice de Divulgação dos Gastos (IDG) e o Índice de Divulgação de Prestação de Contas (IDPC).

No IDANFNC foram englobados todos os requisitos relacionados com os ativos tangíveis, ativos intangíveis, propriedades de investimento e imparidade de ativos. No IDAFNC foram incluídos os critérios relacionados com os investimentos financeiros, investimentos em associadas, acordos conjuntos e partes relacionadas. Já no IDAPC foram considerados todos os requisitos associados a dívidas a receber ou a pagar de curto-prazo, inventários, ativos biológicos, meios financeiros líquidos e efeitos de alterações de taxas de câmbio. No IDPNC foram englobados os critérios relacionados com provisões, ativos e passivos contingentes, acontecimentos após a data de relato, custo de empréstimos obtidos, acordos de concessão de serviços e locações. No IDR foram considerados os requisitos da temática de rendimentos de transações com e sem contraprestação, proveitos e contratos de construção. Já no IDG foram considerados os critérios associados a todos os gastos, nomeadamente, benefícios aos empregados e custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas. Finalmente, no IDPC foram englobados todos os requisitos relacionados com a identificação

e caracterização da entidade, referencial e políticas contabilísticas adotadas, fundo patrimonial, contabilidade e relato orçamental, assim como relato por segmentos. Importa referir que o cálculo destes índices de divulgação secundários seguiu a mesma lógica de cálculo do IGDIF.

5. Resultados

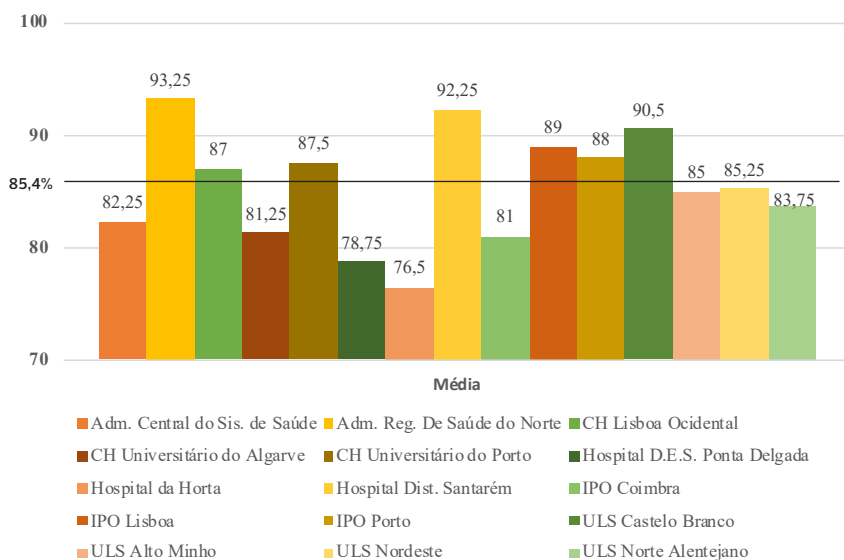
Neste ponto irá ser realizada uma análise mais pormenorizada da evolução do nível de transparência ao longo dos 4 anos em análise. Para tal, analisar-se-á, primeiramente, a evolução do IGDIF, e seguidamente, a evolução dos índices secundários. Para que a análise possa ser feita de uma forma clara e compreensível ao leitor, optou-se por realizá-la em função das áreas setoriais das entidades. Esta análise permite analisar também o panorama da divulgação da informação financeira nas várias áreas da Administração Pública.

5.1 Análise por setor das Administrações Públicas

5.1.1 Setor da Saúde

A amostra da presente investigação inclui 15 entidades do setor da saúde. A Figura 2 apresenta o índice médio de divulgação da informação financeira, no setor da saúde, entre os anos de 2016 e 2019.

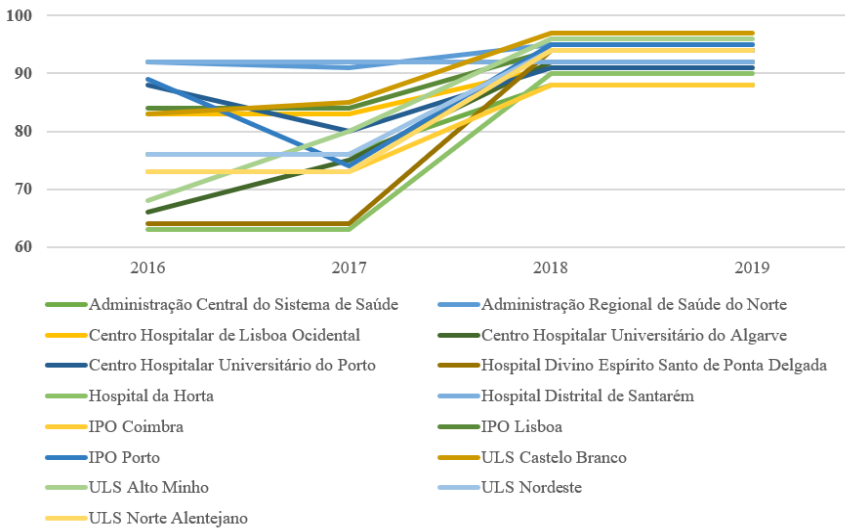
Figura 2 – Índice Médio de Divulgação da Informação Financeira (%), Setor da Saúde, 2016–2019



Podemos concluir que durante os 4 anos em análise as entidades do setor da saúde cumprem, em média, 85,4% dos requisitos de divulgação da informação financeira exigida pelos sistemas contabilísticos. Além disto, pode observar-se que apenas 7 das 15 entidades (Administração Regional de Saúde do Norte, Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, Centro Hospitalar Universitário do Porto, Hospital Distrital de Santarém, IPO Lisboa, IPO Porto e Unidade Local de Saúde de Castelo Branco) apresentam índices médios de divulgação da informação financeira acima da média do setor, o que significa que existem ainda lacunas na divulgação da informação requerida pelos sistemas contabilísticos em vigor.

Para que seja possível realizar uma análise mais detalhada, compreendendo a evolução das divulgações, importa observar a Figura 3 e o Anexo 1. A Figura 3 apresenta a evolução dos índices de divulgação da informação financeira de cada uma das entidades deste setor desde 2016 até 2019.

Figura 3 – Evolução do Índice de Divulgação da Informação Financeira, 2016–2019 – Setor da saúde



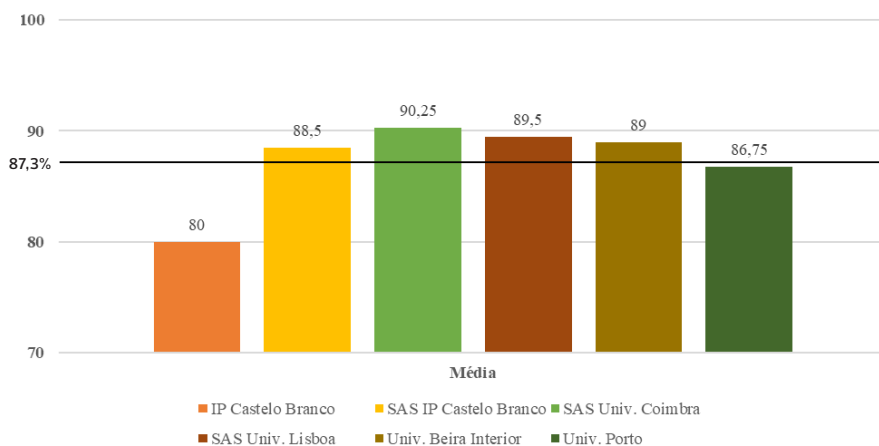
Através da análise desta figura, é possível verificar que existem três tendências gerais. Comparando 2016 e 2017, as diferenças existentes nos índices de divulgação da informação financeira das entidades não são significativas, à exceção do IPO do Porto e do Centro Hospitalar Universitário do Porto, que apresentam um grande declínio (89% para 74% e 88% para 80%, respetivamente). Na transição de 2017 para 2018, a evolução positiva existente é notória, o que mostra que a introdução do SNC-AP permitiu uma melhoria na divulgação da informação financeira. Já de 2018 para 2019, regista-se um equilíbrio. No entanto, importa notar que nenhuma das entidades atinge o valor de 100%, o que significa que ainda existem algumas falhas a colmatar. No Anexo 1 encontram-se apresen-

tados os índices parciais para o setor da saúde. Nestes podemos verificar que as áreas onde se verificam maiores índices de divulgação da informação financeira correspondem às áreas de Ativos e Passivos Correntes, Ativos Financeiros Não Correntes e Passivo Não Corrente, que apresentam índices médios de divulgação de 99%, 96% e 95%, respetivamente. Por oposição, destaca-se a área de Prestação de Contas com um índice médio de divulgação de 69%. Já as áreas de Ativos Não Financeiros Não Correntes, Rendimentos e Gastos apresentam índices médios de divulgação entre os 78% e os 88%. No entanto, esta tendência não se verifica no cumprimento dos requisitos de divulgação da área de Prestação de Contas. Estes resultados podem justificar-se pelo facto de nos anos de 2016 e 2017, em que o sistema contabilístico em vigor correspondia ao POCMS, estes critérios não serem aplicados às entidades. Além disto, pode observar-se que apenas 7 das 15 entidades (Administração Regional de Saúde do Norte, Centro Hospital de Lisboa Ocidental, Centro Hospitalar Universitário do Porto, Hospital Distrital de Santarém, IPO Lisboa, IPO Porto e Unidade Local de Saúde de Castelo Branco) apresentam índices médios de divulgação da informação financeira acima da média do setor, o que significa que existem ainda lacunas na divulgação da informação.

5.1.2 Setor da Educação

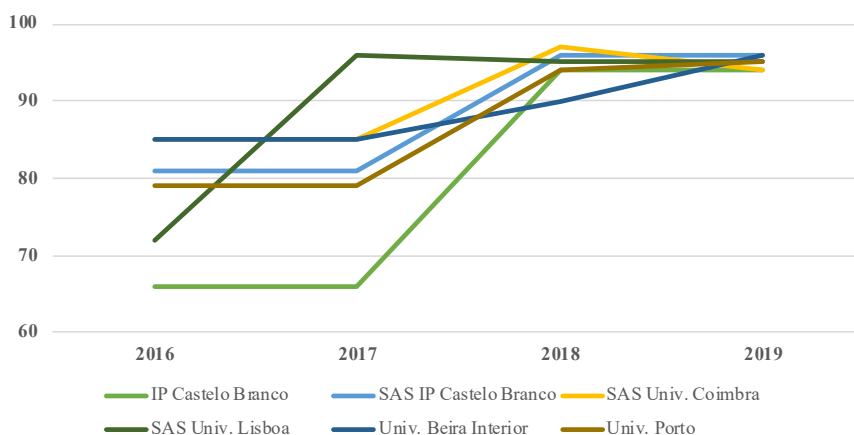
O setor da educação está representado na amostra desta investigação com 6 entidades. À semelhança do que foi feito anteriormente, a Figura 4 apresenta o índice médio de divulgação da informação financeira, no setor da educação, entre os anos de 2016 e 2019. Através da sua análise, pode concluir-se que as entidades do setor da educação cumprem, em média, 87,3% dos requisitos de divulgação da informação financeira exigida pelos sistemas contabilísticos.

Figura 4 – Índice Médio de Divulgação da Informação Financeira (%), Setor da Educação, 2016–2019



Importa referir que, contrariamente ao setor da saúde, apenas 2 entidades do setor da educação divulgam menos do que a média global do setor, sendo elas o Instituto Politécnico de Castelo Branco e a Universidade do Porto. Para possibilitar a mesma análise feita para o setor da saúde, a Figura 5 apresenta a evolução do índice de divulgação da informação financeira nas entidades do setor da educação ao longo do horizonte temporal em análise.

Figura 5 - Evolução do Índice de Divulgação da Informação Financeira, Setor da Educação, 2016-2019



Os resultados desta análise, em comparação com o setor da saúde, são relativamente diferentes. Excetuando os Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, todas as entidades apresentam valores de índice de divulgação semelhantes nos dois primeiros anos. Esta exceção verifica-se, uma vez que foi em 2017 que os SAS da Universidade de Lisboa adotaram, pela primeira vez, o SNC-AP, fator que justifica a clara evolução do índice de divulgação. Nas restantes entidades, esta evolução significativa verifica-se apenas de 2017 para 2018, já que foi em 2018 que estas adotaram o SNC-AP como sistema contabilístico. A estabilização dos valores dos índices volta-se a verificar de 2018 para 2019, à semelhança do que aconteceu no setor da saúde. Mais uma vez, este gráfico permite concluir que o SNC-AP veio contribuir para uma melhoria notória dos índices de divulgação da informação financeira das entidades, embora ainda exista margem de progressão, já que nenhuma das entidades atinge valores na ordem dos 100%.

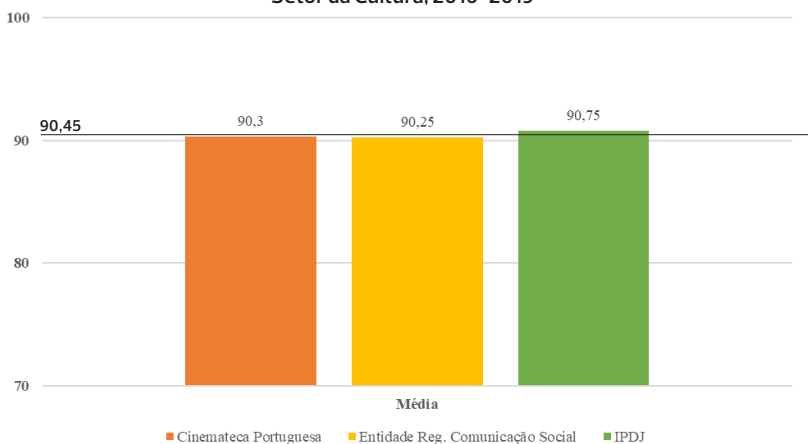
O Anexo 2 apresenta os índices parciais para o setor da educação, entre 2016 e 2019. Observa-se igualmente uma tendência generalizada para uma evolução positiva na divulgação da informação ao longo do tempo, havendo uma evolução significativa no ano de transição do POC-Educação para o SNC-AP, isto é, de 2017 para 2018, excetuando o caso dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa. Nesta entidade, essa tendência verifica-se de 2016 para 2017, uma vez que foi em 2017 que

adotou o novo sistema contabilístico. Além disto, pode observar-se que as áreas com maior índice médio de divulgação são as áreas de Ativos e Passivos Correntes (100%), Gastos (99%) e Ativos Financeiros Não Correntes (98%). Por oposição, e à semelhança do que acontece no setor da saúde, a área de Prestação de Contas permanece a ser a área com mais falhas na divulgação da informação, apresentando um índice médio de apenas 71%, a par da área de Rendimentos (75%).

5.1.3 Setor da Cultura

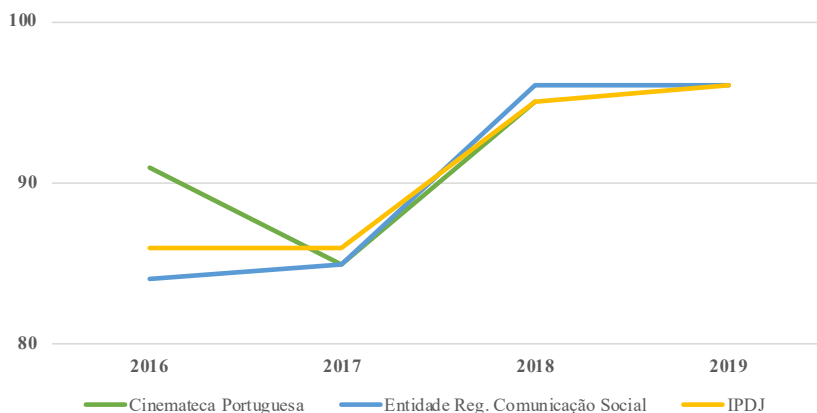
Na amostra da presente investigação existem 3 entidades do setor da cultura. A Figura 6 apresenta o índice médio de divulgação da informação financeira para o setor da cultura, entre 2016 e 2019. Importa realçar que a Cinemateca Portuguesa só apresenta dados entre 2016 e 2018, visto que o relatório e contas de 2019 ainda se encontra para aprovação. Embora existam duas entidades cujo índice médio de divulgação da informação financeira é inferior à média global de 90,45% (Cinemateca Portuguesa, com 90,3% e Entidade Reguladora para a Comunicação Social, com 90,25%), este setor apresenta um equilíbrio face aos setores analisados anteriormente.

Figura 6 – Índice Médio de Divulgação da Informação Financeira (%), Setor da Cultura, 2016–2019



A Figura 7 apresenta a evolução do índice de divulgação da informação financeira ao longo dos anos em análise. O equilíbrio verificado entre os anos de 2016 e 2017 não é tão evidente neste setor, registando-se apenas em 2 das 3 entidades representadas (a Cinemateca Portuguesa apresenta uma quebra de 2016 para 2017). Todavia, a tendência de evolução significativa após a implementação do SNC-AP (em 2018) permanece indiscutível. No período de 2018 para 2019, a variação existente nos valores do índice é reduzida. De realçar, mais uma vez, que existe margem para melhoria da divulgação da informação financeira, já que nenhuma das entidades do setor da cultura apresentam valores de índices próximos de 100%.

Figura 7 – Evolução do Índice de Divulgação da Informação Financeira, Setor da Cultura, 2016–2019



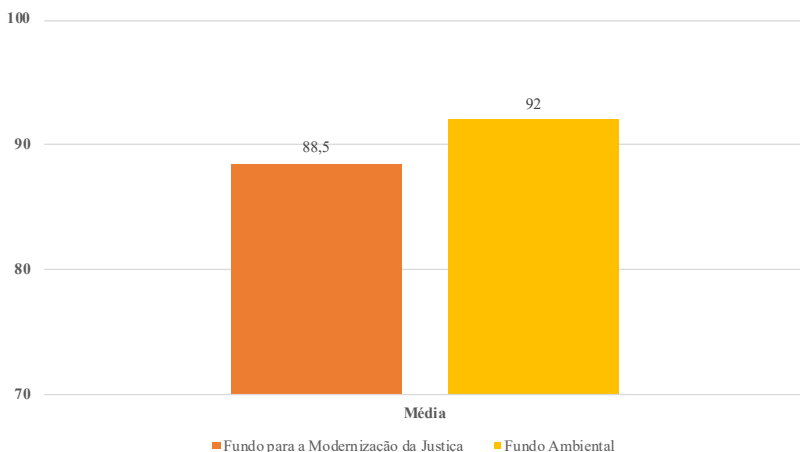
Na mesma linha de análise, o Anexo 3 apresenta os índices parciais para o setor da cultura, podendo verificar-se que, mais uma vez, destacam-se pela positiva as áreas de Ativos Financeiros Não Correntes, Gastos, Ativos e Passivos Correntes e Passivo Não Corrente, com índices médios de divulgação de, 100%, 99% e 98% (para as duas últimas áreas), respetivamente. No extremo oposto, observa-se novamente que a área de Prestação de Contas continua a ser aquela com mais lacunas em termos de divulgação de informação, apresentando um índice médio de apenas 77%. À exceção da área de Ativos Financeiros Não Correntes, Passivo Não Corrente e Prestação de Contas, continua a verificar-se a tendência de evolução positiva entre os anos de 2017 e 2018, altura em que as entidades passam a aplicar o SNC-AP.

5.1.4 Setor da Justiça e Setor Ambiental

Relativamente aos setores da justiça e ambiental, não será possível realizar a análise da mesma forma que se tem vindo a realizar anteriormente, uma vez que existe apenas 1 entidade de cada um destes setores na amostra. Pela Figura 8, que apresenta o índice médio de divulgação da informação financeira para os setores supramencionados, pode verificar-se que o Fundo para a Modernização da Justiça cumpre com cerca de 88,5% dos critérios de divulgação da informação financeira, enquanto que o Fundo Ambiental cumpre com cerca de 92% dos critérios. Note-se que o Fundo Ambiental apenas apresenta dados a partir de 2017, ano em que foi criado.

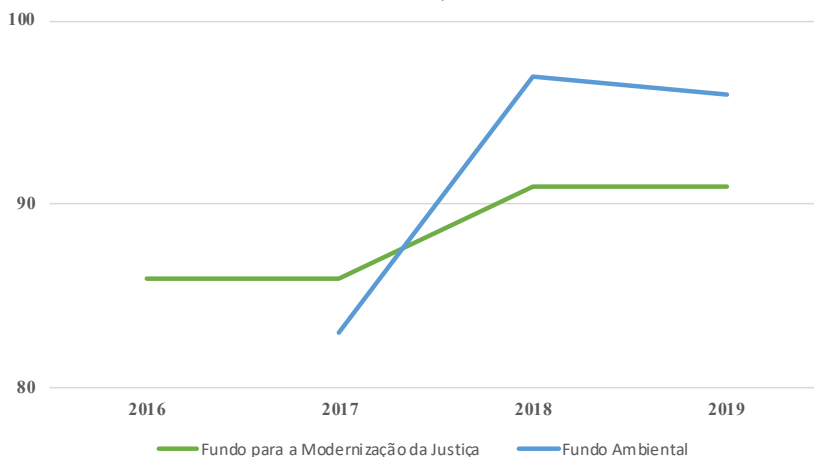
Apesar de pertencerem a setores diferentes, ambas as entidades são Fundos, o que significa que apresentam características semelhantes, pelo que a segunda parte da análise será realizada de acordo com o que tem sido feito até agora.

Figura 8 – Índice Médio de Divulgação da Informação Financeira (%), Setor da Justiça e Setor Ambiental, 2016-2019



A Figura 9 apresenta a evolução do índice de divulgação da informação financeira, de 2016 a 2019, para os setores em causa. Conclui-se que as tendências verificadas nos setores anteriores se mantêm presentes quer no setor da justiça, quer no setor ambiental. Relativamente ao Fundo para a Modernização da Justiça, existe uma evolução significativa na passagem de 2017 para 2018, ano em que a entidade adota o SNC-AP. Já de 2016 para 2017 e de 2018 para 2019, a variação dos valores do índice é nula. Já o Fundo Ambiental apresenta uma melhoria extremamente significativa do ano de 2017 para 2018, mas diminui ligeiramente o valor do seu índice de 2018 para 2019. À semelhança dos setores anteriormente mencionados, além de se comprovar que a implementação do SNC-AP foi uma mais-valia para a melhoria da divulgação da informação das entidades no setor da justiça e o setor ambiental, estes também apresentam margem para progressão.

Figura 9 – Evolução do Índice de Divulgação da Informação Financeira, Setor da Justiça e Setor Ambiental, 2016-2019

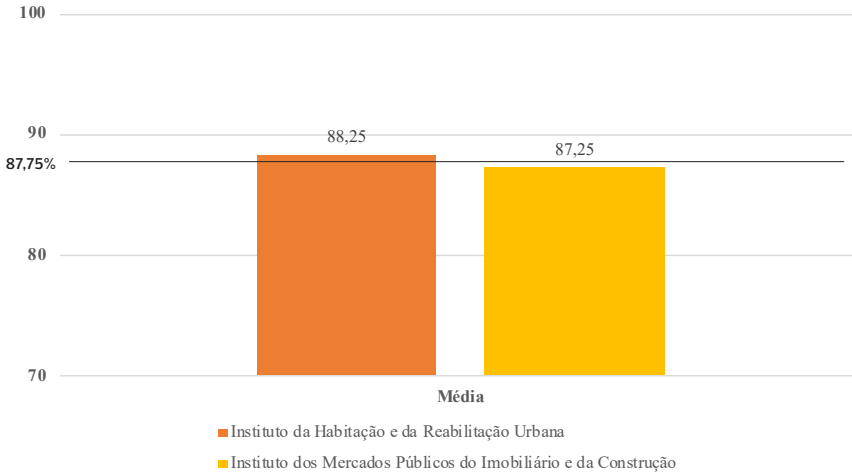


O Anexo 4 apresenta os índices parciais para estes setores. Pela sua análise pode verificar-se que a área com maior índice médio de divulgação é a de Ativos Financeiros Não Correntes. Já a área que apresenta um menor índice médio de divulgação é a de Gastos. No entanto, isto é justificável pelo facto de o Fundo para a Modernização da Justiça não apresentar Benefícios aos Empregados nos anos de 2016 e 2017, contrariamente ao que acontece em 2018 e 2019. Importa também salientar que, ao contrário do que se verificou nos setores anteriormente analisados, não existe uma clara tendência de melhoria na divulgação da informação financeira entre os anos de 2017 e 2018.

5.1.5 Setor Imobiliário

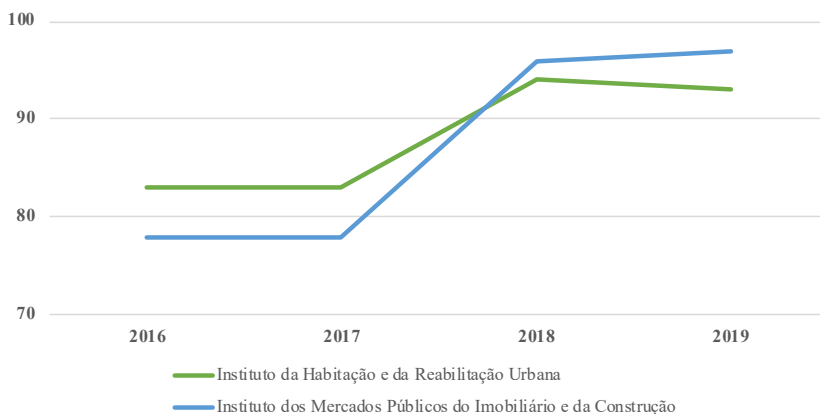
O setor imobiliário está representado na amostra da presente investigação por 2 entidades. A Figura 10 apresenta o índice médio de divulgação da informação financeira num período compreendido entre 2016 e 2019, verificando-se que ambas as entidades cumprem com mais de 87% dos critérios de divulgação da informação financeira previstos nos sistemas contabilísticos adotados, ainda que se observe uma ligeira diferença nos valores do índice apresentados por ambas.

Figura 10 – Índice Médio de Divulgação da Informação Financeira, Setor Imobiliário, 2016–2019



Já a Figura 11 apresenta a evolução do índice de divulgação da informação financeira. Novamente, verificam-se as mesmas tendências de equilíbrio (relativo) nos períodos de 2016 a 2017 e de 2018 a 2019 e de evolução extremamente significativa no período de 2017–2018, correspondendo ao período de transição do POCP para o SNC-AP. Este setor não é exceção aos restantes que já foram analisados, apresentando igualmente margem para melhorias futuras.

Figura 11 – Evolução Índice de Divulgação da Informação Financeira, Setor Imobiliário, 2016–2019

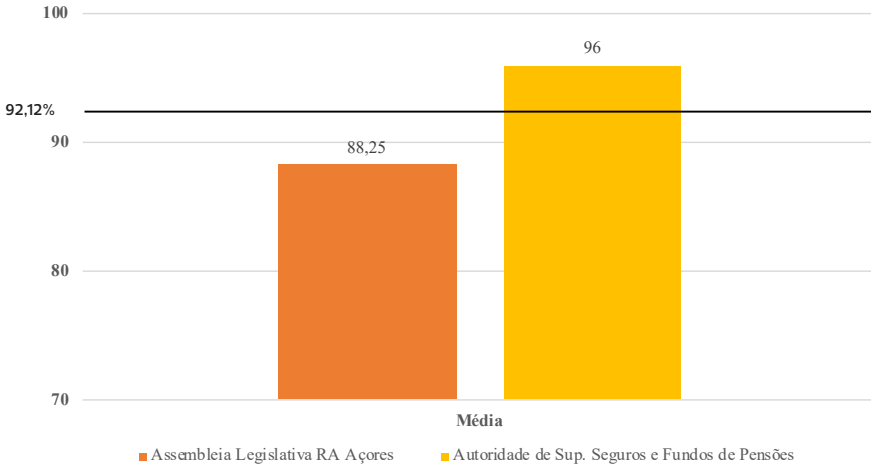


Numa análise mais detalhada, o Anexo 5 apresenta os índices parciais para o setor imobiliário. Através deste, pode verificar-se que a área que apresenta um índice médio de divulgação da informação financeira mais elevado é, mais uma vez, a área de Ativos e Passivos Correntes, com um índice de 99%. Por oposição, e contrariando tudo o que verificado até este momento, a área que apresenta um menor índice médio de divulgação da informação financeira é a área de Ativos Não Financeiros Não Correntes, com um índice de apenas 65%. Neste setor, não é visível uma evidência clara de melhoria nos índices de divulgação no ano de transição de POCP para SNC-AP (2017 para 2018), uma vez que existem áreas em que tal acontece (e.g., Ativos Não Financeiros Não Correntes), mas outras em que se verifica o contrário (e.g., Prestação de Contas).

5.1.6 Setor Governamental

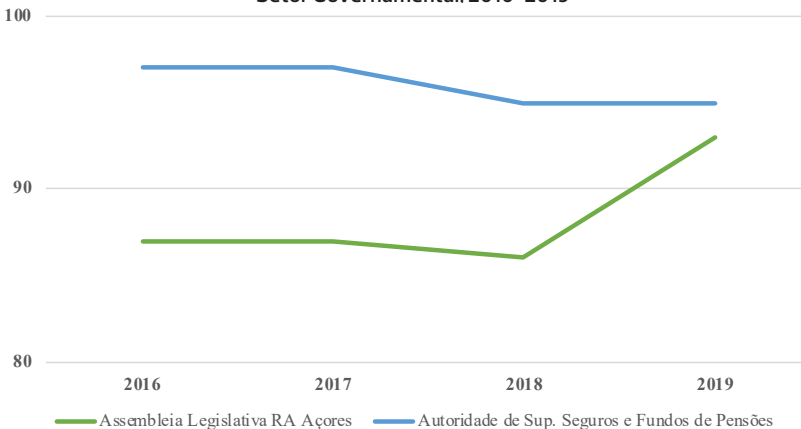
O setor governamental na amostra é composto por 2 entidades. A Figura 12 apresenta o índice médio de divulgação da informação financeira para o mesmo, nos anos de 2016 a 2019. Através da sua observação, pode verificar-se que existe uma discrepância significativa entre os índices das duas entidades, sendo que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores cumpre com cerca de 88% dos requisitos previstos pelos sistemas contabilísticos adotados, enquanto a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões cumpre com cerca de 96%.

Figura 12 – Índice Médio de Divulgação da Informação Financeira, Setor Governamental, 2016–2019



Na mesma linha das análises anteriores, a Figura 13 apresenta a evolução do índice de divulgação da informação financeira ao longo dos 4 anos em análise. Contrariando tudo o que foi dito para os setores anteriormente analisados, neste setor observa-se um declínio de 2017 para 2018, quando se dá a implementação do novo sistema contabilístico, o SNC-AP. Todavia, enquanto a Assembleia Legislativa de Região Autónoma dos Açores apresenta uma melhoria extremamente significativa de 2018 para 2019, alcançando o valor máximo de índice de divulgação no último ano (93%), a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões apresenta um decréscimo no mesmo período e o valor máximo de índice observa-se nos períodos em que adota o POCP (97%). Ainda que apresentem índices acima de 88%, ambas as entidades têm possibilidade de melhorar as suas divulgações em anos futuros.

Figura 13 – Evolução do Índice de Divulgação da Informação Financeira, Setor Governamental, 2016–2019

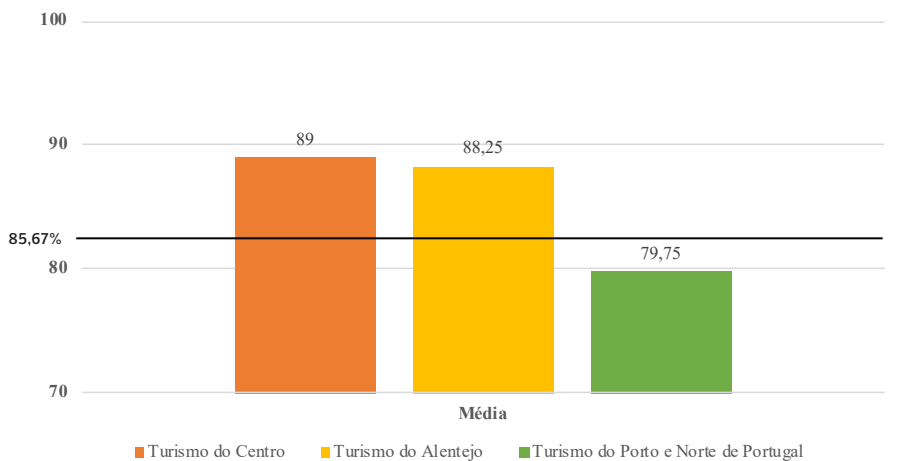


No Anexo 6 são apresentados os índices parciais para este setor. Com a sua análise, pode observar-se que as áreas que apresentam maiores índices de divulgação são, novamente, as áreas de Ativos e Passivos Correntes e de Passivos Não Correntes, apresentando ambas um índice de 99%. Destacam-se, pela negativa, as áreas de Gastos e de Prestação de Contas, que apresentam índices de 80% e 81%, respetivamente. É necessário realçar que, à semelhança do que aconteceu no setor da justiça, a discrepância de valores de índices na rúbrica de Gastos justifica-se pelo facto de, nos anos de 2016 e 2017, as entidades em causa não apresentarem benefícios aos empregados, contrariamente aos anos de 2018 e 2019, onde apesar destes benefícios existirem, a informação relacionada com eles não foi devidamente divulgada. De uma forma geral, pode considerar-se que existe uma tendência de evolução positiva no que respeita à divulgação da informação financeira entre os anos de 2017 e 2018, ano em que se inicia a implementação do SNC-AP.

5.1.7 Setor do Turismo

Três das entidades da amostra representam o setor do turismo. A Figura 14 apresenta o índice médio de divulgação da informação financeira para o mesmo, nos anos de 2016 a 2019. Através da sua observação, pode verificar-se que apenas o Turismo do Porto e Norte de Portugal tem um índice médio de divulgação da informação financeira (79,75%) inferior ao índice médio global (85,67%).

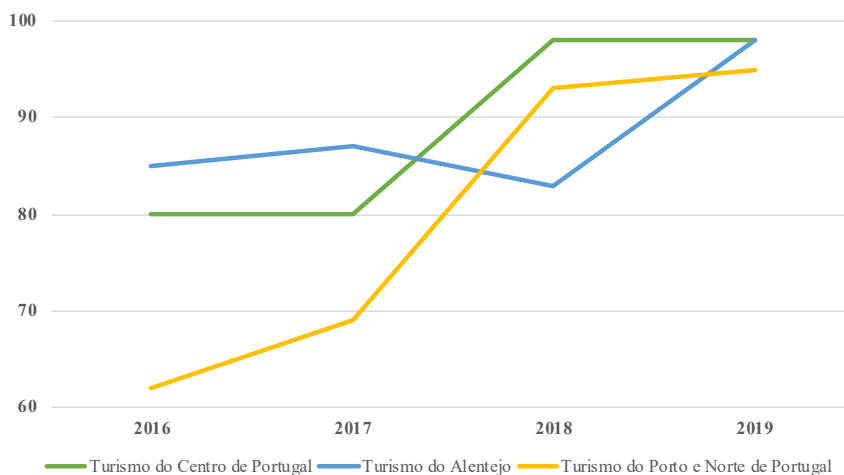
Figura 14 – Índice Médio de Divulgação da Informação Financeira, Setor do Turismo, 2016–2019



Na Figura 15 está representada a evolução do índice de divulgação da informação financeira. Este setor apresenta variações irregulares face aos demais. Até agora vimos que nos setores da saúde, educação, cultura, justiça e ambiental e imobiliário apresentavam uma evolução positiva no período de transição do POCP (e respetivos planos setoriais aplicáveis) para o SNC-AP,

contrariamente ao setor governamental. No setor do turismo verifica-se que o Turismo do Centro de Portugal e o Turismo do Porto e Norte de Portugal seguem a primeira tendência, enquanto que o Turismo do Alentejo segue a segunda. No entanto, o Turismo do Alentejo acaba por ser alvo desta evolução positiva no período de 2018 para 2019. Tendo isto em conta, pode-se afirmar que, embora não se verifique no mesmo período de tempo, a implementação do SNC-AP tornou possível uma melhor divulgação da informação financeira. No entanto, é importante reiterar que continua a existir margem de evolução também para estas entidades.

Figura 15 – Evolução do Índice de Divulgação da Informação Financeira, Setor do Turismo, 2016-2019



O Anexo 7 apresenta os índices parciais para o setor do turismo, podendo verificar-se que as áreas que apresentam índices médios de divulgação da informação financeira mais elevados correspondem às áreas de Passivo Não Corrente, Ativos e Passivos Correntes e Ativos Financeiros Não Correntes, com valores de 96%, 95% e 94%, respetivamente. No extremo oposto, encontra-se a área de Prestação de Contas que apresenta um índice médio de apenas 73%.

Neste setor, é importante realçar que existe uma incoerência nos níveis de divulgação apresentados pelo Turismo do Alentejo e pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal, uma vez que no ano de 2018 apresenta valores significativamente inferiores ao ano de 2017 para as áreas de Ativos e Passivos Correntes, Passivo Não Corrente e Rendimentos, pondo em causa a tendência de evolução positiva esperada aquando da implementação do SNC-AP.

6. Análise dos Índices Parciais e suas relações com o IGDIF

Nesta secção serão analisadas as relações existentes entre cada um dos índices parciais anteriormente analisados e o índice geral.

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas de cada um dos índices analisados na secção anterior. A sua observação permite concluir que existe alguma heterogeneidade entre as entidades da amostra, uma vez que os valores mínimos e máximos são díspares, nomeadamente nos índices de divulgação dos anos de 2016 e de 2017, indicando que em contexto POCP havia mais dispersão do comportamento das entidades nas divulgações requeridas.

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas dos Índices parciais de divulgação financeira

		Média (%)	Desvio Padrão	Máx (%)	Min (%)
IGDIF	2016	79,91	9,34	97	62
	2017	80,82	8,26	97	63
	2018	93,21	3,40	98	83
	2019	94,16	2,36	98	89
IDANFNC	2016	77,16	18,10	100	26
	2017	76,97	18,99	100	26
	2018	95,61	5,92	100	6\8
	2019	95,88	5,68	100	69
IDAFNC	2016	92,66	14,61	100	50
	2017	94,27	14,01	100	50
	2018	98,64	2,45	100	93
	2019	99,03	2,04	100	93
IDAPC	2016	99,44	2,21	100	91
	2017	98,88	3,73	100	82
	2018	96,70	10,05	100	43
	2019	98,84	2,49	100	88
IDPCN	2016	97,94	8,12	100	67
	2017	98,00	8,00	100	67
	2018	93,61	5,37	100	82
	2019	93,56	5,14	100	82
IDR	2016	67,56	19,13	100	53
	2017	69,18	20,65	100	47
	2018	92,48	18,43	100	24
	2019	96,38	5,31	100	80
IDF	2016	88,03	26,03	100	11
	2017	86,18	29,02	100	11
	2018	84,21	28,22	100	0
	2019	83,38	28,79	100	0
IDPC	2016	74,53	19,22	100	28
	2017	76,79	17,53	100	28
	2018	68,21	6,88	78	45
	2019	69,72	5,00	80	64

As figuras que se seguem consistem em gráficos de dispersão que representam a relação existente entre o IGDIF e cada um dos índices parciais. Nesta ótica, quanto mais inclinada a linha de tendência linear (a tracejado), maior a influência que o índice parcial em causa tem no índice geral.

Figura 16 – Relação entre IGDIF e IDANFNC

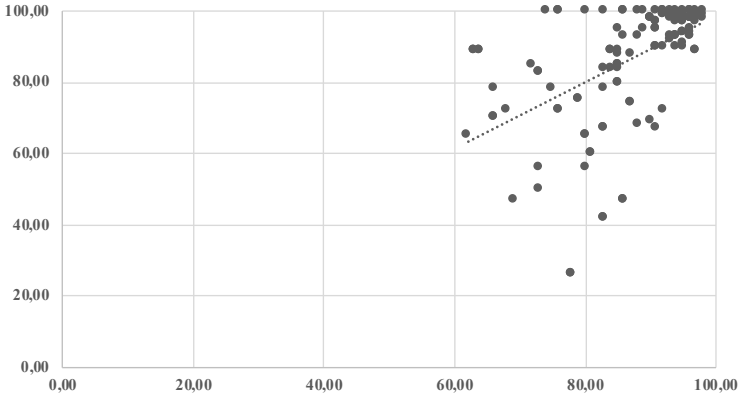


Figura 17 – Relação entre IGDIF e IDAFNC

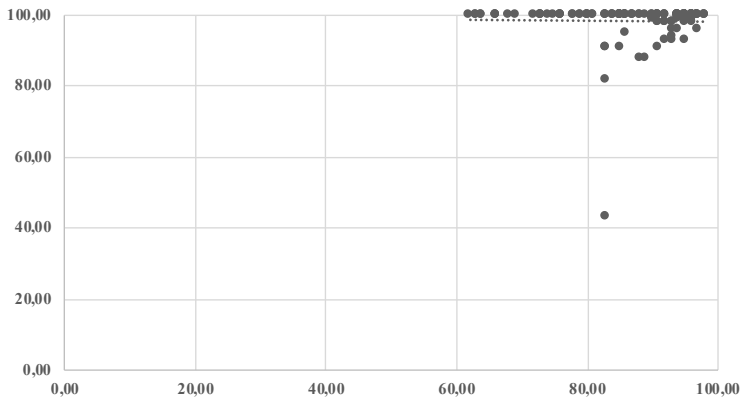


Figura 18 – Relação entre IGDIF - IDAPC

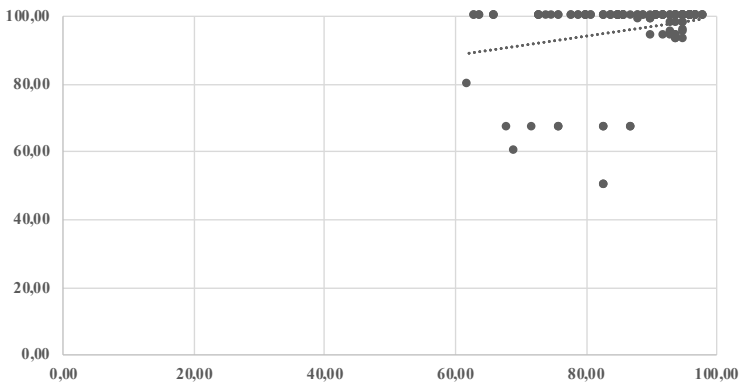




Figura 19 – Relação entre IGDIF – IDPNC

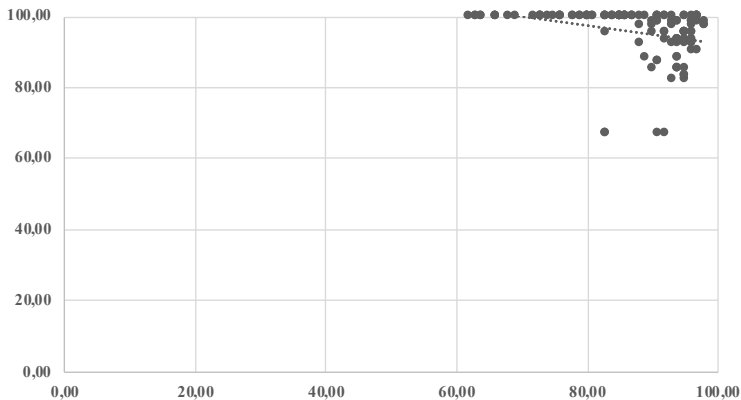


Figura 20 – Relação entre IGDIF – IDR

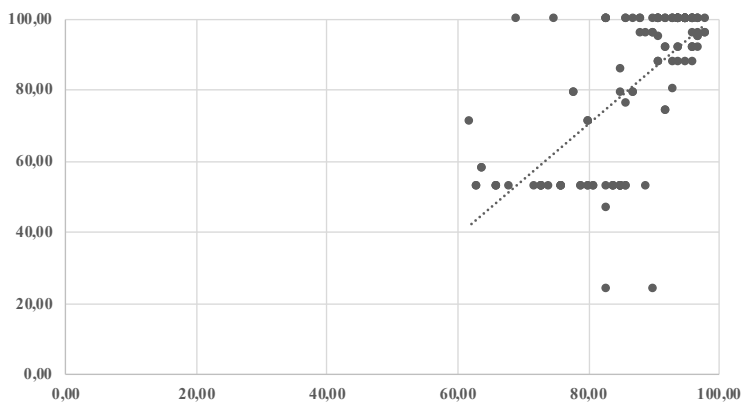


Figura 21 – Relação IGDIF – IDG

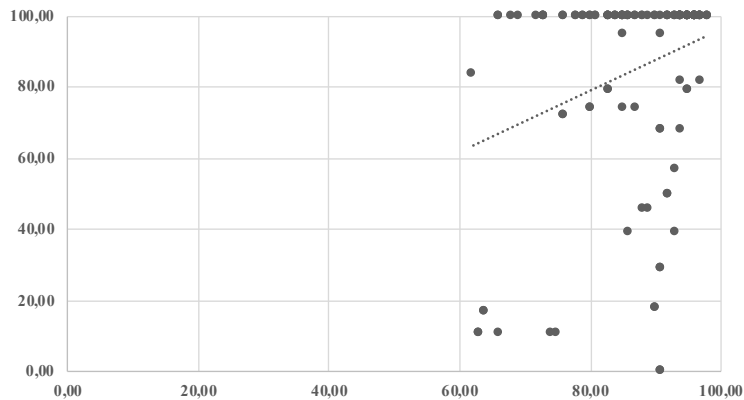
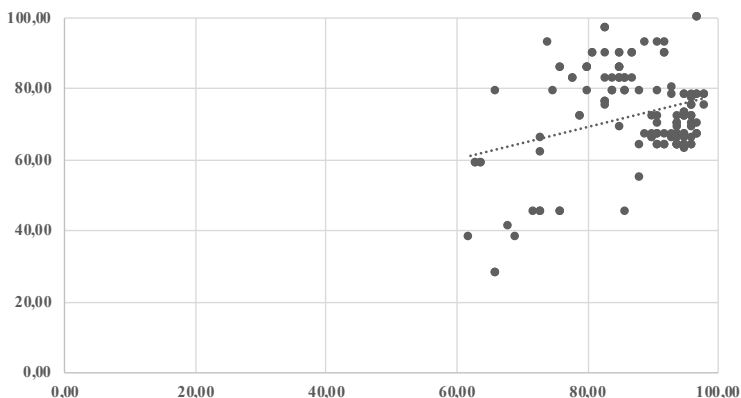


Figura 22 – Relação entre IGDIF – IDPC



Pela análise destes gráficos, pode concluir-se que a maioria dos índices secundários influencia o IGDIF, à exceção do IDAFNC e do IDPNC. De realçar que apesar do IDAPC apresentar influência no IGDIF, esta não é significativa, dado o reduzido declive da linha de tendência.

Em suma, embora já seja perceptível perceber quais as áreas do Balanço e da Demonstração dos Resultados que determinam o nível geral de divulgação da informação financeira das entidades da amostra, torna-se necessário identificar os verdadeiros fatores que exercem esta influência. Por este motivo, pretende-se dar continuidade a esta investigação, alargando a base de dados a indicadores institucionais, económico-financeiros e orçamentais, fundamentados pela literatura existente.

7. Conclusão

A presente investigação teve como objetivo primordial analisar a evolução da divulgação da informação financeira com a implementação do SNC-AP, identificando as áreas contabilísticas, bem como os setores de atividade, onde se evidenciou uma melhoria significativa nesta divulgação e as áreas onde ainda existem falhas na mesma.

Numa amostra diversificada composta por 33 entidades, avaliou-se o índice médio de divulgação da informação financeira ao longo de um horizonte temporal de 4 anos (2016-2019), que tinha por base os critérios de divulgação da informação financeira previstos no POCP, respetivos pla-



nos setoriais e no SNC-AP. Para além desta análise, averiguou-se também quais as áreas contabilísticas e setores de atividade que apresentavam melhorias significativas e aquelas que ainda apresentavam algumas falhas na divulgação.

Através da primeira análise pode afirmar-se que, de um modo geral, o SNC-AP permitiu às entidades alcançarem uma melhoria significativa na divulgação da sua informação financeira, como era ambicionado pelo novo sistema de relato financeiro. No entanto, existem setores de atividade onde esta evolução não foi tão evidente, nomeadamente nos setores da justiça, ambiente, imobiliário e turismo. No que respeita às áreas contabilísticas, há algumas em que a melhoria é notória, como por exemplo, as áreas de Ativos e Passivos Correntes (sendo uma das áreas que apresenta maiores índices médios de divulgação em 6 dos 7 setores de atividade analisados), de Ativos Financeiros Não Correntes (apresenta maiores índices médios de divulgação em 5 dos 7 setores de atividade em análise) e de Passivos Não Correntes (apresenta maiores índices de divulgação em 4 dos 7 setores de atividade analisados). Por outro lado, ainda existem claras falhas na divulgação da informação respeitante à área de Prestação de Contas, uma vez que esta área foi a que apresentou menores índices médios de divulgação em 5 dos 7 setores de atividade em análise. Relativamente às áreas de Gastos, Ativos Não Financeiros Não Correntes e Rendimentos, não é possível verificar uma tendência de melhoria significativa, já que estas correspondem, na maioria, aos valores intermédios dos índices analisados. Contudo, por apresentarem valores intermédios, pode considerar-se que são áreas onde as entidades em análise possuem margem de melhoria para alcançar níveis de divulgação superiores. Note-se, ainda, que o índice de divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes é um dos que mais determina o índice geral de divulgação.

Importa salientar que, aquando da análise dos relatórios de contas das entidades feita para se poder obter o cálculo dos diversos índices de divulgação da informação financeira, se verificou uma clara falta de homogeneidade na forma em como é feita a apresentação da informação. Além disto, é relevante realçar que o número de requisitos de divulgação dos diversos sistemas contabilísticos é extremamente distinto. Enquanto o POCP e os respetivos planos setoriais apresentam, em média, cerca de 100 requisitos de divulgação, o SNC-AP prevê 429 requisitos, o que o torna num sistema contabilístico muito mais rigoroso e exigente comparativamente aos demais.

Uma vez que, com esta análise, não se consegue obter uma avaliação e identificação clara das razões justificativas da evolução nos índices de divulgação da informação financeira, o presente estudo terá continuidade, procurando estender a investigação nesse sentido.

8. Referências Bibliográficas

Armstrong, E. (2005). *Integrity, Transparency and Accountability in Public Administration: Recent Trends, Regional and International Developments and Emerging Issues*. United Nations, New York.

Caamaño-Alegre, J., Lago-Peñas, S., Reyes-Santias, F., and Santiago-Boubeta, A. (2013) Budget Transparency in Local Governments: An Empirical Analysis. *Local Government Studies*, 39(2), pp. 182-207.

Curtin, D., and Meijer, A. (2006). Does Transparency Strengthen Legitimacy? *Information polity*, 11(2), pp. 109-122.

Gomes, P., Brusca, I., and Fernandes, M. (2019). Implementing the International Public Sector Accounting Standards for Consolidated Financial Statements: Facilitators, Benefits and Challenges. *Public Money & Management*, 39(8), pp. 544-552.

Gonçalves, M., Lira, M., and Marques, M. (2017). Síntese Cronológica sobre a Contabilidade Pública em Portugal, seu passado, presente futuro (1222-2016): Revisão de Literatura. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(2), pp. 121-143.

Jesus, M. (2009). A Contabilidade Pública e a Contabilidade Nacional: Principais Divergências e Implicações no Défice Público em Portugal (Tese de Doutoramento em Gestão, ISCTE).

Jorge, S. (2019). *Reporting components and reliability issues*. In *European Public Sector Accounting*; P. Lorson, S. Jorge and E. Hausteine (eds.), Coimbra: IUC - Imprensa da Universidade de Coimbra, Portugal. Chapter 9, pp. 214-250.

Jorge, S., Brusca, I., and Nogueira, S. (2019). Translating IPSAS into National Standards: An Illustrative Comparison between Spain and Portugal. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 21(5), pp. 445-462.

Kim, P., Halligan, J., Cho, N., Oh, C., and Eikenberry, A. (2005). Toward Participatory and Transparent Governance: Report on the Sixth Global Forum on Reinventing Government. *Public Administration Review*, 65(5), pp. 646- 654.

Lira, M. (2011). The Evolution of Public Accounting in Portugal prior to the 18th Century. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 14(3), pp. 34-45.

Nogueira, S., & Carvalho, J. (2006). A Contabilidade Pública em Portugal: Opinião de Especialistas. Encontro AECA - La Eficiencia en el Gobierno en la Gestión de la Mediana Empresa XIII Córdoba, 28 e 29 de Setembro de 2006.



Pina, V., Torres, L., & Royo, S. (2007). Are ICTs improving transparency and accountability in the EU regional and local governments? An empirical study. *Public Administration*, 85(2), pp. 449-472.

Silva, S., Rodrigues, L., & Guerreiro, M. (2016). Evolução da Contabilidade Pública em Portugal: Uma Análise Institucional. XVII Encuentro AECA 2016.

Vaz, A. (2016). A Contabilidade Pública em Portugal: A Evolução da Contabilidade Pública. Atas do XVII Encontro AECA.

Wong, W., & Welch, E. (2004). Does E-Government Promote Accountability? A Comparative Analysis of Website Openness and Government Accountability. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*. 17(2), pp. 275-297.

Anexos

Anexo 1 – Índices Secundários, Setor da Saúde, 2016–2019 (%)

Entidade	Ano	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (%)	Índice Divulgação do Passivo Não Corrente (%)	Índice Divulgação dos Rendimentos (%)	Índice Divulgação dos Gastos (%)	Índice Divulgação de Prestação de Contas (%)
Administração Central do Sistema de Saúde	2016	72	67	100	100	53	72	86
	2017	72	67	100	100	53	72	86
	2018	93	99	88	92	96	46	64
	2019	95	100	88	88	96	46	67
Administração Regional de Saúde do Norte	2016	72	100	100	67	100	100	93
	2017	67	100	100	67	100	100	93
	2018	98	96	99	95	100	100	67
	2019	98	98	98	95	100	100	67
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental	2016	67	50	91	67	100	100	76
	2017	67	50	91	67	100	100	76
	2018	97	100	98	100	88	29	67
	2019	95	100	98	100	88	29	67
Centro Hospitalar Universitário do Algarve	2016	78	100	100	100	53	11	79
	2017	78	100	100	100	100	11	79
	2018	99	100	98	95	92	50	64
	2019	99	100	98	95	92	50	64
Centro Hospitalar Universitário do Porto	2016	100	100	100	100	100	100	79
	2017	100	100	100	100	53	100	79
	2018	90	100	100	87	100	68	64
	2019	90	100	100	87	100	68	64

Entidade	Ano	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (%)	Índice Divulgação do Passivo Não Corrente (%)	Índice Divulgação dos Rendimentos (%)	Índice Divulgação dos Gastos (%)	Índice Divulgação de Prestação de Contas (%)
Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada	2016	89	100	100	100	58	17	59
	2017	89	100	100	100	58	17	59
	2018	100	98	100	98	100	68	66
	2019	100	98	96	98	100	57	66
Hospital da Horta	2016	89	100	100	100	53	11	59
	2017	89	100	100	100	53	11	59
	2018	98	99	99	95	96	18	66
	2019	98	99	99	98	96	18	66
Hospital Distrital de Santarém	2016	100	100	100	100	74	100	90
	2017	100	100	100	100	74	100	90
	2018	90	94	93	93	100	100	67
	2019	92	94	93	97	100	100	67
IPO Coimbra	2016	83	100	100	100	53	100	45
	2017	83	100	100	100	53	100	45
	2018	68	100	100	97	100	100	55
	2019	69	100	100	97	100	100	67
IPO Lisboa	2016	89	100	100	100	53	100	79
	2017	89	100	100	100	53	100	79
	2018	93	100	100	93	92	100	67
	2019	93	100	99	93	92	100	67

Entidade	Ano	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (%)	Índice Divulgação do Passivo Não Corrente (%)	Índice Divulgação dos Rendimentos (%)	Índice Divulgação dos Gastos (%)	Índice Divulgação de Prestação de Contas (%)
IPO Porto	2016	100	100	100	53	100	93
	2017	100	100	100	53	11	93
	2018	91	100	100	100	100	63
	2019	90	100	100	100	100	64
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco	2016	78	100	100	53	100	83
	2017	89	100	100	53	100	83
	2018	98	100	100	100	100	67
	2019	99	100	100	100	100	67
Unidade Local de Saúde do Alto Minho	2016	72	67	100	53	100	41
	2017	56	100	100	53	100	86
	2018	100	100	100	100	100	64
	2019	100	100	100	100	100	64
Unidade Local de Saúde do Nordeste	2016	100	100	100	53	100	45
	2017	100	100	100	53	100	45
	2018	99	93	100	100	100	64
	2019	100	93	100	100	100	64
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	2016	50	100	100	53	100	66
	2017	56	100	100	53	100	62
	2018	99	100	100	88	100	64
	2019	99	100	100	88	100	64
Média Total	88	96	99	95	80	78	69

Anexo 2 – Índices Secundários. Setor da Educação, 2016–2019 (%)

Entidade	Ano	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros (%)	Índice Divulgação dos Ativos Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (%)	Índice Divulgação do Passivo Não Corrente (%)	Índice Divulgação dos Rendimentos (%)	Índice Divulgação dos Gastos (%)	Índice Divulgação de Prestação de Contas (%)
Instituto Politécnico de Castelo Branco	2016	70	100	100	100	53	100	28
	2017	70	100	100	100	53	100	28
	2018	98	93	100	85	100	100	70
	2019	98	94	100	85	100	100	69
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Castelo Branco	2016	60	100	100	100	53	100	90
	2017	60	100	100	100	53	100	90
	2018	98	100	100	92	100	100	69
	2019	98	100	100	92	100	100	72
Serviços de Ação Social - Universidade de Coimbra	2016	85	100	100	100	53	100	86
	2017	85	100	100	100	53	100	86
	2018	100	100	100	100	100	82	70
	2019	98	100	100	88	100	82	70
Serviços de Ação Social - Universidade de Lisboa	2016	85	67	100	100	53	100	45
	2017	94	100	99	100	100	100	70
	2018	99	100	100	83	100	100	72
	2019	99	100	100	83	100	100	72
Universidade da Beira Interior	2016	80	100	100	100	53	100	90
	2017	80	100	100	100	53	100	90
	2018	98	94	100	85	24	100	72
	2019	98	100	100	97	88	100	72
Universidade do Porto	2016	75	100	100	100	53	100	72
	2017	75	100	100	100	53	100	72
	2018	97	94	99	85	100	100	72
	2019	97	98	100	85	100	100	72
Média Total		87	98	100	94	75	99	71

Anexo 3 – Índices Secundários, Setor da Cultura, 2016-2019 (%)

Entidade	Ano	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (%)	Índice Divulgação do Passivo Não Corrente (%)	Índice Divulgação dos Rendimentos (%)	Índice Divulgação dos Gastos (%)	Índice Divulgação de Prestação de Contas (%)
Cinemateca Portuguesa	2016	95	100	91	100	95	95	79
	2017	95	100	91	100	79	95	69
	2018	90	100	93	100	100	100	78
ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2016	84	100	100	100	53	100	83
	2017	84	100	100	100	53	100	86
	2018	93	100	100	98	92	100	75
Instituto Português do Desporto e da Juventude	2019	93	100	100	98	92	100	75
	2016	47	100	100	100	100	100	83
	2017	47	100	100	100	100	100	83
2018	97	100	100	100	93	100	100	66
	2019	98	100	100	93	100	100	66
Média Total		84	100	98	98	88	99	77



Anexo 4 – Índices Secundários, Setor da Justiça e Setor Ambiental, 2016 – 2019 (%)

Entidade	Ano	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (%)	Índice Divulgação do Passivo Não Corrente (%)	Índice Divulgação dos Rendimentos (%)	Índice Divulgação dos Gastos (%)	Índice Divulgação de Prestação de Contas (%)
Fundo para a Modernização da Justiça	2016	100	100	100	100	53	100	79
	2017	100	100	100	100	53	100	79
	2018	100	100	100	98	100	0	70
	2019	97	100	100	98	100	0	72
Fundo Ambiental	2017	84	100	82	100	47	100	90
	2018	97	100	96	98	96	100	78
	2019	95	100	98	93	96	100	78
Média Total		96	100	97	98	78	71	78

Anexo 5 – Índices Secundários, Setor Imobiliário, 2016–2019 (%)

Entidade	Ano	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (%)	Índice Divulgação do Passivo Não Corrente (%)	Índice Divulgação dos Rendimentos (%)	Índice Divulgação dos Custos (%)	Índice Divulgação de Prestação de Contas (%)
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.	2016	42	67	100	100	100	79	97
	2017	42	67	100	100	100	79	97
	2018	93	100	96	92	100	100	64
	2019	93	100	98	92	88	100	66
Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I. P.	2016	26	100	100	100	79	100	83
	2017	26	100	100	100	79	100	83
	2018	98	100	100	90	92	100	77
	2019	98	100	100	90	92	100	78
Média Total	65	92	99	96	91	95	81	

Anexo 6 – Índices Secundários, Setor Governamental, 2016-2019(%)

Entidade	Ano	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (%)	Índice Divulgação do Passivo Não Corrente (%)	Índice Divulgação dos Rendimentos (%)	Índice Divulgação dos Gastos (%)	Índice Divulgação de Prestação de Contas (%)
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	2016	74	67	100	100	79	100	90
	2017	74	67	100	100	79	100	90
	2018	93	100	95	100	76	39	45
	2019	99	100	98	100	80	39	80
Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	2016	89	100	100	100	95	100	100
	2017	89	100	100	100	95	100	100
	2018	94	100	100	95	100	79	73
2019	94	100	100	95	100	100	79	73
Média Total		88	92	99	99	88	80	81

Anexo 7 – Índices Secundários, Setor do Turismo, 2016–2019 (%)

Entidade	Ano	Índice Divulgação dos Ativos Não Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos Financeiros Não Correntes (%)	Índice Divulgação dos Ativos e Passivos Correntes (%)	Índice Divulgação do Passivo Não Corrente (%)	Índice Divulgação dos Rendimentos (%)	Índice Divulgação dos Gastos (%)	Índice Divulgação de Prestação de Contas (%)
Turismo Centro de Portugal	2016	65	100	100	100	71	74	86
	2017	65	100	100	100	71	74	86
	2018	99	100	100	97	96	100	78
Turismo do Alentejo	2019	98	100	100	97	96	100	78
	2016	88	100	100	100	86	74	83
	2017	88	100	100	100	100	74	83
Turismo do Porto e Norte de Portugal	2018	100	100	43	95	24	100	75
	2019	100	100	100	98	100	100	75
	2016	65	80	100	100	71	84	38
Média Total	2017	47	60	100	100	100	100	38
	2018	98	95	94	82	100	100	78
	2019	98	95	100	82	100	100	78
		84	94	95	96	85	90	73



The Sustainability Reporting by Portuguese Municipalities

Ana Margarida Lima

University of Minho, School of Economics and Management,
Management Department
Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal
margaridacastro.2407@gmail.com

Lídia Oliveira

University of Minho, School of Economics and Management,
Management Department
Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal
lidiaoliv@eeg.uminho.pt

Ana Caria

University of Minho, School of Economics and Management,
Management Department
Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal
aalexandra@eeg.uminho.pt



The Sustainability Reporting by Portuguese Municipalities

Abstract

Sustainability reporting is of strategic importance not only for companies but also for public sector organisations. Using the concepts of accountability and legitimacy, this study analyses the awareness of Portuguese municipalities regarding the relevance of disseminating information on sustainability as well as the respective order/disclosure method. It also analyses what motivates (or not) the Portuguese municipalities to disclose such information to the various *stakeholders* and which kind of information may be sought by them.

The results were gathered through a questionnaire specifically developed to this study and sent to the 308 Portuguese municipalities in April 2016. The paper concludes that most of the Portuguese municipalities have embraced sustainability reporting practices that act as an accountability tool that assures legitimacy to the municipality stakeholders.

Keywords: Sustainability, Portuguese Municipalities, Sustainability Reporting, Public sector.

Resumo

O relato da sustentabilidade é hoje de crescente importância, não só para as empresas como também para as entidades do sector público. Tendo por base os conceitos de *accountability* e de legitimidade, este estudo analisa a consciencialização dos municípios portugueses relativamente à relevância da divulgação de informação sobre sustentabilidade, bem como da respetiva forma/método de divulgação. Analisa ainda quais os motivos que levam (ou não) os municípios portugueses a divulgarem esse tipo de informação e qual a perceção dos municípios portugueses quanto aos seus diferentes stakeholders e, ainda, tipo de informação de sustentabilidade é procurada pelos mesmos. Para tal, desenvolveu-se um questionário que foi enviado aos municípios portugueses em Abril de 2016.

Os resultados obtidos permitem concluir que a maioria dos municípios portugueses, em 2016, desenvolvia já práticas de relato da sustentabilidade. O relato de sustentabilidade dos municípios é visto como um instrumento de *accountability* que assegura a legitimidade aos *stakeholders* municipais.

Palavras chave: sustentabilidade, municípios portugueses, relato de sustentabilidade, sector público.



1. Introduction

Due to its wide responsibilities in the preservation of the environmental resources and in the promotion of the social welfare, sustainability and sustainability reporting have, nowadays, increasing strategic importance for public sector organisations. Public sector organisations are expected to contribute to sustainable development and to perform a role model in managing and reporting sustainability issues (Ball et al., 2014; Domingues et al., 2017; GRI, 2005).

This study addresses the calls made by Ball et al. (2014) and Guthrie et al. (2017), to explore sustainability reporting in a way that involves practitioners and policy-makers. Supported by the concepts of legitimacy and accountability, this work aims to analyse the awareness of Portuguese municipalities regarding the importance of sustainability information and its reporting. In addition, it is also analysed what motivates (or not) the Portuguese municipalities to disclose such information.

Municipalities are a key element of the Portuguese public sector. Nowadays, they have increased responsibilities (e.g., in healthcare, education, social service) and have to be accountable to their citizens, both in historical, political, economic, financial and legal issues. In Portugal there are 308 municipalities, classified, according to its population, in small (less than 20,000 inhabitants), medium (more than 20,000 and less than 100,000 inhabitants) and large (more than 100,000 inhabitants) (Carvalho et al., 2016).

This paper features a quantitative study. The empirical data was gathered through an original questionnaire, based in the literature review, and made available at the “Qualtrics” platform to the 308 Portuguese municipalities. The link to the questionnaire was emailed to all the municipalities and 113 completed and valid responses were obtained between April and June 2016.

The results reveal that the majority (58.41%) of the respondent’s municipalities disclose information about sustainability, giving more importance to the social and economic issues. The main reasons to report sustainability issues relates to the need to inform the citizens, ensure transparency of activities and improve municipal performance. The most used channels to disclosure sustainability information are the website and the annual reports of each municipality. Municipalities identified, as their most relevant stakeholders, the employees, the citizens and the state. Moreover, the respondents consider that they are interested in information on sustainability published by the municipality, mainly to obtain information on their performance, as well as on the activities it performs and has been performing. The study concludes that most of the Portuguese municipalities have embraced sustainability reporting practices, which act as an accountability tool that assures legitimacy to the municipality stakeholders’.

The paper is structured as follows. After this introduction, section 2 reviews previous literature on the sustainability reporting and presents the theoretical underpinnings of accountability and legitimacy. After that, section 3 describes the methodology. In section 4 findings are discussed. Section 5 presents the conclusions.

2. Sustainability Reporting, Accountability and Legitimacy

Sustainability reporting is a communication process between the reporting entity and the stakeholders that supplements an organisation's conventional financial report, either in a separated report or combined with the annual report (Cho et al., 2010). It includes all types of social and environmental accounting and reporting practices used to provide information to external constituencies on the entity's impacts in those domains and on how to contribute to a sustainable society, or planet (Cho et al., 2010; Dey & Burns, 2010; Hopwood et al., 2010). The reporting on sustainability issues, particularly among the large corporations, is nowadays usual. The KPMG surveys refer that the majority of the largest global 250 companies undertake such reporting (92% in 2015, and 93% in 2017, respectively) (KPMG, 2015; 2017).

Due to the growing social demand for transparency on the economic, social, and environmental impacts, the practice of sustainability reporting plays an important role in society¹ (Gray, 2010; Malsch, 2013). Researchers have investigated either why organisations should report on sustainability and also why they do so (Baker & Modell, 2019). Rationales for the first stream of literature follow either an accountability perspective built around a moral commitment of social responsibility and duty of care (e.g. Gray & Laughlin, 2012), or a business case perspective, based on cost/benefit trade-offs (e.g., Burritt & Schaltegger, 2010) that may intend to repair legitimacy, manage reputation and/or risks (defensive strategy), or to promote a competitive differentiation (proactive strategy).

Despite being a costly exercise, reporting on sustainability is generally made on a voluntary basis. This leads to another research question, embraced by the accounting literature, that is why organisations do report? To identify the contextual factors that induce organisational sustainability responsiveness, studies have been following different research perspectives and methodologies (Baker & Modell, 2019). These include interviews with managers responsible for the reporting (e.g., Higgins et al., 2015); case studies on individual organisations (e.g., Adams & McNicholas, 2007); critical and narrative analyses

¹ There is, however, an array of literature (e.g., Cho et al., 2018; Gray & Milne; 2002; 2004; Ahmed Haji & Hossain, 2016; Milne & Gray; 2013) that asserts that sustainability reports provide no useful idea about the capacity of an organisation to contribute to a sustainable society, or planet.



(e.g., Tregidga & Milne, 2006; Laine, 2009; Milne et al., 2009); studies based on content analysis, reporting indices and firm characteristics of large cross-sectional samples (e.g., Cho & Patten, 2008; Clarkson et al., 2008). Among the most widely rationales identified for entities to publish sustainability information are competitive advantages and signalling; the search for legitimacy; and social responsibility.

Within public sector organisations, sustainable development and the reporting of sustainability issues is even of greater importance, as these organisations are regarded as a steward in the conservation of the natural resources and in the promotion of social welfare and equity (Ball et al., 2014; GRI, 2005). Public sector organisations have a significant impact in the construction of people's lives as significant employers, providers of numerous and diverse services and consumer of resources. Therefore, they have greater responsibilities to contribute to sustainable development and to the reporting of sustainability and should lead by example (GRI, 2005; GRI FPA, 2012).

Although research on sustainability reporting has been mostly devoted to private sector corporations there is now a large array of literature on sustainability accounting and sustainability reporting practices in the public sector. Initial focus of research was dedicated to the exploration of the disclosure content in annual reports, but several researchers focuses now their attention on why organizations undertake sustainability reporting, and if such reporting practices enables a comprehensively appreciation on the organisations' sustainability impacts and make them more sustainable (e.g. Aras & Crowther, 2009; Ball 2004, 2005, 2007; Banerjee, 2008; Domingues et al., 2017; Farneti & Guthrie 2009; Gibson & Guthrie 1995; Goswami & Lodhia 2014; Greco et al., 2015; Guthrie & Farneti 2008; Guthrie et al., 2017; Lodhia et al. 2012; Lodhia & Jacobs 2013; Marcuccio & Steccolini 2005; Mussari & Monfardini 2010; Williams 2015; Williams et al., 2011). The rationales identified on why should public sector organisations prepare and disclose sustainability information include: to promote transparency and accountability; to increase legitimacy; improve external communication; reinforce the organizational commitments to a sustainable development; disclose the achieved results and demonstrate progress; improve internal governance; increase the employees' satisfaction; meet the expectations and pressures to improve the efficiency in the public sector; make information available to facilitate dialogue and effective engagement with stakeholders (promoting stakeholders' engagement); manage the reputation; and be an example to other organisations.

In line with Greco et al. (2015), this study posits that accountability and legitimacy are appropriate theoretical underpinnings that can add further insights into the understanding of why public sector organisations prepare sustainability reports.

According to Menezes (2015), there is no single definition of accountability. Accountability is a core concept in each society (influenced by different power forces that changes with time and the context), and its systems are essential instruments of management for both private and public organisations². Although systems of accountability are composed of different external instruments and controls which give meaning to life, accountability can never be separated from those involved, the roles they play and the bounds of accountability they are subjected to. In general, accountability is associated with a hierarchical relationship of dependency between someone (agent) who needs to give an account to a principal who has the right to demand information (Lerner & Tetlock, 1999; Roberts & Scapens, 1985; Tetlock, 1985). Therefore, it entails a relationship in which people are required to explain and take responsibility for their actions: the giving and demanding of reasons for conduct (Roberts & Scapens, 1985).

The rise of technology and the centrality of numbers in society as being synonymous with truth and science, has made accounting a cornerstone of systems of accountability, purporting to make measurable and tangible the value of public services and resources. In addition, at the same time that it is an essential mechanism for discharging accountability, it is also an important instrument of control available to governments for exercising their power and implementing their policies according to the results they want.

Accounting, in general, and sustainability reporting, in particular, have become an important instrument of accountability due to the neutral and impartial attributes that numbers seem to reveal and its capacity for making organisations more efficient. Furthermore, they have the capacity to bring to light the consequences of the actions of both the individual and of collective members of organisations (Roberts, 2003: 254).

In what concerns to legitimacy, the use of accounting as a legitimisation instrument is well documented (e.g. Carpenter & Feroz, 1992, 2001; DiMaggio & Powell, 1983; Irvine, 2008; Judge, Li & Pinsker, 2010; Meyer & Rowan, 1977; Touron, 2005). Legitimacy is the perception of conformity with accepted norms and values that sets the basis to judge organizational credibility and justification for existence and actions (Suchman, 1995). Therefore, organisational legitimacy appears as an effective strategy for long-term sur-

² Accountability is concerned with the mechanisms established by society for governing its members. Therefore, it implies instrumentality and exogenous controls (Lindkvist & Llewellyn, 2003). Through written regulations, natural law and moral precepts, society weaves a complex net of expectations which allows it to judge its members according to their explanations of their actions. Attending to the more or less acceptable justifications provided, people can be rewarded or punished respectively (Lerner & Tetlock, 1999).



vival; that is, easy access to financial resources, access to markets, societal fitness or political power (Brown, 1998; Carruthers, 1995). Additionally, conformity to institutionalised elements, such as the sustainability reports, protects organisations from being promptly penalised for divergences in technical performance (Meyer & Rowan, 1977), and protects them from the need to give reasons due to being labelled as a legitimated organisation (Scott & Lyman, 1968). Accordingly, sustainability reporting practices are an important tool in the process of discharging accountability and legitimising public sector organisations.

3. Methodology and Research Design

This study aims to analyse how do Portuguese municipalities evaluate the importance of sustainability information and its disclosure and also to identify the motivations to disclose sustainability information. To achieve this objective a quantitative research methodology was adopted. Data were collected by conducting a survey on the 308 Portuguese municipalities, which is a practical and efficient way of gathering information on the perceptions of respondents about the sustainability reporting (especially when a considerable number of respondents are included).

Based on the previous literature review, the questionnaire was designed in order to understand the relevance and the rationales of the Portuguese municipalities to disclose sustainability information. The questionnaire included 14 close-ended and open-ended questions distributed across four groups. In order to capture further details about the opinions of the respondents, some of the questions invited respondents to elaborate on their answers. The first section (questions 1 and 2) were designed to help the researcher to characterize the respondent and the municipality of which he/she is in charge. The next section was prepared in order to get the views of respondents on the importance attributed (or not) by municipalities to the disclosure of sustainability information and the types of information that is published (questions 3-5, 11, 13 and 14). The section after that was included to ascertain the motivations that lead municipalities to disclose information about sustainability (questions 6, 7 and 12). The fourth section was intended to identify the most relevant stakeholders to the municipality, as well as the perception about the interest they may or may not have in sustainability information (questions 8, 9 and 10).

All 308 municipalities on the mainland and on the islands of Madeira and Azores were contacted in order to provide the mayor's email or the contact details of any other person considered the most adequate person to com-

plete the questionnaire. The questionnaire was pre-tested to increase the clarity and assure the reliability and validity of questions. It was then made available at the “Qualtrics” platform and its link distributed by email to all municipalities in Portugal along with a cover letter that detailed the objectives, the usefulness of the study and an explanation of the process of assuring confidentiality and anonymity. The submission was made from 26 to 30 of April 2016. The contacts were closed on June 12th, 2016. Out of 308 questionnaires sent, a total of 113 complete and valid responses were received (36.69% response rate).

The data gathered through the questionnaire (based on pre-codified answers) was then statistically analysed by the SPSS software. Two types of analysis were conducted. Firstly, an independent analysis of each question. Secondly, an analysis of the issues that represent greater emphasis on the size³ and the Nomenclature of Territorial Units for Statistics (NUTS II)⁴ of the Portuguese municipalities, in order to verify the existence of conceivable correlations between the responses obtained, by considering these two parameters.

The response pattern of the population and sample, according to dimension and the Nomenclature of Territorial Units for Statistics (NUTS) classification, are presented in tables 1 and 2.

Table 1: Overview of Portuguese municipalities

Size	North	Centre	Lisbon	Alentejo	Algarve	Madeira	Azores	Total
Small	46 14.94%	64 20.78%	1 0.32%	44 14.29%	7 2.27%	7 2.27%	15 4.87%	184 59.74%
Medium	30 9.74%	35 11.36%	6 1.95%	13 4.22%	9 2.92%	3 0.97%	4 1.30%	100 32.47%
Large	10 3.25%	2 0.65%	11 3.57%	-	-	1 0.32%	-	24 7.79%
Total	86 27.93%	101 32.79%	18 5.84%	57 18.51%	16 5.19%	11 3.56%	19 6.17%	308 100%

³ According to its dimension, municipalities are classified of small size (20,000 inhabitants or less); medium size (more than 20,000 inhabitants and less or equal to 100,000 inhabitants) or large size (higher than 100,000 inhabitants).

⁴ This statistical classification attends to the location of the municipalities in Portugal and includes the following units of analysis: North, Centre; Lisbon; Alentejo, Algarve, Madeira and Azores.

Table 2: Sample

Dimension	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Madeira	Azores	Total
Small	17 15.04%	18 15.93%	-	18 15.93%	4 3.55%	1 0.89%	8 7.08%	66 58.41%
Medium	12 10.62%	11 9.73%	2 1.77%	6 5.31%	6 5.31%	1 0.89%	3 2.65%	41 36.28%
Large	3 2.65%	1 0.89%	2 1.77%	-	-	-	-	6 5.31%
Total	32 28.31%	30 26.55%	4 3.55%	24 21.24%	10 8.85%	2 1.77%	11 9.73%	113 100%

Municipalities are both the most important political and financial form of local government, and they are responsible for rendering the most important services to local communities (Jorge et al., 2006). Portuguese municipalities have acquired over time a great historical, political, economic, administrative, financial and legal importance, revealing of pivotal significance in the context of local public decisions⁵. This role of local government has known a considerable notoriety with the increasing transfer of powers and responsibilities to municipalities (Carvalho et al., 2016). Concerning autonomy, local administration is politically independent from central administration, they have their own assets and finances and their services have budgetary autonomy (Carvalho et al., 1999). Currently municipalities have competencies in the following domains as stated by Article 23 of Law No. 75/2013 of 12 September): rural and urban equipment; energy; transport and communications; education; heritage, culture and science; free times and sports; health; social action; housing; civil protection; environment and basic sanitation; consumer protection; promotion of development; territorial and urban planning; municipal police; and external cooperation (Carvalho et al., 2016). Due to this array of competencies, it is important to study the relevance and the rationales of municipalities to report on sustainability issues.

⁵ Portuguese public sector comprises all entities under control of political power, i.e. incorporating the administrative public sector and State-owned enterprises. The Administrative Public Sector comprises all collective entities under public law, the main goal of which is to provide free or subsidised services to the community and redistribute income (Carvalho et al., 1999). Public Administration includes Central Government, Local Government, Regional Government and Social Security. The local administration subsector encompasses a two-tier system of government: municipalities and parishes. On the mainland and in the Autonomous Regions of Azores and the Madeira Islands there are 308 municipalities and 4,259 parishes. Each municipality includes two bodies, a Municipal Assembly which has decision-making power and a Municipal Chamber invested with executive powers and answerable to the Assembly. Unlike Central and regional administration, this subsector only provides “autonomous services”. Like municipalities, parishes are comprised of an executive body, the Parish Authority, and the Parish Assembly to which the former reports.

4. Results and Findings

More than 50% of the respondent municipalities stated that they disclose information on sustainability (66 of 113, i.e., 58,41% - see Table 3), and the majority (35 of 66) of them are small according to the size classification of municipalities. Only one of large municipalities mentioned that does not disclose information on sustainability. Based on NUTS II classification, 21 of the 66 respondent municipalities belongs to Centre and 19 to the North dimension. Among the Municipalities that does not disclose information on sustainability (47), 15 belongs to North, and 12 to Alentejo.

Table 3. Disclosure of information on sustainability

	Frequency	%
Yes	66	58.41
No	47	41.59
Total	113	100,00

Considering the importance ascribed to sustainability issues (environmental, economic, social, cultural, governance and other) by Municipalities that disclose information on sustainability, most of the respondents considered all categories as important (see Table 4). In average terms the importance attributed to the different issues of sustainability is high, ranging from the 4 to 5 levels of the Likert-scale.

Only one municipality ascribed lack of importance to the environmental information. There were no municipalities that considered social, economic, governance and cultural issues as non-important. Twenty-five municipalities added other types of information to the mentioned sustainability issues, such as: sports, tourism, land-use planning, education and employability.

Table 4. Importance ascribed to sustainability issues

	Not important (1)	Less important (2)	Important (3)	Quite important (4)	Very important (5)	No opinion	Total
Environmental	1	0	8	29	27	1	66
	1.52%	0.0%	12.12%	43.94%	40.90%	1.52%	100%
Economic	0	1	3	24	38	0	66
	0.0%	1.52%	4.55%	36.36%	57.57%	0.0%	100%
Social	0	0	2	23	41	0	66
	0.0%	0.0%	3.03%	34.85%	62.12%	0.0%	100%
Cultural	0	0	8	26	32	0	66
	0.0%	0.0%	12.12%	39.39%	48.49%	0.0%	100%
Governance	0	2	9	24	29	2	66
	0.0%	3.03%	13.64%	36.36%	43.94%	3.03%	100%
Other	0	1	2	7	15	9	34
	0.00%	2.94%	5.88%	20.59%	44.12%	26.47%	100%

Table 5 summarizes the periodicity in disclosure of information on sustainability according to the respondents' answers.

Table 5. Periodicity in disclosure of information on sustainability

	Frequency	%
Monthly	12	18.18
Quarterly	14	21.21
Biannual	7	10.61
Annual	18	27.27
Other	15	22.73
Total	66	100.00

Eighteen of the 66 municipalities that disclose sustainability information do that annually (27.27%), 14 quarterly (21.21%), 12 monthly (18.18%) and 7 biannually (10.61%). However, 15 of the respondents answered that they use other periods than those presented: 9 municipalities report information whenever necessary or justified; 2 municipalities disclose information on an occasional/random basis; and the others emphasized that do it daily or bimonthly, and that economic and financial information is disclosed every six months, while sustainability information does not have a periodicity standard.

It was intended to understand the reasons for the disclosure of sustainability information by municipalities based on literature review and legitimacy and accountability concepts. The obtained answers are summarized in Table 6.

Table 6. Reasons for disclosure of sustainability information

	Frequency
To meet the needs of political bodies	19
To meet the companies' needs	18
Informing citizens	63
Informing employees	21
Ensuring transparency in developed activities	54
To disclose achieved results	42
To increase legitimacy of the municipality's actions	27
To improve the municipality's performance	46
Other reasons	2

The three main reasons presented are: informing citizens (63/66); ensuring transparency in developed activities (54/66); and to improve the municipality's performance (46/66). These results are the same when the municipalities were asked about the hierarchy of the selected reasons, and are supported by the concepts of legitimacy (the disclosure of sustainability information might influence the perception of the stakeholders, leading them to legitimate the municipality's actions) and accountability (way of presenting the conduct/activities of the municipality to its citizens who want to know what activities the county has been performing). The reasons "To meet the companies' needs" and "Informing employees" were not considered as important by respondents.

Two municipalities stated two additional rationales to the ones identified above: to ensure the development of the municipality, considering it as very important; and, as less relevant, the need to comply with national and international commitments.

Municipalities were also questioned about the importance attributed to specific stakeholders concerning the disclosure of sustainability information. Table 7 presents the results.

Table 7. Degree of importance attributed to specific stakeholders concerning the disclosure of sustainability information

	Not important (1)	Less important (2)	Important (3)	Quite important (4)	Very important (5)	No opinion	Total
Citizens	1	1	2	7	55	0	66
	1,52%	1,52%	3,03%	10,61%	83,33%	0,00%	100%
Public bodies	1	0	5	38	21	1	66
	1,52%	0,00%	7,58%	57,58%	31,82%	1,52%	100%
Private entities	1	0	9	31	24	1	66
	1,52%	0,00%	13,64%	46,97%	36,36%	1,52%	100%
Tourists	1	2	19	25	18	1	66
	1,52%	3,03%	28,79%	37,88%	27,27%	1,52%	100%
Employees	1	1	9	27	28	0	66
	1,52%	1,52%	13,64%	40,91%	42,42%	0,00%	100%
NGO	2	6	26	18	10	4	66
	3,03%	9,09%	39,39%	27,27%	15,15%	6,06%	100%
State	1	0	11	25	27	2	66
	1,52%	0,00%	16,67%	37,88%	40,91%	3,03%	100%
Other	0	0	2	2	7	5	16
	0,00%	0,00%	12,50%	12,50%	43,75%	31,25%	100%

With the exception of “NGO” item, whose level of importance is mainly 3 (important), all other stakeholders are considered by municipalities as being quite or very important. The three stakeholders considered the most important (with 5 level in the Likert-scale) are the citizens, followed by the employees and the State. In addition to the above list of stakeholders, some respondents highlighted the associations, parishes, consumers, customers, and international entities.

According to the respondent municipalities, stakeholders are interested in sustainability information disclosed by municipalities (see Table 8). The 64 Municipalities that answered “yes” are mainly small (33 municipalities) and medium-sized (26 municipalities). The two that that answered “no” are small and belong to Centre and Alentejo.

**Table 8. Opinion about stakeholders' interest in information on sustainability disclosed by the municipality**

	Frequency	%
Yes	64	96.97
No	2	3.03
Total	66	100.00

The municipalities that considered that the stakeholders are interested in the information on sustainability disclosed by the municipality were asked about the reasons for stakeholders' search for sustainability information disclosed by municipalities. Table 9 summarizes those reasons.

Table 9. Reasons for stakeholders' search for sustainability information disclosed by municipalities

	Frequency	%
Getting information on municipal performance	44	66.67
To acknowledge the main activities carried out by the municipality	43	65.15
Other	6	9.09

The reasons "Getting information on municipal performance" and "To acknowledge the main activities carried out by the municipality" were selected by 44 and 43 respondent municipalities, respectively. Regarding the "Other" option, 6 municipalities presented the following additional reasons: to acknowledge how municipalities carry out their duties and safeguard their interest in a consistent and prospective way; Financial position and performance; Local investment; Present or future effects in its sphere and/or activities; Degree of development of the municipality; and Good practices implemented in the municipality.

Regarding the channels used by Municipalities to disclose sustainability information (see Table 10), the most used are the municipality website (62/66), followed by the annual report (48/66), social networking sites (Facebook, Twitter, etc.) (47/66), and news in the media (44/66). Two municipalities highlighted the Sustainability report as a separate document to the annual report.

Table 10. Channels used to disclose information about sustainability

Channels	Frequency
News in the media	44
Annual report	48
A separate document to the annual report	7
Social networking sites (Facebook, Twitter, etc.)	47
Municipality website	62
Leaflets distributed to citizens	18
Municipality's newsletter	33
Other	10

Considering the "Other" option, three municipalities mentioned the use of the municipal bulletins to disclose sustainability information and two the municipal magazine. The other five presented different channels: meetings, cultural

agenda, municipal medical bulletin, thematic supplements and information to the Municipal Assembly, and the application to the program ECO XXI- Education program for sustainability, implemented in Portugal by the Blue Flag Association of Europe) (ECOXXI - Associação Bandeira Azul da Europa, 2016).

The municipalities that stated “not to disclose sustainability information” (47 municipalities) were asked to indicate the main reasons underlying that option. Table 11 summarizes the obtained responses.

Table 11. Main reasons for not disclosing information about sustainability

Reasons	Frequency
According to the strategy of the municipality, the issue is not relevant.	4
In accordance to a cost-benefit analysis, such disclosure is not important.	2
The size of the municipality does not justify such disclosure.	11
The municipality has a lack of know-how to perform the preparation and presentation of such information.	32
Other	4

The main reason for the non-disclosure option was the lack of know-how to perform the preparation and presentation of such information by the municipality (32 answers), followed by “The size of the municipality does not justify such disclosure” (11 answers). The reasons “According to the strategy of the municipality, the issue is not relevant” and “In accordance to a cost-benefit analysis, such disclosure is not important” were mentioned by four and two municipalities, respectively, for not disclosing information about sustainability. Four municipalities also highlighted other reasons besides those evidenced, namely the fact that “it is not mandatory”; “there is no information that justifies disclosure”; “the lack of human resources”, and “being a subject under study”.

All 113 respondents answered if they have an opinion about sustainability at municipality level?”. Table 12 presents the responses.

Table 12. Opinion about sustainability at municipality level

	Frequency	%
Has opinion	61	54
Has no opinion	52	46
Total	113	100%

The majority of municipalities (54%) has an opinion about sustainability and its importance. In an open answer, the respondents highlighted:

- the importance of sustainability in the current economic/political context;
- the importance of sustainability in managing resources;
- the achievement of goals;



- the quality/security of citizens' lives as well as the need to inform them on the topic and encourage them to be more involved; and
- some municipalities are working towards contributing to a more sustainable territory.

It was intended to know if the respondent, as a citizen, has ever had an interest in seeking information on sustainability, regardless of the place of work and residence, whether or not they belong to the same municipality. The majority answered “yes” (69,91% - see Table 13).

Table 13. Respondents' search for sustainability information as a citizen

	Frequency	%
Yes	79	69.91
No	34	30.09
Total	113	100

5. Discussion and Conclusion

Sustainability and sustainability reporting have increasing strategic importance for public sector organisations. This study contributes to the stream of research that analyses that and is the first to investigate the relevance and the rationales of Portuguese municipalities to report on sustainability issues.

The results revealed that most municipalities provide sustainability information, mainly on an annual basis, and that the most relevant issues in the information provided are related to social and economic aspects. The main communication channels used to report the sustainability information are social networks and the municipality website. The most relevant stakeholder identified by the respondents is the citizen as citizens need to obtain information about the municipality's performance and learn about the organized activities. Respondents also stated that municipalities provide sustainability information in order: to inform the citizens, for the transparency of the activities, to achieve a better performance of the municipality, which is aligned with the notions of legitimacy and accountability.

These two theoretical concepts are particularly useful to study why public sector organisations in general, and the Portuguese municipalities, in particular, adopt management practices such as the sustainability reports that stresses concepts such as quality, efficiency and effectiveness and that use accounting and financial mechanisms for discharging accountability and therefore achieve legitimacy. Organisations that follow this type of legitimacy fit well in the surrounding environment as the aims and activities they pursue match those of society, which considers them not just as appropriate, but also worthwhile to be developed (Suchman, 1995).

Based on social credibility and acceptability, legitimacy is central to an organisation's survival and development. To be considered as legitimate, an actor has to be (or should be perceived as) accountable. Legitimacy may depend on whether the actor is accepted to be accountable. Consequently, systems of accountability are an important element of legitimacy. Through them, governments legitimise their policies and ensure the stability and the normal operationalisation of society and its organisations. These two concepts and its relationship support the argument of this paper. The Portuguese municipalities' awareness of the importance of sustainability information and its reporting as a tool of accountability contributes to the perceptions of the right to govern, i.e., to its legitimacy.

6. References

Adams, C. A., and McNicholas, P. (2007) Making a difference: Sustainability reporting, accountability and organisational change. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(3), pp.382-402.

Ahmed Haji, A., and Hossain, D. M. (2016) Exploring the implications of integrated reporting on organisational reporting practice: Evidence from highly regarded integrated reporters. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 13(4), pp.415-444.

Aras, G., and Crowther, D. (2009) Corporate sustainability reporting: a study in disingenuity?. *Journal of business ethics*, 87(1), pp. 279-288.

Baker, M. and Modell, S. (2018) Rethinking Performativity: A Critical Realist Analysis of Accounting for Corporate Social Responsibility. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(4), pp. 930-956.

Ball, A. (2004) A sustainability accounting project for the UK local government sector? Testing the social theory mapping process and locating a frame of reference. *Critical Perspectives on Accounting*, 15(8), pp.1009-1035.

Ball, A. (2005) Environmental accounting and change in UK local government. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 18(3), pp.346-373.

Ball, A. (2007) Environmental accounting as workplace activism. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(7), pp.759-778.

Ball, A., Grubnic, S. and Birchall, J. (2014) Sustainability accounting and accountability in the public sector. In J. Unerman, J. Bebbington, J. and B. O'Dwyer, (eds.) *Sustainability Accounting and Accountability*, pp. 194-214. London:Routledge.



Banerjee, S. B. (2008) Corporate social responsibility: The good, the bad and the ugly. *Critical sociology*, 34(1), pp.51-79.

Brown, A. D. (1998) Narrative, politics and legitimacy in an IT implementation. *Journal of Management Studies*, 35(1), pp.35-58.

Burritt, R. L., and Schaltegger, S. (2010) Sustainability accounting and reporting: fad or trend?. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23(7), pp.829-846.

Carpenter, V. L., and Feroz, E. H. (1992) Generally accepted accounting principles as a symbol of legitimacy: New York state's decision to adopt GAAP. *Accounting, Organizations and Society*, 17(7), pp.613-43.

Carpenter, V. L., & Feroz, E. H. (2001) Institutional theory and accounting rule choice: an analysis of four US state governments' decisions to adopt generally accepted accounting principles. *Accounting, Organizations and Society*, 26(7-8), pp.565-596.

Carruthers, B. G. (1995) Accounting, ambiguity, and the new institutionalism. *Accounting, Organizations and Society*, 20(4), pp.313-328.

Carvalho, J., Fernandes, M., Camões, P., and Jorge, S. (eds) (2016) *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2016*. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Carvalho, J., Pina Martinez, V., and Torres Pradas, L. (eds) (1999). *Temas de contabilidade pública*. Lisboa, Portugal: Rei dos Livros.

Cho, C. H., and Patten, D. M. (2008) Did the GAO get it right? Another look at corporate environmental disclosure. *Social and Environmental Accountability Journal*, 28(1), pp.21-32.

Cho, C. H., Roberts, R. W., and Patten, D. M. (2010) The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, 35(4), pp.431-443.

Cho, C. H., Laine, M., Roberts, R. W., & Rodrigue, M. (2016) The Frontstage and Backstage of Corporate Sustainability Reporting: Evidence from the Arctic National Wildlife Refuge Bill. *Journal of Business Ethics*, pp.1-22.

Clarkson, P. M., Li, Y., Richardson, G. D., and Vasvari, F. P. (2008) Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 33(4-5), pp.303-327.

Dey, C., and Burns, J. (2010) Integrated reporting at Novo Nordisk. Accounting for sustainability: Practical Insights, Hopwood, A., J. Unerman and J. Fries (eds), (pp.197-214), Earthscan: London.

DiMaggio, P., and Powell, W. W. (1983) The iron cage revisited: Collective rationality and institutional isomorphism in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), pp.147-160.

Domingues, A. R., Lozano, R., Ceulemans, K., and Ramos, T. B. (2017) Sustainability reporting in public sector organisations: Exploring the relation between the reporting process and organisational change management for sustainability. *Journal of Environmental Management*, 192, pp.292-301.

Farneti, F., and Guthrie, J. (2009) Sustainability reporting by Australian public sector organisations: Why they report. *Accounting Forum*, 33(2), pp.89-98.

Gibson, R., and Guthrie, J. (1995) *Recent environmental disclosures in annual reports of Australian public and private sector organisations.*

Goswami, K., and Lodhia, S. (2014) Sustainability disclosure patterns of South Australian local councils: a case study. *Public Money & Management*, 34(4), pp.273-280.

Gray, R., and Laughlin, R. (2012) It was 20 years ago today: Sgt Pepper, accounting, auditing & accountability journal, green accounting and the blue meanies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(2), pp.228-255.

Gray, R., and Milne, M. (2002) Sustainability reporting: who's kidding whom? *Chartered Accountants Journal of New Zealand*, 81(6), pp.66-70.

Gray, R., and Milne, M. (2004) Towards reporting on the triple bottom line: mirages, methods and myths. *The triple bottom line: Does it all add up*, pp.70-80.

Gray, R. (2010) Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability... and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. *Accounting, Organizations and Society*, 35(1), pp.47-62.

Greco, G., Sciulli, N., and D'Onza, G. (2015) The influence of stakeholder engagement on sustainability reporting: Evidence from Italian local councils. *Public Management Review*, 17(4), pp.465-488.

GRI (2005) 'Sector supplement for public agencies', Global Reporting Initiative. Amsterdam.



GRI FPA (2012) 'Public Sector Sustainability Reporting: Remove the clutter, reduce the burden', Global Reporting Initiative. Australia.

Guthrie, J., and Farneti, F. (2008) GRI sustainability reporting by Australian public sector organizations. *Public Money and Management*, 28(6), pp.361-366.

Guthrie, J., Manes-Rossi, F., and Orelli, R. L. (2017) Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organisations. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), pp.553-573.

Higgins, C., Milne, M. J., and Van Gramberg, B. (2015) The uptake of sustainability reporting in Australia. *Journal of Business Ethics*, 129(2), pp.445-468.

Hopwood, A. G., Unerman, J., and Fries, J. (eds) (2010) *Accounting for sustainability: Practical insights*. Earthscan.

Irvine, H. (2008) The global institutionalization of financial reporting: The case of the United Arab Emirates. *Accounting Forum* 32(2), pp.125-142.

Jorge, S. M., Camões, P. J., Carvalho, J. B., and Fernandes, M. J. (2006) Portuguese local government relative efficiency: A DEA approach. *8Th CIGAR Workshop - Performance Measurement in the Public Sector*, Hamburg, Germany, September 14-15.

Judge, W., Li, S., and Pinsker, R. (2010) National adoption of international accounting standards: An institutional perspective. *Corporate Governance: An International Review*, 18(3), pp.161-174.

KPMG. (2017) Currents of Change. The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2017. KPMG, available at: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/xx/pdf/2017/10/kpmg-survey-of-corporate-responsibility-reporting-2017.pdf>.

KPMG. (2015) Currents of Change. The KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2015. KPMG, available at: <https://home.kpmg/content/dam/kpmg/pdf/2015/12/KPMG-survey-of-CR-reporting-2015.pdf>.

Laine, M. (2009) Ensuring legitimacy through rhetorical changes? A longitudinal interpretation of the environmental disclosures of a leading Finnish chemical company. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(7), pp.1029-1054.

Lerner, J. S., and Tetlock, P. E. (1999) Accounting for the effects of accountability. *Psychological Bulletin*, 125(2), pp.255-275.

Lindkvist, L., and Llewellyn, S. (2003) Accountability, responsibility and organization. *Scandinavian Journal of Management*, 19(2), pp.251-273.

Lodhia, S., and Jacobs, K. (2013) The practice turn in environmental reporting: A study into current practices in two Australian commonwealth departments. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26(4), pp.595-615.

Lodhia, S., Jacobs, K., and Park, Y. J. (2012) Driving public sector environmental reporting: the disclosure practices of Australian commonwealth departments. *Public Management Review*, 14(5), pp.631-647.

Malsch, B. (2013) Politicizing the expertise of the accounting industry in the realm of corporate social responsibility. *Accounting, Organizations and Society*, 38(2), pp.149-168.

Marcuccio, M., and Steccolini, I. (2005) Social and environmental reporting in local authorities: a new Italian fashion? *Public Management Review*, 7(2), pp.155-176.

Menezes, C. (2015) The Accountability of Public Museums in Portugal. Unpublished PhD Thesis, Federation Business School, Ballarat, Australia.

Meyer, J. W., and Rowan, B. (1977) Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), pp.340-363.

Milne, M. J., and Gray, R. (2013) Whither ecology? The triple bottom line, the global reporting initiative, and corporate sustainability reporting. *Journal of Business Ethics*, 118(1), pp.13-29.

Milne, M. J., Tregidga, H., and Walton, S. (2009) Words not actions! The ideological role of sustainable development reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(8), pp.1211-1257.

Mussari, R., and Monfardini, P. (2010) Practices of social reporting in public sector and non-profit organizations: An Italian perspective. *Public Management Review*, 12(4), pp.487-492.

Roberts, J., and Scapens, R. (1985) Accounting systems and systems of accountability—understanding accounting practices in their organisational contexts. *Accounting, Organizations and Society*, 10(4), pp.443-456.

Roberts, J. (2003) The manufacture of corporate social responsibility: Constructing corporate sensibility. *Organization*, 10(2), pp.249-265.



Scott, M. B., and Lyman, S. M. (1968). Accounts. *American Sociological Review*, 33(1), pp.46-62.

Suchman, M. C. (1995) Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), pp.571-610.

Tetlock, P. E. (1985) Accountability: A social check on the fundamental attribution error. *Social Psychology Quarterly*, 48(3), pp.227-236.

Touron, P. (2005) The adoption of US GAAP by French firms before the creation of the International Accounting Standard Committee: an institutional explanation. *Critical Perspectives on Accounting*, 16(6), pp.851-873.

Tregidga, H., and Milne, M. J. (2006) From sustainable management to sustainable development: a longitudinal analysis of a leading New Zealand environmental reporter. *Business Strategy and the Environment*, 15(4), pp.219-241.

Williams, B. R. (2015) Reporting on sustainability by Australian councils—a communication perspective. *Asian Review of Accounting*, 23(2), pp.186-203.

Williams, B., Wilmshurst, T., and Clift, R. (2011) Sustainability reporting by local government in Australia: Current and future prospects. *Accounting Forum*, 35(3), pp.176-186).



I

Estatuto da revista «Contabilidade e Gestão»**Artigo 1.º****Natureza e objeto**

A Contabilidade & Gestão é uma revista científica nas áreas da Contabilidade e afins, cujos objetivos, estrutura e funcionamento se encontram regulados no presente estatuto.

Artigo 2.º**Conteúdo**

Os artigos a publicar na revista terão de ser originais e serão sujeitos a pareceres de especialistas.

Artigo 3.º**Difusão**

A revista é distribuída gratuitamente às entidades definidas pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Artigo 4.º**Destinatários**

A revista pretende constituir-se como uma referência e um meio de comunicação entre a comunidade científica, investigadores, docentes, estudantes, empresários e profissionais nas áreas da Contabilidade e afins.

Artigo 5.º**Propriedade**

A revista Contabilidade & Gestão é uma publicação propriedade da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Artigo 6.º**Órgãos**

São órgãos da revista Contabilidade e Gestão:

- a) O Conselho Diretivo;
- b) O Conselho Editorial.

Artigo 7.º**Conselho Diretivo**

1. O Conselho Diretivo é constituído por um diretor.
2. O director é, por inerência, o bastonário da OCC.
3. Compete ao Conselho Diretivo:
 - a) Aprovar o Regulamento Interno;
 - b) Nomear, renovar e destituir os membros do Conselho Editorial e dos especialistas (*referees*);
 - c) Aprovar a linha de orientação estratégica da revista;
 - d) Manter em sigilo os autores dos artigos recebidos até decisão de publicação do Conselho Editorial, bem como daqueles que, por decisão do Conselho, não sejam publicados;
 - e) Tomar deliberação em quaisquer assuntos que não estejam previstos neste estatuto e no regulamento.

Artigo 8.º**Conselho Editorial**

1. Compete ao Conselho Editorial:
 - a) Sob proposta da direção, promover e executar a linha de orientação da revista;
 - b) Propor à direção as regras de publicação na revista;
 - c) Propor à direção a nomeação ou destituição dos especialistas (*referees*);



- d) Analisar o teor dos artigos para publicação e pré seleccionar os especialistas (*referees*) para emissão de parecer;
- e) Ouvir a direção quanto à indicação dos especialistas (*referees*);
- f) Devolver à direção todos os artigos que não se enquadrem nas áreas científicas da revista definidas no artigo 1.º;
- g) Devolver à direção os artigos após parecer final dos especialistas (*referees*);
- h) Definir o conteúdo da revista e promover a publicação dos artigos, de forma a salvaguardar a sua coerência e objetivos.

Artigo 9.º **Especialistas**

- 1 – Os especialistas (*referees*) são professores doutorados ou especialistas com currículo científico relevante nas áreas científicas da revista;
- 2 – Os especialistas têm autonomia científica para avaliarem os artigos que lhes são entregues pelo Conselho Editorial.

Artigo 10.º **Remuneração dos Órgãos**

Os Órgãos da Revista Contabilidade & Gestão e os especialistas que com ela colaboram na análise dos artigos, serão remunerados, nos termos e condições a definir pela direção da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Artigo 11.º **Autonomia**

A revista Contabilidade & Gestão tem autonomia editorial face à OCC.

Artigo 12.º **Incompatibilidades**

- 1 – São incompatíveis as funções de membro do Conselho Diretivo, Conselho Editorial e especialista (*referees*).
- 2 – Não podem apresentar artigos para publicação.

Artigo 13.º

Interpretação

A resolução de quaisquer dúvidas e interpretações suscitadas com o presente estatuto são da competência do Conselho Diretivo da revista.

Artigo 14.º

Publicidade

O presente Estatuto será publicado nos meios de comunicação da Ordem dos Contabilistas Certificados e será disponibilizado permanentemente no *site* da internet.

Lisboa, 26 de junho de 2017
A Bastonária da OCC



II

Notas aos Autores
«Contabilidade e Gestão»***Portuguese Journal of Accounting and Management*****Notas para os autores**

«Contabilidade e Gestão» é a revista científica da OCC, sendo publicada semestralmente com o objectivo de proporcionar discussão profunda e análise crítica de desenvolvimentos que afectam os profissionais e académicos que trabalham na área da Contabilidade e Gestão. Publica artigos escritos por académicos e investigadores mas também por destacados profissionais. A revista tem interesse na publicação de artigos baseados em trabalhos de investigação e outros assuntos relevantes para profissionais, académicos, estudantes e organismos profissionais ligados à Contabilidade e áreas afins, que serão publicados em português, espanhol ou inglês.

Submissão de artigos

Os artigos devem ser submetidos ao Director da Revista, para Avenida Barbosa do Bocage, 45, 1049-013 Lisboa, em quatro cópias, quando em suporte de papel, ou em suporte informático para o e-mail:

revistacontabilidade@occ.pt

Informações adicionais podem ser obtidas através do telefone +351 217 999 715 ou pelo faxes 21 7957 332 / 21 7959 080 / 21 7959 208

Não há taxa de submissão nem qualquer custo por página publicada.

Se após uma primeira análise o artigo parecer aceitável e de acordo com os objectivos da Contabilidade e Gestão, será enviado pelo Conselho Editorial para dois *referees* com o objectivo de obter os comentários de (*double-blind review*).

Todos os artigos serão objecto de revisão anónima por, pelo menos, dois especialistas (*referees*).

O Conselho Editorial chegará a uma decisão sobre a publicação depois de ter em conta os relatórios dos *referees*. Os autores obterão os comentários dos *referees* e a decisão sobre a publicação ou não, dentro do mais curto espaço de tempo possível.

Os artigos só serão considerados pela Contabilidade e Gestão se não tiverem

sido publicados ou não estiverem submetidos em mais nenhuma revista. Se quadros, ilustrações ou qualquer outro material sujeito a *copyright* for usado, deverá ser pedida autorização pelo(s) autor(es) e incluída no momento da submissão. Deverá aparecer uma declaração clara no texto, se qualquer material tiver sido publicado anteriormente. Qualquer agradecimento deverá ser incluído junto do material usado.

Os autores que submetam artigos com o objectivo de publicação, terão de assegurar que o trabalho não infringe qualquer *copyright* existente e concordam indemnizar a revista contra os danos que tal facto lhe provoque.

Após a aceitação do artigo pela Contabilidade e Gestão, a transferência de *copyright* será feita do(s) autor(es) para a revista, através de formulário adequado.

Crítérios de Avaliação

Os principais critérios usados na avaliação dos artigos submetidos à Contabilidade e Gestão são: relevância, novidade, utilidade, clareza, concisão, ligações à literatura existente, substância, rigor e validade dos resultados.

Preparação do Manuscrito

Formato e estilo

Os manuscritos devem ser em português, espanhol ou inglês e devem usar espaço-duplo com uma margem de 2,5 cm em cada parte da página, dimensão A4.

A primeira página (página do título) deverá conter o título do artigo, o nome dos autores e instituições a que pertencem. Deverá também conter a morada, o número de telefone, o número de fax e email do autor para quem serão enviadas as decisões, provas e offprints.

Os artigos devem conter informação completa sobre a afiliação de todos os autores, incluindo o nome da instituição de origem a três níveis (Ex: Universidade, Faculdade e Departamento/Centro), código postal, cidade, país e endereço de email. No caso de autores por correspondência, deverá acrescentar-se a respetiva morada completa.

Para apoiar a objectividade da avaliação o(s) autor(es), deve(em) ao longo do texto evitar qualquer referência a si próprio(os) que possibilite a sua identificação pelos *referees*.

Resumo

A segunda página deverá incluir o título do artigo, um resumo (até 200 palavras) idioma do texto do artigo e no idioma inglês e português, quando estes



não são o idioma do texto. O resumo deve ser uma representação precisa dos conteúdos do artigo. Não deverá haver nenhuma indicação sobre a identidade ou afiliações dos autores.

Referências

As citações no texto deverão seguir o estilo de Harvard (i.e. apelido(s) do(s) autor(es) seguido pelo ano de publicação e páginas quando relevantes, tudo entre parêntesis). Quando uma fonte tiver mais de dois autores deverá ser citado o primeiro seguido de *et al.*

Para múltiplas citações do mesmo ano usar a, b, *and* c imediatamente a seguir ao ano de publicação. O(s) número(s) da(s) páginas a usar em transcrições, deve(m) ser colocado(s) depois da data separado por dois pontos (Ordelheide, (1993:87).

A secção das referências deverá apenas conter as referências citadas no texto. Deverão ser ordenadas por ordem alfabética do apelido do primeiro autor (e depois cronologicamente). Cada referência deverá conter detalhes bibliográficos completos.

Livro

Um autor: Gray, R.H. and Helliar, C. (eds) (1992) *The British Accounting Research Register*. London: Academic Press 5th ed.

Múltiplos autores: Brums, W.J. and Kaplan, R.S (eds) (1987) *Accounting and Management: Field Study Perspectives*. Boston, MA: Harvard Business School Press.

Artigos

Em Revista: Novin, A.M., Pearson, M.A. and Senge, S.V. (1990) Improving the curriculum for aspiring management accountants; the practitioner's point of view. *Journal of Accounting Education* 6(2) Fall, pp.207-24.

Em Livro: Walsh, A.J. (1988) The making of the chartered accountant. In D. Rowe (ed.) *The Irish Chartered Accountant*, pp.155-73. Dublin: Gill and Macmillan.

Relatório

Fitchew, G.E. (1990) "Summing up", in Commission of the European Communities, *The Future of Harmonization of Accounting Standards Within the European Communities*. Brussels.

Figuras e tabelas

Deverá ser dado um título claro e de suficiente dimensão (para ser reduzido caso necessário) a todas as figuras e tabelas.

As tabelas deverão ter um título numerado consecutivamente e de forma independente das figuras e referenciadas no texto.

Agradecimentos

Deverão aparecer no fim do artigo antes das referências.

Notas de rodapé

Devem ser reduzidas ao mínimo indispensável e aparecer no fim do artigo.

Provas e *offprints*

O autor designado receberá as provas em formato PDF que deverão ser corrigidas e devolvidas no prazo de seis dias. Alterações nas provas que não estavam no manuscrito original são difíceis e caras e, por isso desencorajadas.

Será enviada uma cópia da revista aos autores após a publicação.



III

**Versão em inglês das notas aos autores
«Contabilidade e Gestão»*****Portuguese Journal of Accounting and Management*****Instructions for authors**

The Portuguese Journal of Accounting and Management is the Portuguese Chartered Accountants Association (OCC) refereed journal. It is published two times a year with the objective of providing in-depth discussion and critical analysis of developments, which affect academics and professionals working in all areas of accounting and business. It publishes articles by academics and researchers as well as by leading practitioners. The journal is interested to publishing research-based papers and other information on key aspects of accounting and management of relevance to practitioners, academics, students and accounting professional bodies. Papers can be written in Portuguese, Spanish or English.

Submission of Papers

Manuscripts should be submitted (four hard copies) to the Director, Avenida Barbosa du Bocage, 45, 1049-013 Lisboa. Authors can also submit the article by email in MS Word format using the following email address: **revistacontabilidade@occ.pt**

Additional information can be obtained by phone or fax:

Phone number: +351 217 999 719

Fax number: +351 217 958 343

There is no submission fee and no page charges

If after a first analysis the paper appears to be generally suitable and in line with the aims of the Journal, the Editor will pass it on to at least two referees to comment on the paper via a double-blind review. All articles will be double blind refereed.

The Editor will reach a decision after taking into account the reports from referees. Authors will be provided with referees' reports and publishing decisions within as short a period as possible.

Submission of a paper to the Portuguese Journal of Accounting and Management will be taken to imply that it presents original, unpublished work not under consideration to publication elsewhere. If previously published tables, illustrations or copyright material are to be included then the copyright holder's written permission should be obtained, and included with the submission. A clear statement should appear in the text if any material has been published elsewhere in a preliminary form. Any acknowledgments should be included in the material captions.

Authors submitting articles with a view to publication warrant that the work is not an infringement of any existing copyright and agree to indemnify the publisher

against any breach of such warranty.

Upon acceptance of a paper by the Portuguese Journal of Accounting and Management the author(s) will be asked to transfer copyright, via a supplied form, to the publisher.

Evaluative Criteria

The main criteria by which submissions to the Portuguese Journal of Accounting and Management will be assessed are: relevance, novelty, usefulness, clarity, conciseness, linkages to existing literature, substance, rigour and validity of results.

Manuscript Preparation

Format and style

Manuscripts should be in Portuguese, Spanish or English and be typed in double spacing with a margin of 2.5 cm at each edge of each page on one side only of the paper, preferably of A4 size.

The cover page (title page) should contain the title of the manuscript, authors' names, positions and institutional affiliations. The address, telephone number, faxes number, and e-mail code (if available) of the author to whom decisions, proofs and offprints should be sent should also be given.

To assist objectivity, the author should avoid any reference to himself or herself over the article, which would enable identification by referees.

Abstract

The second page should include the paper's title and an abstract (up to 200 words). The abstract should be an accurate representation of the paper's contents. There should be no indication of the identity of the author(s) or the author's (or authors) affiliations.

Up to six keywords or descriptors that clearly describe the subject matter of the paper should be provided.

References

Citations in the text should follow the Harvard system (i.e. name(s) of author(s) followed by the year of publication and page numbers where relevant, all in parenthesis). Where a source has more than two authors quote the first author's name and *et al.* If an author has two references published in the same year, add lower case letters after the date to distinguish them. Page numbers are indicated by inserting the relevant numbers after the date, separated by a colon (Ordheide, 1993:87).

The reference section should only contain references quoted in the text. These should be arranged in alphabetical order by surname of the first author (then chronologically). Each reference should contain full bibliographic details.

**Book**

One author: Gray, R.H. and Helliard, C. (eds) (1992) *The British Accounting Research Register*. London: Academic Press 5th ed.

Multiple authors: Bruns, W.J. and Kaplan, R.S (eds) (1987) *Accounting and Management: Field Study Perspectives*. Boston, MA: Harvard Business School Press.

Article

In Journal: Novin, A.M., Pearson, M.A. and Senge, S.V. (1990) Improving the curriculum for aspiring management accountants; the practitioner's point of view. *Journal of Accounting Education* 6(2) Fall, pp.207-24.

In Book: Walsh, A.J. (1988) The making of the chartered accountant. In D. Rowe (ed.) *The Irish Chartered Accountant*, pp.155-73. Dublin: Gill and Macmillan.

Report

Fitchew, G.E. (1990) "Summing up", in Commission of the European Communities, *The Future of Harmonization of Accounting Standards Within the European Communities*. Brussels.

Figures and tables

All figures and tables should be given titles, numbered consecutively in Arabic numerals, and referred to within the text. Labelling should be clear and of sufficient size to be legible after any necessary reduction.

Tables should be titled, numbered consecutively and independently of any figures, and referred to within the text.

Acknowledgements

Should appear at the end of the paper before the list of references.

Footnotes

Should be kept to a minimum and appear at the end of the paper on a separate page.

Proofs and offprints

The designated author will receive proofs in PDF format, which should be corrected and returned within six days. Amendments at the page-proof stage are difficult and expensive and any alteration to the original text is strongly discouraged.

A copy of the journal will be sent by post to all corresponding authors after publication. Corresponding authors will receive the article by email as a complete PDF and are allowed to print up to 50 copies, free of charge, and to deliver between colleagues.

IV

Conselho Editorial

Aldónio Ferreira, Monash University – Austrália

Alexandra Fontes, Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Amélia Pires, Instituto Politécnico de Bragança

Ana Clara Borrego, Instituto Politécnico de Portalegre

Ana Fialho, Universidade de Évora

Ana Isabel Morais, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa

Ana Maria Bandeira, Instituto Politécnico do Porto

António Dias, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Antonio Duréndez Gómez-Guillamón – Facultad de Ciencias de la Empresa

António Martins, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra

Augusta Ferreira, Universidade de Aveiro

Brendan O’Connell, Deakin University – Austrália

Brian West, Universidade de Ballarat – Austrália

Carla Carvalho, Universidade de Aveiro

Carlos Mallo, Universidade Carlos III, Madrid – Espanha

Carlos Quelhas, ISVOUGA

Cidália Lopes, Instituto Politécnico de Coimbra

David Crowther, Montfort University, UK and London School of Commerce

Elísio Brandão, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Fátima David, Instituto Politécnico da Guarda



Francisco Carreira , Insituto Politécnico de Setúbal

Garry Carnegie, University of Ballarat – Austrália

Giuseppe Grossi, University of Kristianstad

Graça Azevedo, Universidade de Aveiro

Helena Coelho Inácio, Universidade de Aveiro

Hernâni Carqueja, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Irvine Lapsley, Universidade de Edimburgo – Reino Unido

Isabel Blanco Dopico, Universidade de Santiago de Compostela – Espanha

Isabel Brusca , Universidade de Zaragoza – Espanha

Isabel Maria Lourenço, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa

João Carvalho das Neves, Instituto Superior de Economia e Gestão

João Ribeiro, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Johan Christiaens, Ghent university – Bélgica

Jonas Oliveira, ISCTE-IUL

Jorge Tua Pereda, Universidade Autónoma de Madrid – Espanha

José Alberto Pinheiro Pinto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José António Lainez Gadea, Universidade de Zaragoza – Espanha

José António Moreira, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José António Gonzalo Ângulo, Universidade Alcalá de Henares – Espanha

José Rodrigues de Jesus, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

José Xavier de Basto, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra

Kátia Lemos, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Leandro Cañibano, Universidade Autónoma de Madrid – Espanha

Leonor Fernandes Ferreira, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

Liliana Pereira, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Luís Lima Santos, Instituto Politécnico de Leiria

Manuel Castelo Branco, Faculdade de Economia do Porto –UP

Manuela Sarmento, Universidade Lusíada de Lisboa

Márcia Annisette, York University – Canadá

Maria Antónia García Benau, Universidade de Valência – Espanha

María Consuelo Pucheta-Martínez , Universitat Jaume I , Castelló de la Plana

Maria do Céu Alves, Universidade da Beira Interior

Maria João Major, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa

Maria José Fernandes, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Mário Marques, Universidade do Minho

Mark Christensen, ESSEC Business School

Marta Guerreiro, Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Nuno Ribeiro, Instituto Politécnico de Bragança

Patricia Gomes, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Rui Almeida, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

Rui Robalo, Instituto Politécnico de Santarém

Russell Craig, Australian National University – Austrália

Rute Abreu, Instituto Politécnico da Guarda

Santana Fernandes, Universidade do Algarve



Sérgio Pontes, Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE

Susana Jorge, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra

Tânia Montenegro, Universidade do Minho

Teresa Eugénio, Instituto Politécnico de Leiria

Tom Groot, Accounting Amsterdam Business Research Institute - Faculty of Economics and Business Administration

Vicente Condor, Universidade de Zaragoza - Espanha

Vicente Montesinos Julve, Universidade de Valência - Espanha

Vicente Pina Martinez, Universidade de Zaragoza - Espanha

Victor Gonçalves, Instituto Superior de Economia e Gestão

Ficha Técnica da Revista | Journal Technical Note

Contabilidade & Gestão

Portuguese Journal of Accounting and Management

Propriedade | Ownership

Ordem dos Contabilistas Certificados

Conselho Diretivo | Board

Diretora | Director

Paula Franco

Conselho Editorial | Executive Direction

Editora | Editor

Paula Franco

Diretor Técnico | Managing Director

Carlos Menezes

Assessor do Conselho Diretivo | Board Adviser

João Pedro Ferreira da Silva

Capa e Paginação | Cover and Graphic Edition

DCI - Departamento de Comunicação e Imagem da OCC

Impressão | Print

Tiragem: 250

Depósito Legal:

ISSN: 2184-0733

<http://www.occ.pt/contabilidadeegestao>

Indexada à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e à Latindex



Contactos | Contacts

Ordem dos Contabilistas Certificados

Departamento de Comunicação e Imagem

Av. Barbosa du Bocage, 45

1049-013 Lisboa

Tel. +351 217 999 715

Fax: +351 21 7957 332 | 21 7959 080 | 21 7959 208

revistacontabilidade@occ.pt

<http://www.occ.pt/pt/a-ordem/publicacoes>



